

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,
GESTÃO E INOVAÇÃO**

Telma Aparecida Barbosa Venâncio

**A percepção do aluno do ensino médio público sobre a (in)disciplina na
escola**

**ARARAQUARA – SP
2019**

Telma Aparecida Barbosa Venâncio

A percepção do aluno do ensino médio público sobre a (in)disciplina na escola

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Linha de pesquisa: Gestão Educacional.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria Falsarella

FICHA CATALOGRÁFICA

V561p VENÂNCIO, Telma Aparecida Barbosa

A percepção do aluno do Ensino Médio público sobre a (in)disciplina na escola./Telma Aparecida Barbosa Venâncio – Araraquara: Universidade de Araraquara – UNIARA.2019. 156f

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Falsarella

1. (In)disciplina escolar. 2. Violência e ato infracional. 3. Comportamento discente. 4. Desempenho docente. 5. Gestão escolar.

CDU370

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

VENÂNCIO, T. A. B. 2019. 156f. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara, SP.

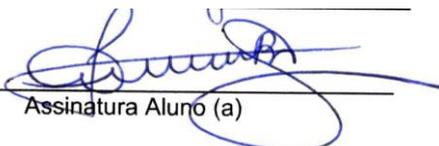
ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

NOME DA AUTORA: Telma Aparecida Barbosa Venâncio

TÍTULO DO TRABALHO: A percepção do aluno do Ensino Médio público sobre a (in)disciplina na escola.

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação/2019

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede a Universidade de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.


Assinatura Aluno (a)

Telma Aparecida Barbosa Venâncio
E-mail: venancio2009@hotmail.com



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – para obtenção do título de **Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação**.

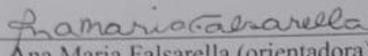
Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais.

NOME DA AUTORA: **TELMA APARECIDA BARBOSA VENÂNCIO**

TÍTULO DO TRABALHO: "A PERCEPÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO SOBRE (IN) DISCIPLINA NA ESCOLA".

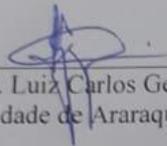
Assinaturas dos Examinadores:

Conceito:



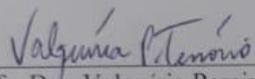
Prof. Dra. Ana Maria Falsarella (orientadora)
Universidade de Araraquara – UNIARA

() Aprovada () Reprovada



Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui
Universidade de Araraquara – UNIARA

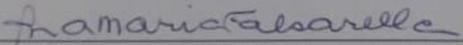
() Aprovada () Reprovada



Prof. Dra. Valquíria Pereira Tenório
Instituto Federal do Estado de São Paulo - IFSP

() Aprovada () Reprovada

Versão definitiva revisada pela orientadora em: 20/04/2020



Prof. Dra. Ana Maria Falsarella (orientadora)

Dedico este trabalho à minha família, em especial ao meu esposo (José Francisco Venâncio), pelo apoio, compreensão e incentivo; e também à minha orientadora, por todo o suporte dado e pela postura acadêmica impecável.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo e de todos, agradeço a Deus, pela vida, por me permitir realizar tantos sonhos e conquistas, pela perseverança concedida nesta jornada acadêmica e, principalmente, pela família especial com a qual me presenteou.

À Prof.^a Dr.^a Ana Maria Falsarella, pela excelente orientação, por sua competência, profissionalismo, dedicação e, em particular, por acreditar em mim, incentivando-me a finalizar esta pesquisa – muito obrigada! Tenho certeza que, sem esse apoio, eu não teria chegado até aqui. Você foi muito mais do que uma orientadora: tornou-se uma amiga que sempre será lembrada com admiração.

Aos membros da banca examinadora, agradeço pelas contribuições, importantíssimas para o enriquecimento da pesquisa. Agradeço ao Prof.Dr. Luiz Carlos Gesqui, por me fazer entender que não há tempo certo para realizar sonhos, e que a idade não é nenhum impedimento para vencer desafios; e à Prof.^a Dr.^a Valquíria Pereira Tenório, que tão gentilmente aceitou participar e colaborar com esta dissertação.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, pela dedicação, competência, apoio e todo conhecimento compartilhado. A todos os amigos e amigas do Mestrado, obrigada pelo convívio, amizade e apoio demonstrados. Em especial ao amigo João Alberto Prado Martin, por ter sido meu parceiro de viagem, algo fundamental para minha segurança e tranquilidade na estrada.

À minha família, por me apoiarem e compreenderem o meu isolamento em inúmeras tardes de domingo ou dias de semana até altas madrugadas.

À minha mãe e ao meu pai, deixo um agradecimento carinhoso, por todas as lições de amor, companheirismo, caridade e dedicação. Sinto-me orgulhosa e privilegiada por ter pais tão especiais.

Ao meu esposo, José Francisco Venâncio, por todo amor, carinho e compreensão ao longo desta caminhada.

Aos meus filhos Vitor e Otávio, por me amarem tanto e me socorreram durante o turbilhão de atividades que ocupavam os meus dias. Para mim, vocês são o reflexo perfeito da existência de Deus.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, manifesto aqui toda a minha gratidão!

RESUMO

Ao apresentar-se de forma contínua como um grande desafio às escolas, a indisciplina de alunos é um assunto que vem permeando as discussões acadêmicas e sociais. Nesse contexto, verificam-se queixas recorrentes por parte de docentes sobre essa questão, à qual são atribuídos os diversos problemas de saúde que enfrentam, em virtude do alto nível de estresse a que são submetidos. No entanto, pouco se comenta sobre o que os alunos pensam em relação ao assunto e às suas consequências na própria vida escolar – fato que justifica esta pesquisa, cujo objetivo é investigar a visão dos alunos do ensino médio de uma escola estadual do interior de São Paulo sobre (in)disciplina, violência e ato infracional na sala de aula e na escola, bem como seu impacto na sua trajetória escolar. Buscam-se respostas às seguintes questões:(a) O que pensam os alunos de ensino médio sobre os problemas disciplinares?;(b) Os alunos fazem distinção entre indisciplina e ato infracional?;(c) Como eles reagem frente às medidas tomadas por professores e gestores em questões disciplinares?; e(d) As percepções entre os alunos dos períodos noturno e diurno acerca dos problemas disciplinares convergem ou divergem? Para a pesquisa de campo, houve o levantamento de dados no segundo semestre de 2018, que envolveu:a aplicação de questionários aos alunos de duas turmas de segundo ano (matutino e noturno), a análise documental (Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar e Livro de Ocorrências Disciplinares) e a exploração da legislação e de indicadores oficiais. Os dados foram organizados e analisados, tendo como principais autores de referência: Foucault, Piaget, Estrela, Charlot e Aquino. Entre as conclusões, está a necessidade de a escola repensar o Regimento Escolar que, além de ser em grande parte desconhecido pelos alunos, mostra-se ultrapassado em muitos aspectos; e o aprimoramento na formação dos professores, aumentando a reflexão acerca da indisciplina e das práticas pedagógicas na juventude. Os resultados permitiram levantar subsídios e indicações para os gestores do ambiente escolar, a fim de que, no que tange às relações interpessoais e suas implicações na aprendizagem, possam apoiar a equipe docente em suas reflexões e práticas diárias, possibilitando melhores condições de trabalho e de desempenho profissional. Ademais, como produto final da pesquisa, foi gerado um Plano de Intervenção,por meio do uso de estratégias de formação, baseadas na reflexão sobre a prática pedagógica e análise do Regimento Escolar, a serem desenvolvidas na escola estudada.

Palavras-chaves: (In)disciplina escolar. Violência e ato infracional. Comportamento discente. Desempenho docente. Gestão escolar.

ABSTRACT

Continually presenting itself as a major challenge to schools, student indiscipline is a subject that has permeated academic and social discussions. In this context, there are recurring complaints from teachers about student indiscipline, to which they are attributed the health problems they face due to the high level of stress to which they are subjected. However, little is said about what students themselves think about the subject and about the consequences of indiscipline on school life, which justifies this research, which aims to investigate the view of high school students of a state school in the interior of São Paulo about (in) discipline, violence and infraction in the classroom and at school and its consequences on the school trajectory itself. Answers are sought to the following questions: a) What do high school students think about disciplinary problems? b) Do students distinguish between indiscipline and offense? c) How do you respond to measures taken by teachers and managers on disciplinary issues? d) Do night and day students' perceptions about disciplinary problems converge or diverge? Field research was carried out, and the data collection took place in the second semester of 2018. It involved the application of questionnaires to the students of two second year classes (morning and evening) document analysis (Political-Pedagogical Project, School Regiment and Book Disciplinary Occurrences) and exploration of legislation and official indicators. The data were organized and analyzed, having as main reference authors: Foucault, Piaget, Estrela, Charlot and Aquino. The main conclusions were that there is a need for the school to rethink the School Regiment, which, in addition to being largely unknown by the students, proves to be outdated in many aspects, and to promote teacher education, increasing reflection on indiscipline, pedagogical practices. and youths. The results allowed to raise subsidies and indications for the school manager, and other schools, so that they can support the teaching staff in their daily reflections and practices, enabling better working conditions and better professional performance regarding interpersonal relationships and their implications. in learning. An Intervention Plan was generated, using strategies of formation, based on the reflection on the pedagogical practice and analysis of the School Rules, to be developed in the studied school.

Keywords: (In)school discipline. Violence and infringement. Student behavior. Teaching performance. School management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ideb- Resultados e Metas projetadas pela SEE/SP	77
Figura 2: Fluxo do Ensino Médio (Indicador de 0 a 1).....	79
Figura 3: Expectativa ao concluir o Ensino Médio – Matutino.....	103
Figura 4: Expectativa ao concluir o Ensino Médio – Noturno.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Desempenho em Língua Portuguesa – Ensino Médio – 3. ^a série.....	80
Gráfico 2: Desempenho em Matemática – Ensino Médio – 3. ^a série.	82
Gráfico 3: Gênero do aluno	85
Gráfico 4: Características sociais dos alunos (matutino).	86
Gráfico 5: Características sociais dos alunos (noturno).....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perspectivas da instituição – Formação global.	68
Quadro 2: ATPC – Formação em serviço	70
Quadro 3: Potencialidades e as fragilidades acerca da gestão participativa.....	70
Quadro 4: Saesp – Níveis de Proficiência.....	80
Quadro 5: Categorização das questões.....	84
Quadro 6: Perspectivas dos alunos pós-ensino médio.	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Metas e resultados da escola pesquisada (ensino médio).	79
Tabela 2: Idade.	85
Tabela 3: Art. 27 – Deveres do corpo docente.	89
Tabela 4: Art. 31 – Direitos do aluno.....	91
Tabela 5: Art. 33, Inciso I – Proibições ao aluno.	92
Tabela 6: Art. 33, Inciso VI – Proibições ao aluno.....	93
Tabela 7: Art. 33, Inciso XI – Proibições ao aluno.....	94
Tabela 8: Art. 33, Incisos XII e XV – Proibições ao aluno.....	95
Tabela 9: Relações profissionais e interpessoais.	97
Tabela 10: Direitos e deveres dos participantes do processo educativo.	97
Tabela 11: Percepção dos alunos sobre as próprias atitudes.	100
Tabela 12: Distinção entre ato infracional (violência), indisciplina e falta de educação (incivilidade).....	101

ABREVIATURA E SIGLAS

ANPEd – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação

AT. INF– Ato Infracional

ATPC – Atividade Trabalho Pedagógico Coletivo

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CEE – Conselho Nacional da Educação

CF – Constituição Federal

CIMA – Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional

CNTE– Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONJUVE– Conselho Nacional da Juventude

CP – Código Penal

CP – Concordo Parcialmente

CT – Concordo Totalmente

DOU– Diário Oficial da União

DP – Discordo Parcialmente

DT – Discordo Totalmente

DUDH – Direitos Universais e Direitos Humanos

ECA – Estatuto Criança e Adolescente

EF – Ensino Fundamental

EM – Ensino Médio

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

F.ED– Falta de Educação

GT – Grupo de Trabalho

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE– Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado De São Paulo

IN– Indisciplina

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

ND – Não Declarado

NSR – Não sei responder

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PEB II – Professor Educação Básica II

PMEC – Professor Mediador Escolar e Comunitário

PPP – Projeto Político Pedagógico

RES – Resolução

ROE – Registro de Ocorrências Escolares

SAEB – Sistema Avaliação Educação Básica

SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SED – Secretaria Escolar Digital

SEE – Secretaria Estadual da Educação

SP – São Paulo

SPE – Sistema de Proteção Escolar

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TA – Termo de Assentimento

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UE – Unidade Escolar

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIARA – Universidade de Araraquara

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
SEÇÃO 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A PESQUISA	19
1.1 Justificativa.....	19
1.2 Problema e perguntas de pesquisa	20
1.3 Hipótese	20
1.4 Objetivos	21
1.4.1 Objetivo geral	21
1.4.2 Objetivos específicos	21
1.5 Levantamento bibliográfico	21
1.6 Metodologia.....	25
1.6.1 Período de realização, universo e sujeitos de pesquisa	27
1.6.2 Coleta de dados.....	28
1.6.3. Organização e análise dos dados	30
SEÇÃO 2. APOIO TEÓRICO E SUPORTE LEGAL	31
2.1 Disciplina/indisciplina na escola	31
2.2 Violência escolar	37
2.3 Direitos humanos, violência e indisciplina escolar	40
2.4 Indisciplina e ato infracional	45
2.5 Indisciplina, violência escolar e solução de conflitos: o Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC)	49
SEÇÃO 3. O GESTOR E OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO: ENTRE PROPOSTAS EDUCACIONAIS E QUESTÕES DISCIPLINARES	54
3.1 Conceitos de administração e de gestão escolar	54
3.2. Jovens do ensino médio	57
3.3 Propostas educacionais e questões disciplinares	60
SEÇÃO 4. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E RESULTADOS EDUCACIONAIS	65
4.1. O Projeto Político-Pedagógico (PPP)	66
4.2. O Regimento Escolar	72
4.3 A escola e os resultados de avaliações externas de âmbito nacional.....	76
4.4 A escola e os resultados de avaliações externas no âmbito estadual.....	77
4.5 O desempenho dos alunos ao final do Ensino Médio	80

SEÇÃO 5. ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	84
5.1 Categoria A: perfil do aluno	84
5.2 Categoria B: Entendimento sobre o que são atos indisciplinados em sala de aula e a percepção sobre as posturas docentes.....	88
5.3 Categoria C: Percepção sobre as normas disciplinares e a aplicação de sanções	96
5.4 Categoria D: Percepção sobre as próprias atitudes.....	99
5.5 Categoria E: Distinção entre ato infracional (violência), indisciplina e falta de educação (incivilidade).....	100
5.6 Categoria F – Perspectivas pós-ensino médio	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXOS	119
Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP	119
Anexo 2 – Consentimento da Instituição	123
Anexo 3 – Termo de Assentimento	125
Anexo 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	129
Anexo 5 – Temário e Cronograma das ATPC	131
APÊNDICES	137
Apêndice 1 – Questionário de pesquisa.....	137
Apêndice 2 – Trabalhos que compõem a revisão bibliográfica	143
Apêndice 3 – Proposta de Intervenção	144

INTRODUÇÃO

Desejei ser professora desde criança, já que a minha brincadeira preferida era dar aulas; assim, no mundo da imaginação, as bonecas logo se tornavam meus alunos e alunas, e eu, uma docente.

Sempre estudei em escola pública, inclusive no período da universidade, quando escolhi o curso de Ciências, com habilitação em Matemática, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Bauru. Essa formação me possibilitou ingressar no cargo de Professora de Ensino Fundamental II (PEB II), na educação básica da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE/SP), no ano de 1988. Comecei lecionando a disciplina de Matemática, para os Ensinos Fundamental e Médio – época em que a imaginação deu lugar à realidade e à realização de um sonho.

No início dos anos 2000, após 14 anos de exercício docente, o interesse pela gestão escolar começou a crescer em mim. Nesse período, senti a necessidade de ampliar meus conhecimentos e, para tanto, busquei a formação em pedagogia.

Em 2002, recebi o convite para exercer a função de vice-diretora na escola onde estava alocada. Apesar do medo do desconhecido, o convite foi aceito e, desde então, sou membro da equipe gestora. Respondo pela escola, em certas ocasiões, como vice-diretora; em outras, como diretora de escola, conforme a necessidade do serviço e as oportunidades que o sistema apresenta.

No exercício da função de gestora, ao observar de forma constante a aflição dos educadores, bem como suas queixas recorrentes sobre a indisciplina dos alunos, foi possível perceber a diversidade comportamental do adolescente, que constitui um desafio diário na rotina escolar. Ademais, os problemas de saúde enfrentados pelos docentes, em razão do elevado nível de estresse a que estão submetidos, parecem estar atribuídos não somente às suas funções, mas também à indisciplina dos alunos. Assim, entender como ocorrem as relações interpessoais nas escolas passou a ser a minha grande inquietação.

Vale ressaltar que o desejo de realizar um mestrado sempre se fez presente ao longo dos anos na docência e na gestão escolar. Sendo assim, o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, na área da Educação, foi motivo de grande alegria, pois, afinal, nunca é tarde para a busca da autorrealização e da aquisição de novos conhecimentos.

Este mestrado profissional, por meio das disciplinas ofertadas e das reflexões propostas pelas aulas; a troca de experiências entre professores e alunos; a diversidade de livros, artigos e documentos indicados; a possibilidade de participação em eventos científicos, qualificações e defesas; e o apoio e o incentivo encontrados nos professores, fizeram-me ampliar conhecimentos e apurar o olhar em relação à educação escolar e às suas especificidades.

Percebo agora, bem mais do que antes, a grande importância das pesquisas e das leituras em torno das tarefas educativas. Um educador responsável não pode e não deve exercer sua função de forma amadora, sem embasamento teórico que possa legitimar seu trabalho e melhorar seu desempenho.

As discussões e reflexões durante as aulas da disciplina Educação e Direitos Humanos, em especial, provocaram meu interesse em entender a percepção dos alunos sobre a (in)disciplina e suas consequências na sua trajetória escolar, com a finalidade de encontrar subsídios indicativos ao gestor de formas para auxiliar a equipe em suas práticas diárias e no enfrentamento da indisciplina em sala de aula, possibilitando-lhes melhor desempenho profissional e condições favoráveis de estudo e de trabalho.

A esse respeito, destaco que a atuação na gestão escolar me fez notar os inúmeros problemas existentes na organização da instituição, evidenciando a necessidade de ter conhecimentos para conduzir os educadores na superação dos aspectos adversos ao funcionamento escolar adequado, entre os quais se destaca sobremaneira a indisciplina.

Nesse contexto, com vistas a aperfeiçoar e a ampliar ideias, também é objetivo desta pesquisa apresentar reflexões acerca do tratamento dispensado aos alunos tidos como indisciplinados, levando em consideração as ações punitivas a que eles são submetidos, à luz dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990). Entende-se que essa é uma questão crucial à formação de cidadãos autônomos, capazes de conviver de forma pacífica e democrática, seja no espaço educativo, seja na sociedade em geral.

É indiscutível que há um grande número de trabalhos relacionados ao tema “indisciplina escolar”, assunto recorrente em discussões acadêmicas e sociais. Contudo, por se apresentar de forma contínua como um desafio educacional, as pesquisas ainda não se esgotaram, ao contrário, contribuições significativas às escolas e a toda a comunidade acadêmica são e serão sempre bem-vindas.

Nesse sentido, como o ponto de vista do aluno sobre a questão é ainda um aspecto pouco explorado, este trabalho debruça-se sobre a percepção discente sobre a indisciplina e suas consequências para a trajetória escolar. E, por trabalhar em uma escola pública de ensino médio, localizada no interior paulista, escolhi estudar o que pensam os jovens do segundo ano, dos períodos noturno e diurno, sobre a indisciplina. Esse grupo foi escolhido por ter maior contribuição a dar, já que não se enquadra na categoria dos novatos no segmento (como os alunos do 1º ano), tampouco estão na iminência de concluir o curso (como os alunos do 3º ano). Esta pesquisa, portanto, busca contribuir para o desenvolvimento de ideias acerca do relacionamento interpessoal como um possível gerador de indisciplina na escola.

Com base nas leituras realizadas durante o mapeamento bibliográfico, ficou evidente que a questão da disciplina/indisciplina dos alunos está associada às relações interpessoais estabelecidas no ambiente escolar. Além disso, foi possível verificar lacunas acerca da temática disciplinar e de suas consequências, na perspectiva do aluno. A partir do entendimento de que o gestor escolar é, dentre outras atribuições, um mediador de conflitos, ao fim e ao cabo da pesquisa, a intenção é levantar possibilidades de atuação desse profissional na orientação aos docentes e na mediação das relações interpessoais entre estes e os alunos.

Finalizando esta introdução, esclareço que o texto desta dissertação está organizado em cinco seções, a seguir discriminadas.

A primeira seção reúne informações básicas sobre a pesquisa: justificativa, problema e perguntas de pesquisa, hipótese preliminar, objetivos gerais e específicos e metodologia utilizada.

A segunda seção situa a inquietação desta pesquisadora no âmbito das áreas do saber, além de apresentar o levantamento bibliográfico sobre teses, dissertações e artigos acadêmicos encontrados sobre o tema da (in)disciplina, bem como o apoio teórico (Foucault, Piaget, La Taille, Estrela e Aquino) utilizado para a análise dos resultados, com fins de auxiliar a compreensão e a reflexão sobre as ações comportamentais que caracterizam a (in)disciplina e a violência na escola. Nessa parte, estão definidos os entendimentos conceituais sobre a juventude na sociedade atual; apontados os conceitos de ato infracional, encontrados na legislação vigente, sobretudo no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990); e apresentadas as reflexões sobre o tratamento dado aos alunos, tidos como indisciplinados, à luz dos Direitos humanos.

A terceira seção trata do papel do gestor em relação aos jovens do ensino médio, às propostas educacionais e às questões disciplinares, trazendo algumas considerações acerca do Novo Ensino Médio do país (BRASIL, 2017a).

Na quarta seção, é caracterizada a escola e indicados os resultados educacionais nas diferentes avaliações externas, realizadas entre os anos de 2014 e 2018.

Na quinta seção, estão a apresentação e a discussão dos dados coletados junto aos alunos. As considerações finais, seguidas das referências, dos apêndices e dos anexos concluem e encerram o texto.

Esclareço que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEO) da Universidade de Araraquara (Uniar), por meio do Parecer nº 3.255.976 e do CAAEnº 03245418.9.0000.5383.

SEÇÃO 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A PESQUISA

Nesta seção, apresento informações relevantes sobre a pesquisa, a saber: a justificativa, o problema, as perguntas, a hipótese preliminar, os objetivos gerais e específicos, o levantamento bibliográfico e a metodologia utilizada.

1.1 Justificativa

Tenho observado, em minha trajetória frente à gestão escolar, a crescente queixa por parte dos docentes sobre sua rotina profissional. Tais descontentamentos são ratificados por dados estatísticos apresentados em pesquisas sobre a saúde mental docente, como, por exemplo, a realizada por Vieira (2017) em diversos estados da federação, à conta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A citada pesquisa aponta um grande número de professores de escolas públicas afastados de seus postos de trabalhos para tratamento de saúde, em virtude do alto nível de estresse e de ansiedade, sendo a indisciplina em sala de aula e o aumento da violência indicados pela maioria dos participantes como as principais causas do problema (VIEIRA, 2017).

Em outras palavras, o aluno parece ser o ator central da problemática experimentada; por isso, ouvi-lo – e, no caso específico desta pesquisa, ouvir o aluno do ensino médio – para compreender como ele percebe a indisciplina na sala de aula e seus desdobramentos em relação à sua vida escolar é algo relevante aos meios escolar e acadêmico.

Além disso, durante o levantamento bibliográfico, à procura de produções acadêmicas sobre a temática disciplinar, raros foram os trabalhos encontrados acerca da percepção do ator principal na escola – o aluno de escolas públicas; sendo que apenas dois emergiram dessa procura. Esta pesquisa, por conseguinte, considera o estudo de tal escuta significativo para sinalizar aos gestores formas de auxílio à equipe escolar em suas práticas diárias, possibilitando, com isso, um melhor desempenho profissional e condições adequadas de trabalho docente e de aprendizagem discente.

A importância deste trabalho, sobre a visão do aluno matriculado no ensino médio regular, é, portanto, notória, haja vista as possíveis contribuições não apenas para o meu trabalho na gestão escolar, como para a reflexão de outras equipes educacionais. Ademais, ele representa uma colaboração para o avanço da pesquisa acadêmica no que tange às perspectivas dos alunos sobre a indisciplina escolar, isto é, o que entendem e o que pensam

acerca desse problema em sala de aula e na escola, a fim de descobrir os indícios motivadores dos chamados comportamentos indisciplinados. Em outras palavras, pretendo pensar a problemática disciplinar a partir das contribuições emanadas da visão do aluno – o que me parece deveras pertinente.

Para a gestão da escola de ensino médio, em especial, entendo que o trabalho pode subsidiar as ações junto aos docentes, em termos de ampliar a reflexão sobre a juventude e as questões relacionais, uma vez que “[...] a capacidade do gestor de conhecer e compreender o clima e a cultura organizacional da escola corresponde a sua potencialidade de agir efetivamente como líder e orientador do trabalho” (LÜCK, 2011, p. 42).

1.2 Problema e perguntas de pesquisa

Há uma queixa recorrente por parte de docentes sobre a indisciplina de alunos – um dos fatores aos quais são atribuídos os inúmeros problemas de saúde por eles enfrentados, haja vista o alto nível de estresse a que são submetidos. O aluno, portanto, parece ser o ator central dessa problemática; ele, contudo, não é ouvido e, por isso, não se sabe a sua perspectiva diante dessa questão.

Do desdobramento do problema supracitado, surgiram, pois, as seguintes questões de pesquisa:

1. O que pensam os alunos de ensino médio sobre os problemas disciplinares que ocorrem em sala de aula e na escola?
2. Os alunos fazem a distinção entre indisciplina e ato infracional?
3. Os alunos estabelecem alguma relação entre situações de indisciplina e a própria trajetória escolar?
4. Como o gestor escolar pode atuar para mediar as relações interpessoais na escola?

1.3 Hipótese

No exercício da gestão escolar, considerando as observações diárias e as reclamações dos professores acerca da indisciplina de determinados alunos frente a situações de aprendizagem, parto da hipótese de que os alunos do ensino médio não percebem ou não relacionam, de forma direta, a indisciplina na escola e os possíveis prejuízos para a construção do conhecimento ao longo da sua trajetória escolar. Entendo que poucos são aqueles capazes de diferenciar um ato infracional de um ato indisciplinar no interior da escola; assim, muitas

vezes, eles descrevem ou encaram atos indisciplinados ou infracionais apenas como “brincadeiras”, sem grandes consequências pedagógicas ou emocionais.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Compreender e analisar a percepção do aluno do ensino médio sobre a indisciplina e suas consequências na sua trajetória escolar.

1.4.2 Objetivos específicos

Esses são os objetivos específicos desta pesquisa:

- a) conhecer a perspectiva dos alunos de ensino médio sobre as questões disciplinares;
- b) verificar se os alunos fazem distinção entre indisciplina e ato infracional, e como se dá essa diferenciação;
- c) captar as reações dos alunos face às diferentes tomadas de decisões dos professores e da gestão escolar no que tange à indisciplina na sala de aula;
- d) entender se e como os alunos relacionam as situações indisciplinadas à própria trajetória escolar;
- e) verificar se há diferença entre as percepções dos alunos dos períodos diurno e noturno sobre as questões discutidas.

1.5 Levantamento bibliográfico

Apresento, a seguir, o levantamento bibliográfico de estudos acadêmicos sobre o tema, feito por meio de uma revisão exploratória nas seguintes plataformas de busca: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Scientific Electronic Library Online (SciELO); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); e no banco de dados de Programas de Pós-Graduação, incluindo o de Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara (UNIARA). As buscas foram realizadas a partir de expressão exata, de expressões similares e de palavras-chave, envolvendo apenas títulos disponíveis de abril a julho de 2018.

A primeira busca ocorreu na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo sido recuperados 277 materiais, a partir das palavras-chave: indisciplina e ato infracional; e das seguintes expressões exatas: (a) indisciplina e ato infracional na escola, reconhecendo a diferença; (b) ato infracional e indisciplina na escola: uma reflexão necessária; (c) a percepção do aluno do ensino médio sobre indisciplina; e (d) a indisciplina no ensino médio.

A busca seguinte, em que foram recuperados 100 títulos, envolveu a base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), na qual foram realizadas pesquisas pelo índice de assunto, por meio das palavras-chave e das expressões: ato infracional, indisciplina na escola, indisciplina, e ensino médio e indisciplina.

Na plataforma da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), acervo de Reuniões Científicas, da qual foram recuperados 18 títulos, a busca utilizou os seguintes filtros: qualquer série, qualquer documento, e qualquer grupo de trabalho (GT); e as expressões e palavras-chave: ensino médio e indisciplina, indisciplina e percepção do aluno do ensino médio sobre indisciplina.

Em relação ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara (UNIARA), no banco de Produção Intelectual, onde as dissertações do programa estão disponibilizadas e separadas por ano de obtenção, um título despertou-me interesse, por trabalhar a questão da mediação de conflitos.

No total, o levantamento bibliográfico nos portais citados e da forma descrita possibilitou a identificação de 396 títulos relacionados ao objeto de pesquisa.

Na sequência das atividades, 45 títulos relevantes foram selecionados e seus resumos lidos, sendo os demais descartados, já que focalizavam aspectos sem relação com o tema em questão. Destes, 12 trabalhos (Apêndice 2) seguiram para uma leitura completa, visando possíveis contribuições à pesquisa que seria realizada.

Descrevo, então, a seguir, as produções acadêmicas consideradas pertinentes à pesquisa, pois buscam captar as percepções de alunos, professores e gestores a respeito de conflito, indisciplina e/ou violência na escola, além de analisar as diferentes formas de resolução desses problemas, como a construção coletiva de regras, por exemplo.

Vergna (2016), na dissertação intitulada “Indisciplina e violência na escola: concepções e discursos de educadores”, analisa o discurso de educadores quanto às suas compreensões a respeito de conflito, indisciplina e/ou violência na escola, afirmando que as várias relações de poder desenvolvidas no espaço escolar, tanto em relação aos alunos e

professores como entre docentes e gestão, revelam atitudes que continuam enraizadas de forma implícita. A autora conclui que há o discurso da valorização do diálogo como instrumento de solução para os casos de conflito, indisciplina e violência pesquisados.

O trabalho do curso de Psicologia, intitulado “Representações sociais sobre indisciplina escolar no ensino médio”, apresentado por Cavalcanti (2008), procurou compreender as representações sociais de professores do ensino médio nas práticas desenvolvidas para lidar com a indisciplina. Os sujeitos da pesquisa entendem a necessidade de a sociedade ter regras e a sua obediência para alcançar ordem e progresso. Essa ideia se reflete na escola e deve se concretizar por meio do controle proporcionado pela disciplina.

Campos (2014), por sua vez, realizou uma análise sobre a indisciplina do ponto de vista das relações humanas, no âmbito das práticas sociais, sobretudo das pedagógicas, descrita na dissertação “(In)disciplina em meio escolar: uma abordagem histórico-cultural”. De acordo com o autor, é necessário à escola exercer uma ação reguladora sobre os discentes que participam com frequência de eventos de indisciplina.

Destaco, também, o trabalho de Juliano (2015), “Indisciplina e sua relação com motivos, interesses e sentidos vinculados à atividade dos alunos: um estudo com uma classe de ensino médio da cidade de Medianeira – PR”, acerca dos motivos, interesses e sentidos, encontrados pelos alunos para a realização ou não das atividades propostas pelos professores. A intenção foi identificar se tais atividades estão ligadas às condutas consideradas indisciplinadas e, em contraste, quais as associadas aos comportamentos disciplinados. O autor concluiu, ao fim da pesquisa, que os interesses dos grupos indisciplinados não coincidem com o direcionamento das aulas preparadas pelos professores.

Pereira (2014) realizou um estudo no município de São Carlos, denominado “Por que ir à escola? O que dizem os jovens do ensino médio?”, que versa sobre a escola e a juventude, buscando entender o sentido da instituição escolar, na visão dos jovens do último ano do ensino médio regular. A conclusão apontou inúmeros problemas notados, porém, não se constatou a desvalorização da escola, propriamente dita.

O problema da violência na escola, especialmente os episódios de agressões físicas e verbais entre alunos, apresenta-se como principal foco da pesquisa de Fernandes (2017), intitulada “Construção coletiva de regras e resolução de conflitos: contribuições para o enfrentamento da violência entre alunos”. Como conclusão, o autor afirma que a construção coletiva de regras contribui para a diminuição dos problemas disciplinares e conflituosos no interior da escola, melhorando a qualidade das relações em sala de aula.

Com base na visão de garotas do ensino médio de uma escola do município de São Paulo, consideradas indisciplinadas pelos professores, Santos (2007) trata da temática indisciplina e de suas punições. Ao término da dissertação intitulada “Garotas indisciplinadas numa escola de ensino médio: um estudo sob o enfoque de gênero”, a autora encontrou uma multiplicidade de compreensões, inclusive por parte do corpo docente, sobre a indisciplina e as regras estabelecidas pela escola, resultando em um apanhado de opiniões divergentes em relação aos reais efeitos dessas questões.

Leite (2008), por sua vez, realizou um estudo de caso em uma escola do Rio de Janeiro, no trabalho denominado “Dispersão na sala de aula – esse barulho é de dentro ou vem de fora?”, com o intuito de verificar se o barulho que leva o aluno à dispersão e, muitas vezes, inviabiliza o trabalho pedagógico, advém da própria sala de aula ou dos demais ambientes circundantes. A pesquisa pretendeu também ampliar a compreensão sobre as mudanças comportamentais dos educandos, com base na discussão dos padrões de dialogia, identificados nas aulas observadas. Segundo a autora, algumas respostas possíveis apontam para: a velocidade característica dos tempos atuais, que ainda não foi assimilada pela escola; e a descontinuidade na regulação do coletivo, que gera uma ambiência dispersiva na instituição escolar, devida à ociosidade frequente de turmas, em algum momento do dia letivo, o que não apenas pode promover barulho (dispersão), como atrapalhar a sequência das atividades. O trabalho convida os pesquisadores à continuidade das investigações, com fins de verificar se as análises expostas fazem sentido em outros contextos escolares.

Ao analisar as formas encontradas pela escola para lidar com a indisciplina e a violência no espaço escolar, o artigo de Silva (2010), “(In)disciplina e violência escolar: um estudo de caso”, propõe-se a identificar os fatores capazes de produzir a disciplina e de minimizar a violência, bem como a obter maior clareza sobre os processos por meio dos quais essa ordem pode ser produzida. Como conclusão, é indicada a necessidade do controle dos comportamentos indisciplinados no espaço educativo. Para tanto, é importante que os professores desenvolvam um repertório de práticas geradoras de condições favoráveis para o engajamento dos alunos nas aulas, além de atenção às necessidades dos diferentes segmentos escolares, a partir de um trabalho coletivo e solidário.

De acordo com Aquino (2016), no artigo “Indisciplina escolar: um itinerário de um tema/problema de pesquisa”, que apresentou um mapeamento geral sobre o tema indisciplina escolar, com 35 artigos elencados, publicados em periódicos brasileiros da área educacional,

entre 1998 e 2015, estudantes, professores e equipes de direção ainda não têm clareza sobre as práticas disciplinares tidas como justas ou injustas dentro do espaço educativo.

O artigo “Conflitos, indisciplina e violência em escolas”, de Martins (2016), pautado em uma pesquisa analítica, realizada em diferentes publicações com o foco nas questões norteadoras que afetam a gestão de sistemas, redes de ensino e unidades escolares, concluiu que há uma demanda urgente na redefinição do modelo de educação, para que ela seja capaz de valorizar e integrar as diferenças culturais, emocionais e sociais existentes na escola.

Para ampliar a compreensão referente à mediação de conflitos no espaço público, Oliveira (2016), em sua pesquisa de mestrado “O Gestor Universitário Público: Conduta, Tomada de Decisões e Mediação de Conflitos”, discutiu sobre o papel e a conduta no exercício das atribuições da função do gestor universitário público, em específico, dos diretores de unidades acadêmicas, identificando os instrumentos e os mecanismos de ordem técnica e legal utilizados na tomada de decisões e na mediação de conflitos de natureza interpessoal. Para o autor, não obstante a experiência no cargo contribui com o sucesso da gestão, como é imprescindível ao gestor se apropriar de outros saberes, como o conhecimento e o domínio acerca da legislação pública e acadêmica, além de possuir habilidades voltadas à gestão de pessoas e de conflitos de natureza interpessoal. A falta desse tipo de conhecimento limita a sua atuação e a eficiência no desempenho das atribuições do cargo, retirando-lhe certa autonomia, que é essencial para gerir a coisa pública. Ademais, Oliveira (2016) salienta a pesquisa como apenas um dos vários caminhos que precisam ser percorridos pelos interessados nos problemas relativos à dinâmica do serviço público.

A revisão da literatura e a seleção de títulos sobre a temática em questão permitiram-me ampliar a visão crítica e analítica sobre a inquietação que motivou esta pesquisa, bem como notar as lacunas existentes, especialmente no que tange à visão do aluno do ensino médio sobre a temática disciplinar e suas consequências, o que reforça a relevância de estudos que contribuem para o desenvolvimento de ideias acerca do relacionamento interpessoal como possível gerador de indisciplina na escola. Observei também, nos trabalhos pesquisados, que as problemáticas da violência e da indisciplina têm sido assunto de grande interesse da comunidade científica, o que corrobora a inquietação que motivou este estudo.

1.6 Metodologia

Para compreender a perspectiva dos alunos do ensino médio sobre as questões disciplinares na escola, foi realizado um estudo de caso, com pesquisa de campo. E, complementarmente, foi feita a análise de documentos da escola e do sistema estadual de ensino de São Paulo, além do levantamento de dados estatísticos e da exploração da legislação nacional e estadual relativas ao setor educacional.

Nesta seção, em primeiro lugar, ressalta-se a importância do trabalho científico alicerçado por uma pesquisa bibliográfica abrangente, visto que o pesquisador deve conhecer os estudos já realizados sobre o tema investigado. Para Fonseca (2002), a aproximação com o problema abordado facilita o entendimento da realidade em questão, sendo que a pesquisa precisa ser vista como um processo em permanente construção. Por isso, pensar e escolher o método adequado, com base nas características e objetivos do estudo, é tão importante.

Sendo assim, esclareço que a abordagem metodológica aqui utilizada aliou aspectos qualitativos (com maior ênfase) e quantitativos, pois ambos se complementam. Por conta dessa escolha, julgo importante destacar algumas características dos métodos utilizados e dos procedimentos que os contemplam.

Em relação à abordagem quantitativa, ela se baseia na obtenção de dados por meio do emprego de ferramentas estatísticas, em busca do maior número de opiniões sobre determinado assunto e/ou de informações em portais educacionais, principalmente os oficiais. A abordagem qualitativa, por sua vez, é muito usada em pesquisas das áreas das ciências humanas e sociais, sendo adequada para investigar e compreender a natureza dos fenômenos sociais mais particulares, visto que ela busca valores subjetivos e a contextualização dos dados. Então,

[...] estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de certo grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p.80)

Para este trabalho, no que tange aos aspectos qualitativos, foi desenvolvido um estudo de caso, com pesquisa de campo, em uma escola estadual, em um bairro periférico de uma cidade do interior do estado de São Paulo, vinculada à Diretoria Regional de Bauru. O estudo de caso foi complementado por uma pesquisa documental, que consistiu na coleta de dados de documentos escolares.

De acordo com Falsarella (2015), o estudo de caso é o método típico do paradigma interpretativo, bastante utilizado quando se pretende compreender e analisar determinados problemas ou situações particulares e em maior profundidade. Ele “consiste basicamente, na investigação de uma dada realidade no seu contexto real destacando o que nela há de essencial, único e característico e na descrição analítica intensiva da situação ou fenômeno observado” (FALSARELLA, 2015, p.713).

Em relação à coleta de dados, para Gil (2002, p. 58), o estudo de caso pode ser considerado a mais completa dentre todas as técnicas, já que ele:

[...] se vale tanto de dados de pessoas quanto de dados documentais. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob a técnica de estudo de caso e uma de suas características mais significativas está na utilização de instrumentos padronizados de coleta de dados.

Portanto, o estudo de caso não se refere apenas a um procedimento de pesquisa, mas à escolha de um objeto que será estudado, como, por exemplo, uma instituição, uma pessoa ou mesmo um determinado grupo de pessoas. Seu objetivo não é intervir no objeto de pesquisa, mas compreender a situação ou o problema do ponto de vista do pesquisado. Em geral, as fontes de pesquisas utilizadas no estudo de caso são: documentação, registro em arquivos, entrevistas, questionários, conversas e observações.

Segundo Fonseca (2002), uma pesquisa de campo contempla, além da pesquisa documental ou bibliográfica, a coleta de dados, valendo-se, assim, da utilização de diversos recursos, tais como a observação, as entrevistas e a aplicação de questionários. Ainda, segundo esse autor, as pesquisas documental e bibliográfica são semelhantes; esta, todavia, utiliza materiais já elaborados, enquanto aquela serve-se de fontes diversificadas (jornais, revistas, tabelas estatísticas, relatórios, cartas, pinturas, filmes, documentos oficiais, relatórios etc.), sem um tratamento minucioso ou profundo.

Quanto ao papel do investigador, Falsarella (2015) esclarece que, devido à proximidade com os participantes, deve-se dar muita atenção às questões de ordem ética, que dizem respeito à responsabilidade na relação estabelecida com os sujeitos do estudo, porque

[...] entende-se que é impossível estabelecer uma separação nítida entre ele e o objeto de estudo, pois toda a investigação apresenta marcas de quem a realiza. Portanto, é impossível ao observador posicionar-se apenas externamente à realidade do contexto. (FALSARELLA, 2015, p.713)

1.6.1 Período de realização, universo e sujeitos de pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola pública estadual, de um município do interior de São Paulo, cuja caracterização detalhada encontra-se na Seção 4 deste trabalho. Participaram dela alunos do 2º ano do ensino médio, para, por meio dos dados coletados, organizados e analisados, compreender a percepção dos alunos sobre a (in)disciplina na escola.

Antes de seguir, resalto que, no período da solicitação para a realização da pesquisa, minha função era a de vice-diretora da escola. Após contato e autorização da direção da escola para a realização da pesquisa, foi utilizada a sala de informática da unidade escolar, no período regular de aulas dos alunos do 2º ano do ensino médio, tanto no período matutino quanto no noturno.

Um total de 54 alunos declararam interesse e participaram deste trabalho, sob a garantia da não identificação de seus nomes. Ressalta-se que os menores de idade tiveram o consentimento e a autorização dos responsáveis para fazerem parte do grupo de respondentes. Constituíram, portanto, os sujeitos da pesquisa, 31 alunos do período matutino e 23 do período noturno.

A escolha do 2º ano se deu devido aos alunos terem, supostamente, maior contribuição para dar, pois não eram novatos no ensino médio (como os alunos do 1º ano), nem estavam preocupados com a conclusão do curso (como os alunos do 3º ano). Nas turmas, o critério utilizado foi a concordância em participar, desde que entregues o Termo de Assentimento e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinados por alunos ou seus responsáveis.

1.6.2 Coleta de dados

Para constituir esta investigação e avançar na discussão e na reflexão sobre o tema, optou-se, como instrumento de coleta de dados, pela aplicação de um questionário. Trata-se, então, de uma pesquisa qualitativa, que envolve um estudo de caso, por meio da aplicação de um questionário como instrumento, que é complementada pela análise de documentos escolares, da secretaria de educação e da legislação pertinente, bem como pela exploração de dados oficiais quantitativos.

Segundo Ludke (1986), a análise documental é importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Esta pesquisa envolveu a análise dos seguintes documentos escolares:

Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Livro de Registro de Ocorrências Disciplinares, que compuseram a caracterização da instituição. Além disso, foram consultados sites e portais oficiais da base de dados educacionais.

Os dados alcançados com a aplicação do questionário foram tabulados por meio da plataforma Free Online Surveyfor Personal Use (Google Forms), uma ferramenta que oferece suporte para a criação de formulários personalizados e de forma simples. Trata-se de um serviço on-line e gratuito, pelo qual o usuário pode produzir pesquisas de múltipla escolha, fazer questões discursivas, entre outras opções. A plataforma também disponibiliza a visualização dos resultados em uma tabela ou em gráficos. Nesse sentido, o “pesquisador não está mais limitado pelas restrições de tempo, custo e distância, possuindo um acesso mundial praticamente instantâneo, com despesas mínimas” (FREITAS; JANISSEK; MOSCAROLA, 2004, p. 12).

O questionário aplicado, que é apresentado na Seção 5destetrabalho, contempla diversas indagações, apresentadas em categorias para melhor análise e compreensão.

Visando analisar aspectos funcionais, como a clareza, a pertinência, a organização, a ortografia e a pontuação do questionário, evitando problemas de entendimento na hora da sua aplicação junto aos alunos, solicitei à coordenadora pedagógica da escola a verificação da redação das questões. Considerei essa participação fundamental, haja vista o permanente contato dessa profissional com professores e alunos. Justifico a não realização do pré-teste nos moldes tradicionalmente utilizados pela inexistência de outras turmas de 2º ano de ensino médio na escola pesquisada, e, igualmente, por não haver tempo hábil para encontrar e contatar outra escola com características semelhantes à que foi objeto desta pesquisa.

Nesse contexto, os alunos foram orientados pela pesquisadora de que os dados coletados seriam utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa. Ressaltou-se que o nome dos participantes seria mantido em sigilo, assegurando sua privacidade. Todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e a sua finalidade foram fornecidos antes da participação. Ao final dessa conversa, foram agendadas data e horário para a realização da pesquisa.

Vale salientar que a sala de informática da escola possui apenas 16 (dezesseis) computadores; por isso, os alunos foram divididos em grupos para a aplicação do questionário. Isso se deu em sala de aula, por ordem de chamada, antes de eles seguirem para o local onde foi realizada a pesquisa. Não houve contato entre os grupos durante a pesquisa, pois cada um deles foi acompanhado pelo inspetor de alunos no trajeto da sala de aula até a

sala de informática, sendo que a turma toda se reuniu em sala somente após a participação de todos na pesquisa.

1.6.3. Organização e análise dos dados

Os dados foram organizados nas seguintes categorias: (A) Perfil do aluno; (B) Entendimento sobre o que são atos indisciplinados em sala de aula e quais as posturas docentes; (C) Deveres, direitos e sanções: percepção sobre as normas disciplinares e a aplicação de sanções; (D) Percepção sobre as próprias atitudes; (E) Distinção entre ato infracional (violência), indisciplina e falta de educação (incivilidade); (F) Perspectiva pós ensino médio.

A análise teve por base autores que tratam da indisciplina e da violência escolar, além de outros, que versam acerca de temas correlatos, como: juventude, direitos humanos e gestão escolar; e considerou-se, também, a legislação nacional e paulista pertinente. Todas essas referências encontram-se detalhadas na Seção 2.

SEÇÃO 2. APOIO TEÓRICO E SUPORTE LEGAL

Esta seção tem a finalidade de apresentar o apoio teórico relativo aos conceitos sobre (in)disciplina, ato infracional e violência escolar; e trazer reflexões acerca das causas e dos efeitos desses problemas na trajetória estudantil de alunos e professores.

Questões a respeito dos direitos humanos, em razão do tratamento dado aos alunos caracterizados como indisciplinados, também estão aqui abordadas, sendo as definições e as principais causas da (in)disciplina elencadas à luz de referenciais teóricos de autores das áreas das Ciências Sociais, da Psicologia e da Educação.

Ademais, há a sustentação teórica do que vem sendo conceituado como indisciplina na escola, bem como suas possíveis consequências para o processo de ensino e de aprendizagem.

2.1 Disciplina/indisciplina na escola

Um olhar reflexivo para a realidade educacional, em especial para a indisciplina, tornou-se uma constante no interior das salas de aulas, possibilitando novas formas de compreensão e ações frente aos conflitos apresentados na rotina profissional da equipe escolar. Essa visão diferenciada permite maior consciência e controle das atitudes a serem tomadas, principalmente no exercício da docência.

A fim de situar o problema de pesquisa e as minhas inquietações no âmbito das áreas do saber, e em função de pensar nas ações comportamentais que caracterizam a (in)disciplina, foram consultados autores, cujos conceitos, relevantes ao tema, pautaram a fundamentação teórica ora apresentada.

Foucault (1999) apresenta estudos a respeito do poder e do conhecimento como formas de controle social, pois, segundo ele, o poder pode estar em todos os lugares. Em virtude da desigualdade existente nas relações sociais, que dificultam a manutenção do poder, criou-se a vigilância hierárquica, cujo efeito induz um permanente estado de atenção; e a sanção normalizadora, que tem a finalidade de permitir o bom funcionamento do poder disciplinar. Para o autor, contudo, não há alunos indisciplinados, mas aqueles resistentes à dominação; por isso, o enfoque disciplinar, presente na educação, funciona sob a premissa de que todos devem ser vigiados, desde alunos a diretores.

Ao abordar a disciplinarização escolar, Foucault (1999) realiza uma comparação entre espaços escolares, prisões e quartéis, indicando que, de maneira semelhante, esses espaços apresentam formas disciplinares severas, possíveis de ser percebidas claramente, sempre que

imposições arbitrárias e autoritárias são observadas no interior das instituições, como: filas, regras impostas, poder hierárquico, uniforme etc. Com relação à escola, diz o autor:

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. (FOUCAULT, 1999, p. 173)

Em vista disso, Foucault (1999) revela que o poder disciplinar não se mostra com fins de apropriação ou de retirada, mas com a função de “adestrar”. Uma vez que a escola apresenta a dinâmica de imposição de determinada forma de poder – o poder disciplinar –, ele é então exercido pelos professores em relação à vigilância, ao controle e à punição dos discentes “infratores”, isto é, dos que resistem à dominação.

Embora não tenha tratado diretamente do tema da indisciplina, Piaget (1999), por sua vez, focalizou pontos fundamentais nas determinações da interação social sobre a vida dos indivíduos. Assim, para que a disciplina se constitua, é necessário que os indivíduos estabeleçam relações uns com os outros. Além disso, não se pode formar personalidades autônomas no domínio moral e que cresçam intelectualmente, se o indivíduo é submetido, respectivamente, a constrangimentos intelectuais e morais (PIAGET, 1973).

La Taille (1996), ao tratar do assunto, defende que os alunos precisam não apenas de regras, mas de princípios. Em sua visão, a escola deve investir na formação ética e no convívio entre alunos, professores e funcionários para vencer a indisciplina. Ele define indisciplina como a revolta ou a negação de certas normas ou regras, considerando-a como desconhecimento e/ou descumprimento da moral. Dessa maneira, o plano moral corresponde às ações tidas como obrigatórias, isto é, os “deveres” (LA TAILLE, 2013).

Em contrapartida, Garcia (1999) registra uma pluralidade de sentidos atribuídos à indisciplina, bem como diferentes possibilidades em relação às suas causas. Para ele, é preciso pensar a indisciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, já que ela representa a incongruência entre as expectativas e os critérios assumidos pela escola, em termos de comportamento, de atitudes, de socialização, de relacionamentos, de desenvolvimento cognitivo e das atitudes e emoções demonstradas pelos estudantes.

Ainda, segundo Garcia (1999), o conceito de indisciplina exige uma construção coletiva e periódica, que manifeste a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Para tanto, é necessário que o professor demonstre mentalidade aberta a mudanças,

entusiasmo e responsabilidade. Somente com essas atitudes, será possível a aquisição do pensamento crítico e da prática reflexiva. Nesse sentido, é correto afirmar que a equipe escolar precisa refletir sobre sua prática de maneira constante, buscando minimizar a indisciplina ou os conflitos apresentados no interior da escola.

De certo modo, todas as variadas acepções supracitadas corroboram a linha de raciocínio de Estrela (1992), para quem o conceito de indisciplina tem assumido, ao longo do tempo, diferentes significados: negação da disciplina, inconformidade às regras estabelecidas pelo grupo, enfrentamentos que perturbam as condições necessárias para a aprendizagem, entre outros.

Em uma abordagem tradicional, a disciplina se faz necessária, pois a ação pedagógica se firma na palavra, e somente mediante um aluno obediente e quieto, seria possível estabelecer a relação de ensino e aprendizagem. Em razão disso, todos os conceitos ou concepções de indisciplina estão ligados, de maneira direta, às abordagens teóricas adotadas pelo educador, remetendo a termos, como: punição, dor e direção moral, bem como a uma regra de conduta para um grupo, que deve obedecê-la. Para o enfrentamento da indisciplina, então, deve-se buscar formas de fazer prevalecer a obediência às regras impostas, usando a punição, caso isso não ocorra, ocasionando dor aos que as questionam ou não as acatam (ESTRELA, 1992).

Nesse sentido, o professor é o responsável por comunicar ao grupo de alunos as regras e as normas (por ele elaboradas), sobretudo, em conformidade ao que acredita ser importante ao exercício de sua função. Assim, sem prévia discussão junto ao grupo, e sem analisar as expectativas e as necessidades dos educandos, ele apenas as apresenta para seu simples cumprimento. Essa atuação passa, pois, a ser entendida pelo docente como uma ação capaz de conquistar a disciplina; e a negação ou o descumprimento de tais regras ou normas acabam por caracterizar a indisciplina (ESTRELLA, 1995).

Do ponto de vista de Rego (1996), em contrapartida, o conceito de indisciplina, como toda criação cultural, não é estático, uniforme, tampouco universal. Consequentemente, compreender esse fenômeno na escola exige reflexões acerca das muitas variáveis que interferem diretamente no seu processo. Por ser apresentado como um problema complexo, o tema (in)disciplina se mostra como um assunto desafiante no meio acadêmico:

Um aluno indisciplinado não é entendido como aquele que questiona, pergunta, se inquieta e se movimenta, mas sim como aquele que não tem limites, que não respeita a opinião e sentimentos alheios, que apresenta dificuldades em entender o ponto de

vista do outro e de autogovernar, que não consegue compartilhar, dialogar e conviver de modo cooperativo com seus pares (REGO,1996, p.87).

Para Rego (1996), o comportamento indisciplinado em sala de aula está associado à ineficiência da prática pedagógica, que apresenta propostas curriculares problemáticas; e da prática de metodologias, que subestimam a capacidade do aluno. Isso denota a falta de incentivo à autonomia, às interações entre os alunos e ao diálogo. Por conta disso, para enfrentar o problema, é preciso que as instituições escolares e os educadores façam adequações entre as suas exigências, as possibilidades e as necessidades dos alunos, dando-lhes condições de construir e interiorizar os valores e as posturas consideradas corretas socialmente.

As conquistas individuais do ser humano, como valores, informações, atitudes e posturas resultam, portanto, de um processo compartilhado, que varia entre as diferentes culturas, em uma mesma sociedade. Sendo assim, o comportamento indisciplinado do indivíduo está diretamente relacionado às suas experiências e às características sociais do meio em que ele vive. É isso que difere os seres humanos dos animais, que nascem com o comportamento programado geneticamente (REGO, 1996).

Já Aquino (1996), por sua vez, acredita que a indisciplina – manifesta por comportamentos, como a bagunça, o tumulto, a falta de limite, o desrespeito às figuras de autoridade, entre outros – reflete a ação docente, demonstrando-se, por conseguinte, como um problema pedagógico. Para enfrentá-la, o docente deve, então, rever suas posturas, refletir sobre as atitudes e os posicionamentos endurecidos tomados, questionar crenças arraigadas, e criar um movimento organizado e estruturado em torno de determinadas ideias, conceitos e proposições formais.

Diante do exposto e da reflexão sobre as novas demandas que a escola apresenta, entender o conceito de (in)disciplina, seu significado e seus efeitos no processo de ensino e aprendizagem são questões necessárias à prática docente, bem como ao fortalecimento e à capacitação do educador no enfrentamento desse grave problema.

A indisciplina seria, talvez, o inimigo número um do educador atual, cujo manejo as correntes teóricas não conseguiriam propor de imediato, uma vez que se trata de algo que ultrapasse o âmbito estritamente didático-pedagógico, imprevisto ou até insuspeito no ideário das diferentes teorias pedagógicas. (AQUINO, 1996, p. 40)

Aquino (1996) estabelece, ainda, uma diferença entre o respeito estabelecido pela hierarquia e o conquistado por meio da superioridade. Hierarquicamente, o professor é respeitado porque é visto como uma figura disciplinadora, silenciadora ou repressora; já o

respeito pautado na superioridade é assimétrico, uma vez que professores e alunos não estão no mesmo plano, ou seja, o lugar de cada um é definido conforme o patamar ocupado, sendo que o do docente é considerado mais “elevado”, superior ao do aluno. Segundo o autor, é comum encontrar no interior das escolas a suposição de que as crianças não têm limites, não reconhecem a autoridade e têm dificuldade de respeitar as regras em razão de os pais serem muito permissivos – o que gera a indisciplina. Essa hipótese, contudo, é contestada ao longo do estudo, pois fica evidenciada que a função primordial dos pais é a moralização da criança quanto à ordenação e à indicação de condutas e atitudes para uma vida em sociedade; enquanto que ao professor cabe a tarefa de oferecer e organizar o conhecimento sistematizado.

Para Freire (1997), contudo, os direitos dos professores, dos alunos e dos seres humanos em geral devem ser respeitados, em um movimento contra a política neoliberalista, desumanizada e reacionária. Ele demonstra preocupação em como o professor mantém a coerência entre a prática e a teoria; e com os limites entre a autoridade e a liberdade, na relação professor-aluno. Respeito, carinho, amor e amizade, dentre outras posturas, são quesitos primordiais para um professor ensinar e um aluno aprender. A função político-pedagógica do professor alertar e desmistificar, mas nunca impor aos alunos uma ideologia.

Nesse mesmo sentido, segundo Dewey (1959), as escolas que apresentam uma prática pedagógica pautada na repressão e na obediência não se mostram efetivas quanto ao processo ensino e aprendizagem. Os saberes advindos das experiências, da reflexão e da pesquisa constituem uma forma de crescimento do indivíduo, por isso precisam ser valorizados. A escola, então, deve estreitar a relação entre teoria e prática, pois as hipóteses teóricas adquirem significados somente quando aplicadas no dia a dia. Para o autor, o objetivo da escola é ensinar a viver no mundo e, para isso acontecer satisfatoriamente, é a inteligência que capacita o indivíduo, dando-lhe a liberdade e, conseqüentemente, o poder para modificar o ambiente onde se encontra.

Além do pensamento crítico-reflexivo para a formação de uma sociedade diferente, e da necessidade da aproximação entre a teoria e a prática, como forma de aprendizagem, é preciso que o professor se prepare intelectualmente, conhecendo as teorias pedagógicas e, sobretudo, demonstre a importância de refletir sobre suas práticas, problemas e desafios (DEWEY, 1959). No caso da indisciplina, isso pode auxiliar na busca da causa-raiz dos conflitos, avaliando as atitudes e/ou as formas de enfrentamento envolvidas, tornando, assim, a prática docente mais prazerosa e adequada.

Assim, sob a ótica desse filósofo, psicólogo e pedagogo liberal, o professor é percebido como um profissional prático-reflexivo, que deve valorizar os saberes advindos das experiências, relacionando-os à reflexão e à pesquisa. O pensamento reflexivo é, portanto, uma “espécie de pensamento cujo foco é examinar mentalmente o assunto e dar-lhe consideração séria e consecutiva” (DEWEY, 1959, p. 13), o que fortalece a necessidade de uma educação reflexiva, pautada

[...] entre aquilo que tentamos fazer e o que sucede como consequência. [...] Na descoberta minuciosa das relações entre os nossos atos e o que acontece em consequência delas. [...] Pensar é o esforço intencional para descobrir as relações específicas entre uma coisa que fazemos e a consequência que resulta, de modo a haver continuidade entre ambas. (DEWEY, 1959, p. 158)

Vale lembrar que, embora haja diferentes conceitos sobre a indisciplina na literatura existente, em geral, ela continua sendo entendida como “todo e qualquer comportamento que seja contrário às regras, às normas e às leis estabelecidas por uma organização” (SILVA, 2010, p. 21). Esse entendimento não tem inibido o aumento desse comportamento nas instituições escolares; ao contrário, ele é cada vez mais frequente. Por isso, segundo o autor, é urgente o desenvolvimento de um novo olhar sobre o educando e os fatores determinantes do problema, sobretudo quando ele gera violência escolar.

Para Libâneo (1994), conceituar indisciplina é uma tarefa complexa, porém relevante para o desenvolvimento do processo educacional e de envolver todos os atores do processo educativo. Por isso, ele estuda o papel do gestor nas questões disciplinares, a fim de melhor entender a estrutura e a organização das escolas e as condições do exercício profissional; e considera a gestão democrática na escola pública essencial à formação do clima e do ambiente escolar (LIBÂNEO, 2012).

Outra contribuição para a discussão do assunto em questão advém do trabalho de Falsarella (1996), na área da educação, que abarcou reflexões sobre as escolas públicas brasileiras, a relação professor-aluno, a disciplina/indisciplina e os procedimentos didáticos. Segundo autora, na escola, a ação docente se mostra pouco reflexiva e, não muito raro, a preocupação com a ordem supera a relacionada à aprendizagem. Com o objetivo de educar, isto é, de preparar para a vida, a escola, como espaço de relações interpessoais, nunca há de ser imparcial, pois tende a atender o que demandam os grupos sociais dominantes: formar sujeitos ordeiros e obedientes à ordem social (FALSARELLA, 2002).

Sem esgotar a revisão literária, o entendimento sobre a indisciplina, decorrente dos conceitos aqui apresentados, indica que grande parte das instituições escolares pensa a

indisciplina como sinal de rebeldia, desacato, falta de respeito às autoridades, aproximando-se, com isso, do comportamento da negação, da falta de limite, do confronto com o que é estabelecido, da desobediência às regras de conduta, o que justifica, pois, a aplicação de diversas formas de punição, a fim de recuperar o controle de um ambiente capaz de facilitar a atividade docente. Deve-se lembrar, todavia, que há uma linha, por vezes tênue, que separa um ato de indisciplina de um ato infracional (associado ao uso de violência), uma vez que a escola, por ser um espaço como outro qualquer, está sujeita à ocorrência de conflitos de diversas ordens.

2.2 Violência escolar

Atualmente, grande parte dos indivíduos, por pertencerem a uma sociedade capitalista e individualista, tem a preocupação voltada ao “ter”, que sobrepuja o “ser”, o que torna as relações interpessoais cada vez mais difíceis de ser mediadas, bem como o diálogo algo pouco praticado. As instituições escolares, que abarcam todo tipo de diversidade, precisam, pois, desenvolver espaços que promovam o debate crítico-reflexivo, de modo a propiciar à comunidade escolar um panorama amplo daquilo que se entende por indisciplina, violência escolar e ato infracional.

Gestores e professores têm passado por muitas dúvidas e dificuldades ao se deparar com casos de indisciplina e violência na escola. Não são raros os depoimentos de educadores sobre o desequilíbrio social vivenciado no contexto escolar, chegando, em algumas situações, à criminalidade. Consequentemente, encontramos cada vez mais professores, funcionários e alunos amedrontados e reféns de manifestações comportamentais violentas de alguns estudantes. Logo, é preciso pensar a questão da violência escolar de forma apurada, a fim de compreender melhor essa problemática, que parece inesgotável, tamanha a sua complexidade. A princípio, vale apresentar os conceitos de ato infracional e de violência escolar, acrescidos de algumas das suas prováveis causas.

Trata-se de uma tarefa árdua, porém, possível e necessária a fortalecer o desenvolvimento de um trabalho coerente, justo e essencial à defesa da dignidade humana, inclusive conforme o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL,1996) em seu art. 206:“O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (...)”. Lembrando que:

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar.(CHARLOT, 2002, p. 434)

O termo violência, deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou quem ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de drogas, insultos graves. A transgressão é o comportamento contrário ao regulamento interno do estabelecimento (mas não ilegal do ponto de vista da lei): absentéismo, não-realização de trabalhos escolares, falta de respeito, etc. Enfim, a incivilidade não contradiz, nem a lei, nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras de boa convivência: desordens, empurrões, grosserias, palavras ofensivas, geralmente ataque cotidiano – e com frequência repetido – ao direito de cada um (professor, funcionários, aluno) ver respeitada a sua pessoa.(CHARLOT, 2002, p. 437)

De acordo com Abramovay (2003), não há clareza acerca da definição exata de violência escolar; por isso, em diferentes países, ela assume determinadas características. No Brasil, a partir de meados dos anos 1990, as interpretações desse problema remetem às agressões contra o patrimônio e as pessoas (alunos, professores, funcionários etc.).

Ao se tratar de violência escolar, deve-se considerar a dependência do momento histórico, do contexto cultural, da localidade, e de vários fatores que lhe atribui dinamismo próprio, frente aos fenômenos sociais. Suas representações, dimensões e significados passam por adaptações à medida que a sociedade se transforma. Assim, apresentar um conceito de violência requer uma certa cautela, pois ela é, inegavelmente, algo dinâmico e mutável. (ABRAMOVAY, 2005, p.53)

Por se apresentar de forma mais evidente no interior da escola, a violência escolar tem sido noticiada de forma constante nos meios de comunicações de massa. Da mesma forma, tem sido tema de discussões e de reflexões por parte de muitos pesquisadores que, por sua vez, em virtude da diversidade de ideias acerca do tema, não apresentam um consenso a respeito desse fenômeno. Os estudos, em sua maioria, fazem análises da violência escolar sob uma perspectiva psicológica ou social, entendendo sua causa como o resultado da vulnerabilidade de certa parcela da população ou do entorno da escola.

Neste trabalho, a violência escolar é mencionada, considerando o que há de comum entre a violência no âmbito da escola e a em outros contextos. Além disso, é importante ressaltar que algumas de suas características e consequências aparecem elencadas no texto de forma geral, isto é, sem o propósito de detalhá-las como pertencentes ao ambiente escolar, embora elas se pautem em fatores associados ou que levam a essa violência, apresentados na fortuna crítica sobre o tema. Dessa forma, neste trabalho, considera-se violência escolar todo ato ou ação de violência, comportamento agressivo, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outras ações praticadas no ambiente escolar.

De acordo com Abramovay e Rua (2002), certas características vêm sendo apontadas, em geral, como próprias da violência. Trata-se de características individuais (genética, sexo, raça, idade, relação familiar); escolares (recursos humanos disponíveis, instalações físicas, metodologia empregada, relações hierárquicas, entre outras); e aspectos sociais e econômicos dos alunos, suas famílias e as comunidades às quais pertencem.

O termo “violência” deriva da palavra latina *vis*, que significa força ou uso da superioridade física sobre o outro, com noções de constrangimento (MINAYO; SOUZA,1999). Analogamente, temos a definição da Organização Mundial de Saúde (OMSapudKRUG *et al.*, 2002, p.5): “Uso do poder, da força física ou ameaça, contra outra pessoa, um grupo, comunidade ou contra si próprio, que resulte ou venha causar lesão, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento, privação ou morte.”Na língua portuguesa, o uso corrente desse termo está, basicamente, relacionado ao uso da força, da opressão, do constrangimento e da coação, com a privação da liberdade e da vontade (MICHAELIS, on-line).

Nesse sentido, a escola apresenta, em seu cotidiano, diversos exemplos de violência, em que os alunos agredem verbal e fisicamente membros da comunidade escolar, fazendo suas vítimas se sentirem inferiores. Destaco aqui, uma forma muito conhecida e discutida entre os membros da escola: o *bullying*. De origem inglesa, derivado de *bully*, que significa tirano, brigão ou valentão, na tradução para o português, o termo é utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, repetidos e intencionais, praticados por um indivíduo ou grupos que buscam intimidar ou agredir aqueles que se mostram incapazes de se defender. (SIGNIFICADOS, on-line).

Finalmente, mas ainda no âmbito da violência escolar, encontramos a chamada violência simbólica, que é de difícil comprovação, devido à sua sutileza. Embora pareça invisível,por não haver agressão física, ela não é, todavia, menos grave do que outros tipos de violência. A violência simbólica se manifesta em situações de inferiorização dos indivíduos, ocorrendo toda vez em que há a imposição, em virtude de crenças dominantes,de valores, hábitos e comportamentos, gerando sérios danos morais e psicológicos.

Esse poder invisível, simbólico ou violência simbólica, de acordo com Bourdieu (2007, p. 7), “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.Segundo o autor, o indivíduo apresenta uma matriz, pela qual é estruturado o seu pensamento, sendo que as classes dominantes controlam os significados culturais, estabelecendo quais são os mais relevantes,a partir de sua posição

social. As consequências geradas por tamanha violência, no ambiente escolar, são demasiadamente preocupantes. Por isso, além de pensar criticamente, o jovem deve ter a oportunidade de intervir sobre as manifestações que o afetam ou agridem de forma simbólica.

Nesse contexto, com vistas a aperfeiçoar e a ampliar ideias, também é alvo da seleção de aportes teóricos o tratamento disposto aos alunos tidos como indisciplinados, assunto que será visto na sequência deste trabalho.

2.3 Direitos humanos, violência e indisciplina escolar

Analisando o espaço escolar e as ações punitivas advindas das variadas ocorrências a que são submetidos os alunos tidos como indisciplinados, entendo como necessária a reflexão acerca das atitudes tomadas dentro da escola frente a tais ocorrências, caracterizadas como ato infracional ou como indisciplina.

Considerando que o “principal motivo que leva a indisciplina seria o caos do comportamento, a revolta do indivíduo contra as regras, sendo necessário investigar as causas de tal revolta” (LA TAILLE, 1996, p. 10), refletir sobre como reagir e quais as consequências geradas por determinadas punições, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), das orientações da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e dos princípios dos direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948), a meu ver, deve ser uma ação frequente de toda equipe escolar. Penso, ainda, ser esse um caminho que permite ao educador ampliar ideias e a forma de perceber as atitudes dos alunos. Assim, a partir de uma prática analítico-reflexiva, o professor pode auxiliar na formação de cidadãos autônomos, capazes de conviver de forma pacífica e democrática, seja no espaço educativo, seja na sociedade em geral.

Os sistemas escolares são parte do processo educativo, que desenvolve as aprendizagens básicas. Por meio deles, conhecimentos essenciais são partilhados, e normas, comportamentos e habilidades se constituem. Sendo assim, as pessoas que passam por processos educativos e, em particular, pelo sistema escolar, têm grandes chances de exercer melhor sua cidadania, pois detêm melhores condições de buscar e defender os direitos humanos, como: saúde, habitação, lazer etc.

Vale lembrar que o tema direitos humanos, quando introduzido na escola, deve levar o aluno a questionar e a enfrentar suas próprias contradições e os conflitos existentes em seu cotidiano, o que exige certas atitudes e repele outras (VENÂNCIO; CABEÇO; TAVARES, 2019). Portanto, a consciência dos direitos faz parte do processo que conduz à emancipação

das pessoas, perante o seu contexto social. Nesse sentido, a “indisciplina pode ser vista como uma forma do indivíduo mostrar para o mundo, sua existência; em alguns casos, tem somente a intenção de ser ouvido por alguém” (FREITAS, 2007). Ofertar uma educação reflexiva é, então, uma condição fundamental ao exercício da cidadania, sendo indispensável o respeito aos direitos do indivíduo.

Seguindo essa ótica, trabalhar com Educação em Direitos Humanos significa, para Benevides (2000), essencialmente criar, influenciar, compartilhar e fortalecer costumes, atitudes e comportamentos éticos, de forma a superar a aprendizagem de conteúdos mecânicos. Isso pode proporcionar o desenvolvimento social e emocional de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Conforme Marinho (2012), para educar cidadãos, é fundamental que professores entendam os direitos humanos e saibam executar seus princípios na prática docente.

É claro que a questão é bastante complexa. [...]. É preciso que os educadores reflitam profundamente sobre as possibilidades de direcionar a formação dos jovens para a consciência política, que não implica somente conhecer seus direitos e deveres[...]mas acima de tudo, expressando seus interesses através da vontade geral, que deve prever o bem-estar geral e, ainda, buscar isso nas realizações práticas e concretas. (MARINHO,2012, p. 42)

Portanto, a escola deve oportunizar um ensino e aprendizagem em que haja o entendimento mútuo, o respeito, a responsabilidade, a equidade, o incentivo, a valorização da autonomia e o fortalecimento da autoestima de todos os membros da comunidade escolar. Uma aprendizagem expressiva implica a qualidade da própria experiência, a proteção da liberdade de expressão dos estudantes, a integridade física e a dignidade dos envolvidos no processo. Os alunos devem estar cientes de seus deveres e direitos, bem como compreender que são parte de um processo intencional de aprendizagem, para, assim, estarem dispostos a aprender.

Freire (2005) propõe que a educação seja uma prática de liberdade, que faça as pessoas refletirem sobre as suas ações e a sua relação como membros de uma sociedade. Essa ideia vai ao encontro dos objetivos de uma Educação em Direitos Humanos, em que todos se percebam como cidadãos, como sujeitos portadores de direitos, e, ainda, como indivíduos que possibilitam a garantia dos direitos de outros sujeitos sociais. Infelizmente, há gerações que não foram assim educadas, evidenciando os conflitos existentes nos diversos espaços sociais, entre os quais está a escola, com todas as suas especificidades, reforçando a ideia do quanto as relações interpessoais são difíceis.

Apesar de as instituições escolares apresentarem propostas de atividades que envolvam essa temática, há direitos humanos que, infelizmente, não são respeitados pela própria escola, que deveria garantir, sobretudo, uma educação plena aos seus alunos. À frente da gestão escolar, percebo que isso ocorre porque alguns integrantes da equipe escolar parecem não perceber o aluno de hoje como ele realmente é, diferente do perfil para ele delineado em séculos passados. As práticas educativas, muitas vezes, não respeitam os direitos básicos do aluno, como o de expressar ideias, opiniões e interesses, por exemplo, agindo como cidadão, que busca lutar pelo seu real espaço. Assim, com toda a complexidade nas formas de atuar e dos critérios utilizados para garantir a disciplina, a escola torna-se, às vezes, excludente.

A (in)disciplina, nesse sentido, constitui-se um dos principais desafios pedagógicos da atualidade, haja vista a grande dificuldade de a instituição escolar se transformar em um espaço privilegiado para o diálogo e a reflexão. Muitos professores se esquecem de que estão trabalhando com indivíduos em fase de formação, e reagem de forma exagerada diante dos questionamentos apresentados pelos adolescentes, tidos como afrontosos, desobedientes, desrespeitosos e indisciplinados. Dessa forma, o aluno, visto como indisciplinado, sente-se desrespeitado, silenciado e oprimido, por isso recorre a práticas inadequadas e, até mesmo, é impelido a abandonar a escola. Esse, portanto, é um problema que interfere, de forma direta, na vida do adolescente e da sociedade.

Nesse sentido, Berwig (1997, p. 74) considera que:

[...] na escola faz-se necessário imperar práticas democráticas com perspectiva na construção da cidadania ativa. A educação nela vivenciada deverá voltar-se para a formação de sujeitos autônomos, conscientes e independentes. A educação instituída no ambiente escolar necessariamente deverá estar acompanhada de práticas consideradas cidadãs, pois se assim não for, em sentido contrário, segue a ensejar práticas de dominação, antidemocráticas e antidialógicas, a impedir o exercício da cidadania em sua plenitude.

É preciso, pois, aderir ao exercício pedagógico de realçar valores, como a empatia e a compaixão, dentre outros, para não correr o risco de ferir os princípios humanos e legais, que defendem o acesso de todos à educação. Reflexões são, portanto, necessárias para a concretização de uma prática docente mais humanizada, capaz de se pautar em princípios éticos, que respeitam a dignidade da pessoa humana, e se comprometem com a expansão de uma educação incluyente, justa, digna e responsável, em relação aos direitos humanos, em especial ao direito à educação, que deve ser garantido também ao indivíduo indisciplinado.

Nesse contexto, pensar em direitos humanos na escola, por meio das reflexões realizadas nesse espaço, pode oportunizar transformações da realidade, a partir das vozes e das ações do gestor, do professor e do aluno. Com essa perspectiva, realizei um breve estudo, sem o intuito de me aprofundar, mas que denotasse pontos convergentes a isso na legislação brasileira.

No que tange à educação, destaco o item 2 do art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que apresenta ideias de grande valia para as relações interpessoais, inclusive no âmbito escolar:

Art.26 – 2 A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e apoiará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ONU,1948)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, é um documento de grande importância para evidenciar os direitos e os valores comuns a todos os seres humanos. Sua contribuição diz respeito à garantia dos direitos fundamentais à vida humana, tanto na esfera nacional como internacional.

Na legislação brasileira, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996) são documentos que igualmente almejam a garantia dos direitos humanos, fortalecendo a percepção de que o indivíduo não pode ser tratado como objeto, mas como sujeito de direito.

Além disso, segundo o artigo 5.º da Constituição Federal, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL,1988).

Vale lembrar que os direitos humanos são construídos historicamente e estão vinculados às leis, às normas e aos estatutos que regulamentam os princípios de convivência:

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certos contextos, caracterizados por lutas em defesa de novas ideologias contra velhos poderes, e nascidos de forma gradativa, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (BOBBIO, 1998, p.5)

Partindo desse pressuposto, e reforçando a importância da educação para os direitos humanos, a escola deve: (a) prezar por relações saudáveis; (b) apresentar-se de forma

agradável, por meio de um ambiente acolhedor, onde todos se sintam livres, respeitados em suas diferenças e limitações, e valorizados; e (c) evitar que as desigualdades possam provocar comportamentos de agressividade e de violência, tão frequentes nesse espaço.

Não dá para querer igualdade sem tolerar a diferença, para não virar opressão. Todo mundo deve ter direitos iguais, as pessoas devem ser iguais perante a lei. Mas isso em momento algum deve significar que elas tenham que ser iguais. Porque, simplesmente, não são e não serão nunca. (MACHADO,1996, p. 11)

Ao realizar uma leitura do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), em busca de amparo legal para a tomada de decisões frente ao problema disciplinar na escola, nenhum item específico e claramente definido foi encontrado. Em vista disto, e para não transformar a escola em um espaço opressor, a equipe escolar deve ter clareza sobre os objetivos expressos nos discursos e nos documentos oficiais que norteiam a educação. Também é preciso compreender como estes se relacionam com os princípios da instituição. O educador deve, de acordo com os direitos humanos, lutar pela igualdade e pelo respeito, refletir sempre sobre as ideias defendidas, em especial aquelas diretamente relacionadas à (in)disciplina e às formas de punição aplicadas no âmbito da administração escolar.

Seguindo essa linha de raciocínio e ainda em busca de amparo legal para as normas a serem tomadas frente aos conflitos existentes no interior escolar, está o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei nº8.069, promulgada em 13 de julho de 1990. Esse Estatuto, marco na legislação de proteção da criança e do adolescente, estabelece normas no âmbito nacional, com relação ao tratamento social e legal das crianças e dos adolescentes; além disso, prevê a implantação de políticas de atendimento em favor da população infanto-juvenil.

Assim, de acordo com o ECA (BRASIL,1990), nos termos do seu art. 2º, criança é a pessoa de até 12 (doze) anos de idade incompletos. Já adolescente é o sujeito entre 12 anos completos e 18 anos de idade. Essa lei fortalece a ideia de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, como todo cidadão, por isso, devem ser respeitados, principalmente pelos indivíduos responsáveis por educá-los.

Além de refletir sobre o que foi até agora mencionado, para que diretores e professores possam agir com a propriedade que a profissão lhes confere, é necessário explorar alguns conceitos, entre eles, o de ato infracional, que será apresentado a seguir, conforme o ECA (BRASIL, 1990).

2.4 Indisciplina e ato infracional

A definição para ato infracional, considerada neste trabalho, foi encontrada no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 103. Segundo o documento, “Ato Infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990). Para fins de esclarecimento, entende-se por contravenção penal, de acordo com a mesma lei, o ato ilícito, de menos importância que o crime, que acarreta ao seu autor somente a pena de multa ou a prisão simples. O crime, por sua vez, de acordo com Jesus (1980, p.142), pressupõe uma violação da lei penal incriminadora, ou seja, seu conceito formal resulta do aspecto da técnica jurídica, do ponto de vista da lei. Segundo Noronha (1983), há também o conceito material de crime: a conduta praticada pelo ser humano, que lesa ou expõe a perigo o bem protegido pela lei.

Ressalto, nesta parte do texto, o significado de “delito”, termo utilizado em jurisdições de direito civil, que é uma infração à lei, ao dever; sinônimo de crime e de culpa (AURÉLIO, 2010). Se o infrator for maior de 18 anos, usa-se, então, os termos delito, crime ou contravenção penal. Em obediência ao princípio da legalidade, apenas se enquadram como crime ou contravenção as condutas previstas na legislação em vigor.

Vale lembrar que a criança, ao ser considerada como incapaz de entender o caráter ilícito do fato por ela praticado, é por lei inimputável, conforme determina a Constituição Federal, no seu art. 228: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (BRASIL, 1988). Isso é reforçado pelo art. 26 do Código Penal Brasileiro, promulgado pelo Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940: “É isento de pena o agente que, ao tempo da ação ou da omissão, é inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento” (BRASIL, 1940). Devido à imputabilidade penal se iniciar aos 18 anos, não pode ser aplicada pena às crianças e aos adolescentes, apenas medidas socioeducativas. Logo, a conduta delituosa da criança ou do adolescente será denominada tecnicamente como “ato infracional”.

É importante salientar que nem todo ato disciplinar corresponde a um ato infracional, pois tudo depende do contexto em que se dá a ocorrência. No entanto, todo ato infracional pode corresponder a um ato de indisciplina. Portanto, como já mencionado neste trabalho, a linha que diferencia indisciplina do ato infracional é tênue. Em especial, quando há violência, as dúvidas são ainda maiores; por isso, cabe ao gestor escolar analisar o contexto em

que o ato foi praticado pelo aluno, definir sua classificação como ato infracional ou indisciplina, e somente após isso, realizar os encaminhamentos adequados a cada situação.

É fato que a escola faz parte da sociedade e, como tal, possui normas de conduta e de convivência. Além de todos os membros da equipe escolar terem ciência e clareza sobre elas, é preciso que compreendam, igualmente, as normas legais, previstas nas legislações federal e estadual, bem como no Código Penal Brasileiro (crimes e contravenções), às quais toda a comunidade escolar está sujeita, a fim de corretamente segui-las e respeitá-las.

Nesse sentido, paralelamente à legislação geral, com vistas às necessidades existentes dentro da escola, existe o Regimento Escolar – documento com princípios e fundamentos legais, articulado com o Projeto Político Pedagógico (PPP), que, por sua vez, contempla os direitos e deveres dos alunos, orientando o trabalho a ser desenvolvido no ambiente escolar.

O Regimento Escolar é a “lei” a ser seguida no espaço escolar, cuja base legal é a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu art. 206, no qual são estabelecidos os princípios norteadores dos regimentos escolares. Em linhas gerais, esse documento surge da reflexão que a escola tem sobre si mesma, devendo respeitar, contudo, a legislação e a ordem aplicadas no país, no estado e no município onde se localiza.

Frente a isso, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE/SP) publicou deliberações e instruções que disciplinam esse documento. Por exemplo, a Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 10, de 30 de setembro de 1997, trata das normas para a elaboração do Regimento dos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio.

Artigo 1º - Os Regimentos Escolares dos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, a serem elaborados para vigência a partir de 1998, em atendimento à Lei federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, devem obedecer às orientações constantes da indicação anexa. (CEE, 1997)

Tal deliberação tem a finalidade de auxiliar a reestruturação de sistemas de ensino e escolas, no Estado de São Paulo, tendo em vista a LDB (BRASIL, 1996, p. 149), que, em seu art. 88, § 1º, estabelece que: “As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos”.

Mesmo assim, fez-se ainda necessária a elaboração de um novo Parecer pelo Conselho Estadual de Educação – o Parecer CEE n. 67, de 18 de março de 1998, que dita as normas regimentais básicas para as escolas estaduais, incumbindo-as de elaborar seu próprio regimento, e reforçando, no Capítulo IV – Das Normas de Gestão e Convivência, o que já

havia sido estabelecido pelo Parecer CEE nº10 de 1997, sobre as Normas de Gestão e Convivência, cujos artigos relevantes (art. 24 e art. 26) estão destacados a seguir:

Art. 24 – As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola e se fundamentarão em princípios de solidariedade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática.

Art 26 – Nos casos graves de descumprimento de normas será ouvido o conselho de escola para aplicação de penalidade ou para encaminhamento às autoridades competentes. (CEE, 1998)

Mediante o exposto e no que tange às questões concernentes à violência, ao ato infracional e à indisciplina, mais uma vez, nada foi especificado, ficando a cargo da escola estabelecer as relações de convivência, em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e demais legislações em vigor.

Fica, portanto, evidente a necessidade de constar a caracterização de ato infracional no Regimento Escolar, pois nele estão as regras disciplinares, bem como as sanções a serem aplicadas. Ou seja, esse é um documento fundamental para o enfrentamento das questões disciplinares, no ambiente escolar. Em vista disso, as condutas que ferem às normas contidas no Regimento Escolar são consideradas como indisciplina. Contudo, um mesmo ato pode ser considerado indisciplina ou ato infracional, sendo os encaminhamentos diferentes para cada caso, a depender do contexto em que foi praticado.

Por exemplo, uma ofensa verbal pode ser caracterizada como ato de indisciplina, contudo, dependendo do tipo de ofensa e da forma como ela foi dirigida, sua classificação mudará para ato infracional (difamação, ameaça ou injúria), identificável na legislação vigente. Em resumo, os atos de indisciplina consistem no descumprimento das normas fixadas pela escola, tais como desrespeitar os colegas e os professores ou atrapalhar o andamento das aulas; são condutas que violam as regras de convivência, mas não obrigatoriamente estão tipificadas e descritas nas leis penais.

Por conseguinte, toda conduta humana que atente contra a lei penal e lese os bens jurídicos mais importantes, como a vida, a integridade física, a dignidade sexual, o patrimônio e a ordem pública, tais como a embriaguez; o desacato a funcionário público no exercício da sua função ou em razão dela; as atitudes de discriminação ou preconceito racial, de cor, devido à etnia e à religião, são condutas descritas e tipificadas nas leis penais como crimes ou contravenções penais. Quando tais condutas ocorrem no interior da escola, praticadas por menor de 18 anos, elas são tipificadas como “ato infracional”.

O ato infracional terá desdobramentos legais, junto à Delegacia de Polícia, ao Conselho Tutelar ou ao Ministério Público, conforme for apresentado. A tomada de decisão frente aos casos de indisciplina, em contrapartida, é de responsabilidade da gestão escolar que, por sua vez, deve se lembrar de analisá-los à luz dos direitos humanos, em conformidade com as normas regimentais escolares, tipificando-os da maneira mais apropriada, a fim de tomar as providências adequadas, de maneira prudente e de forma ética.

Vale ressaltar que as sanções por parte das autoridades escolares jamais podem impedir o exercício do direito fundamental à educação; ao contrário, tanto os atos de indisciplina quanto os atos infracionais exigem a atenção da equipe escolar, para que os encaminhamentos ocorram de forma assertiva e possam apurar e suprir as reais necessidades que, porventura, tais alunos apresentem. Nesse caso, seja uma simples orientação, seja a indicação de tratamento, sob os pontos de vista pedagógico e/ou psicológico, é fundamental a utilização de métodos apropriados para a obtenção de uma solução amigável de conflitos e/ou o atendimento efetivo à necessidade observada. Favorecer a abordagem de tais questões à luz dos direitos humanos, primando pelo direito à igualdade e ao respeito, pode ser um caminho capaz de promover nos educadores a reflexão sobre suas práticas e a revisão de seus conceitos.

Alguns docentes relacionam a disciplina de forma direta à obediência e/ou submissão à autoridade, por meio de punições, conforme denunciou Foucault (1996, p. 106): “A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. [...] É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares [...]”. Tais docentes pensam assim por considerar essa, talvez, a melhor forma de conseguir um ambiente menos desrespeitoso e conflituoso; todavia, falta-lhes compreender a indisciplina sob uma perspectiva diferente, inovadora e que respeite os direitos humanos dos estudantes.

Fazendo uma alusão entre o pensamento de Foucault (1996) e o espaço escolar, nota-se que a vigilância coloca o indivíduo em constante situação de medo e de alerta. Sendo assim, obediência e disciplina se configuram como exigências para a normalização, relacionadas ao ato disciplinador. Na escola, a vigilância é facilmente notada por meio dos olhares constantes de diretores, professores, coordenadores, funcionários e até mesmo entre os colegas de turma.

Então, ao repensar as práticas, ampliar os olhares e realizar análises profundas sobre as sanções e/ou punições aplicadas pela equipe escolar, à luz dos direitos humanos, busca-se

compreender os comportamentos que permeiam a ação dos estudantes, visto que esses podem ser meios facilitadores para a construção de novas práticas pedagógicas, voltadas à cooperação e à valorização do indivíduo. Considero, portanto, que não há como alcançar a formação de cidadãos conscientes e críticos, com relação ao seu papel como sujeitos de direitos e deveres, bem como de agentes de transformação social, sem permitir que tenham voz.

Segundo Carvalho (2004, p. 87), “a efetivação de uma educação voltada para a formação ética e para o exercício da cidadania aparece como um novo desafio, cujo enfrentamento, por sua vez, também exigiria o desenvolvimento de novas abordagens e metodologias de ensino.” Ademais, como afirma La Taille (1996, p.23):

E para ser cidadão, são necessários sólidos conhecimentos, memória, respeito pelo espaço público, um conjunto mínimo de normas de relações interpessoais e diálogo franco entre olhares éticos. Não há democracia se não houver respeito pela opinião pública.

2.5 Indisciplina, violência escolar e solução de conflitos: o Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC)

Neste subcapítulo, de início, esclareço que as considerações que teço referem-se às minhas próprias observações e opiniões como diretora da escola pesquisada, não fazendo parte da coleta de dados da pesquisa propriamente dita. No entanto, como existe a figura do PMEC no sistema estadual e na unidade em que atuo, achei por bem fazer esses comentários e apreciações sobre essa função.

Entende-se a violência nas escolas como um problema social, que requer a atenção do Estado. As relações interpessoais, às vezes difíceis, são fatores que levam à percepção do quanto a violência tem afligido a população, de forma universal, com diferentes configurações, maneiras e manifestações. Assim, ao ganhar novos significados, de acordo com os tempos históricos, lugares e relações, a violência e seus desdobramentos é merecedora da atenção das escolas.

É consensual o reconhecimento da vulnerabilidade negativa (riscos e obstáculos) da escola diante de distintos processos contemporâneos[...] A vulnerabilidade da escola a várias violências, macrossociais, viria aumentando também sua perda de legitimidade como lugar de produção e transmissão de saberes, quando contraposta ao alcance social, ampliação do escopo e do acesso de novos meios de formação (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p.25).

Vale ressaltar que a proteção integral à criança e ao adolescente é uma obrigação que se impõe a todos. Isso implica garantir um ambiente socialmente saudável, que propicie

condições indispensáveis para que homens e mulheres, em fase de formação, possam ampliar seus horizontes.

Com base no argumento de construir esse ambiente, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP/SP), criou, em 2009, um sistema para prevenir ou amenizar as violências escolares, que prevê ações, dentre as quais destaca-se a implantação de um sistema eletrônico de Registro de Ocorrência Escolar (ROE) (SÃO PAULO, 2009). O ROE é uma ferramenta on-line, em que os Diretores de Escola realizam o registro de ocorrências de cunho disciplinar e de natureza delituosa, que acontecem no âmbito da comunidade escolar.

Os registros de ocorrências são monitorados pela Secretaria de Educação para possibilitar ações de suporte técnico às escolas em situação de maior vulnerabilidade no que tange à violência. Buscas de apoio policial, do poder judiciário, de serviços de proteção à criança e ao adolescente e de serviços de saúde são algumas dessas ações.

Também no ano de 2009, houve a publicação de dois manuais para as escolas públicas estaduais, com diretrizes que estabelecem a normatização e normalização das escolas, no sentido de garantir um ambiente escolar harmônico (SÃO PAULO, 2009). Estes, no entanto, não serão alvo de maiores detalhes neste trabalho.

Com a finalidade declarada de construir diálogos e mediar conflitos, a partir de ações que busquem a cultura da paz no ambiente escolar, a SEE instituiu o Sistema de Proteção Escolar (SPE) na rede estadual de ensino de São Paulo, em 2010, e criou a figura do Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC), função regulamentada pela Resolução SE n. 19/2010 (SÃO PAULO, 2010), da qual destaco os artigos 1º e 7º:

Art. 1º –Fica instituído o Sistema de Proteção Escolar, que coordenará o planejamento e a execução de ações destinadas à prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar, com o objetivo de proteger a integridade física e patrimonial de alunos, funcionários e servidores, assim como dos equipamentos e mobiliários que integram a rede estadual de ensino.

Art. 7º –Na implementação das ações específicas do Sistema de Proteção Escolar, a escola poderá contar com 1 (um) docente para atuar como Professor Mediador Escola e Comunitário(NR)[...].§ 2º - Os docentes que desenvolverão as atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário serão capacitados e observarão, no desenvolvimento de suas atividades, metodologia de trabalho a ser definida por esta Pasta. (SÃO PAULO, 2010)

Como a função do PMEC é articular as diversas relações existentes na escola (aluno-professor, aluno-aluno, escola-família-comunidade), de acordo com a SEE/SP, esse profissional tem incumbências voltadas a demasiadas e complexas questões, que envolvem a

soluções de conflitos de várias ordens. Estrategicamente criada pela SEE, o exercício do PMEC pressupõe envolvimento e empenho, além de uma formação que o capacite para desenvolver uma comunicação assertiva e eficaz no ambiente escolar, que, segundo Aquino (1998, s. n):

[...] é o lugar não só de acolhimento das diferenças humanas e sociais encarnadas na diversidade de sua clientela [...] em outras palavras, escola, é, por excelência, a instituição da alteridade, do estranhamento – marcas indelévels da medida de transformabilidade da condição humana.

O êxito da mediação depende da ação dos sujeitos pertencentes ao contexto escolar (MORGADO; OLIVEIRA, 2009). Estando à frente da gestão da escola pesquisada que, por sua vez, responde à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pude acompanhar o desempenho do PMEC em diversos conflitos internos, desde o início do ano de 2014 até a finalização desta pesquisa. Ao longo desse período, sua atuação resumiu-se ao diálogo, como forma de mediação de conflitos internos, envolvendo professores, alunos e familiares. Seus objetivos são a aplicação de ações pautadas nos direitos humanos, a redução dos preconceitos e a prevenção da violência, além do auxílio no combate à evasão escolar, pelo contato com os responsáveis dos estudantes.

No que diz respeito aos projetos interdisciplinares, o PMEC limita-se à busca de parcerias com os serviços de saúde e de proteção social, sendo a de maior destaque, a parceria com o Conselho Tutelar. Todas essas ações estão centradas no e para o aluno, sem qualquer perspectiva de trabalho coletivo, que envolva toda a equipe escolar.

No que tange à formação, que ocorre por meio de encontros mensais, na diretoria de ensino, e que faz parte da carga horária desse profissional, ela é baseada na justiça restaurativa, isto é, na “técnica de solução de conflito e violência que se orienta pela criatividade e sensibilidade a partir da escuta dos ofensores e das vítimas” (ENCICLOPÉDIA JURÍDICA DA PUCSP, s.d.).

De acordo com os relatos desse profissional na escola na qual atuo como gestora, considero que houve pouco auxílio na mediação dos conflitos existentes no ambiente escolar. Quanto à formação, ela pareceu-me pouco aprofundada, já que acontece por meio da discussões entre os pares, de simulações, da indicação de algumas leituras, e de estudos de caso, nos encontros presenciais, sendo que a justiça restaurativa é apenas citada, mas não explorada. De fato,

[...] um dos problemas na formação dos mediadores, o fato de esta ser realizada por profissionais de outras áreas [...] além de Promotores de Justiça e profissionais de

saúde [...] apesar de seu reconhecido valor, não pertencem à área da Educação (SCOTUZZI, 2012, p. 189).

As experiências diárias, nas quais é possível observar as decisões por parte dos gestores escolares, isto é, as atitudes e as ações tomadas pela direção da escola, permitem ao PMEC construir sua bagagem de conhecimento sem relação aos problemas disciplinares. Na escola estudada, essa experiência tem se mostrado, todavia, pouco eficiente a respeito do que deve ser feito e, principalmente, em relação às teorias existentes sobre o assunto.

Segundo Libâneo (2002), uma formação científica de alto nível é condição para o sucesso escolar, bem como a clara compreensão dos mecanismos do insucesso escolar. Entretanto, isso não é o que ocorre nas escolas, em geral, já que não há clareza sobre como devem ser mediados os problemas e como, de fato, eles são tratados. Destaca-se, inclusive, que o PMEC não tem o poder de decidir sobre a aplicação de sanções, tampouco ocupa um espaço de liderança junto aos docentes, o que cabe à equipe gestora. Então, parece haver certa contradição advinda da própria SEE/SP: de um lado, está a criação da função do PMEC e sua formação com base na justiça restaurativa e na solução pacífica de conflitos; de outro lado, a implantação do ROE para registro de ocorrências disciplinares e/ou delituosas, com base na vigilância e na punição, a cargo do diretor da escola.

Dentro dessa perspectiva, como gestora da escola pesquisada, vejo um profissional com uma formação teórica e prática fragmentada, que pouco tem auxiliado na mediação de conflitos. Na verdade, o que se percebe é apenas mais uma figura no interior da escola, com a finalidade de vigiar os alunos, organizar o espaço e controlar o tempo. Sobre a disciplinarização do indivíduo, podemos recorrer a Foucault (2010, p. 106) para explicar tal situação:

[...]disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares[...].

Ademais, conforme a minha percepção, a comunidade escolar parece não acreditar no trabalho da mediação como caminho para a formação integral do aluno. Isso corrobora o que diz Possato (2014), ao relatar que o PMEC não assume as funções de um mediador de conflitos, não possui um “lugar próprio” dentro da equipe escolar, nem mesmo utiliza a justiça restaurativa e suas técnicas, permanecendo como forma de combate à violência apenas a legislação.

Entendo, então, que um profissional adequadamente preparado, com a formação ideal e objetivos pré-definidos, apto a considerar as múltiplas causas da prática de um ato e seus efeitos, poderia constituir um forte elo entre alunos e professores. Essa adequação permitiria a participação de todos no processo de mediação, refletindo sobre suas práticas e, ainda, propondo sugestões acerca das relações interpessoais e dos possíveis conflitos. Isso motivaria e ampliaria as análises sobre a problemática das violências, tornando possível o vislumbre de novos caminhos, capazes de diminuir ou de acabar com os conflitos e a violência escolar. Na escola que é objeto da pesquisa, infelizmente, isso não tem ocorrido.

SEÇÃO 3. O GESTOR E OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO: ENTRE PROPOSTAS EDUCACIONAIS E QUESTÕES DISCIPLINARES

Esta seção versa sobre o papel do gestor frente às questões disciplinares. Esse é um desafio diário, vivenciado no exercício da função. As reflexões aqui apresentadas abordam a relação existente entre (in)disciplina e algumas propostas educacionais atuais.

3.1 Conceitos de administração e de gestão escolar

Dentre as leituras realizadas, destaca-se a visão de Ferreira (2001), relacionada à contribuição das teorias organizacionais e de seus novos métodos administrativos, oriundos do avanço industrial, que se estenderam, com o tempo, à área da educação. Os novos princípios administrativos do taylorismo e do fordismo deram, nesse sentido, um aspecto diferente à escola, pois incluíam o planejamento das ações e do trabalho, feito por um pequeno grupo, mas executado pela maioria dos atores envolvidos, com fins de atender às necessidades organizacionais da instituição.

Contudo, a história da educação no Brasil nos mostra que a gestão educacional, a partir dos anos 1990, começou a superar o modelo de gestão centralizadora, perpetuado durante décadas, ultrapassando, dessa maneira, a visão restrita da administração, para dar lugar a novas práticas participativas, indicativas do caminho para uma gestão democrática. Por meio dela, o gestor exerce a liderança, porém, há o direito da participação de toda a comunidade escolar nos processos de decisão, conforme determinam os princípios da Constituição Federal, art. 206, inciso VI: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988), o que é também contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), no seu art. 14, a seguir citado.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Em vista da implantação das políticas democráticas na gestão escolar, a responsabilidade do diretor vai além da autoridade conferida pelo cargo e das tarefas burocráticas, somando-se a elas a formação dos envolvidos no processo escolar, em conformidade com as transformações sociais vivenciadas na contemporaneidade que, por sua vez, são refletida na e pela escola. Quanto a isso, para Falsarella (2018, p.28), a realidade da

escola pode ser mudada para melhor: “Não que a gestão deprecie ou desconsidere o aspecto administrativo propriamente dito, mas ela o supera, pois abrange uma série de concepções que este último não abarca, tais como [...]o aspecto dinâmico e conflitivo das relações interpessoais [...]”.

Consequentemente, espera-se desse gestor habilidades para gerir conflitos, bem como competências para a superação dos diversos tipos de hostilidades que se apresentam no cotidiano, sendo a escola, por vezes, lugar de aprendizagem também de atos de agressividade e de violência. O gestor precisa conhecer esses desafios, pois eles constituem um dos requisitos para que seja possível o seu acertado enfrentamento. Para tanto, ele deve se capacitar, a fim de exercer de uma boa liderança, que estimula e orienta a equipe escolar na assunção de compromissos que incluam debates e mudanças. Isso possibilita a construção do conhecimento crítico acerca da realidade onde a escola está inserida. A intenção, portanto, é alcançar uma formação plural dos indivíduos participantes do processo escolar (LÜCK, 2009).

Falsarella (2018, p. 28) explica que, com a participação, “todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim acompanhar melhor a educação ali oferecida”. Isso ocorrer porque, segundo Gomes (2012), quando o líder sabe se comunicar, ele é capaz de estabelecer confiança e cooperação, manter o foco nas questões essenciais, além de oferecer informações úteis e resolver conflitos.

Para melhor entendimento sobre a atuação do gestor, parece-me coerente buscar na literatura os conceitos “administração”, “gestão” e “gestão escolar”. Todavia, como ressalta Falsarella (2018), mais importante do que o termo é a concepção subjacente ao papel do gestor escolar na perspectiva da escola como instituição social, que deve assegurar o direito de toda a população à educação.

Entender o objetivo precípua da educação e os aspectos políticos e democráticos que a cercam é, portanto, fundamental para uma boa gestão, responsável por instituir um trabalho coletivo, em que a participação dos membros da comunidade escolar ocorre de forma articulada e consciente, voltada aos objetivos da escola. Para que se chegue aos objetivos propostos, é preciso direcionamento e coordenação de esforços – ações relacionadas ao conceito de “administração”, apresentado por Paro (1993, p. 18), que é “a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”.

Paro (2002) defende que, para uma administração escolar ser democrática, ou seja, ter participação real no cotidiano da escola, incluindo o direito à voz e ao voto, é importante estabelecer o distanciamento do conceito de “administração de empresas” e de sua relação com o poder e a burocracia, cujo lucro é o objetivo principal, haja vista a perspectiva empresarial ser diferente da educacional. Segundo o autor, soma-se a isso a ideia de que a ação educativa é prioritariamente política, ou seja, “Trata-se de usar a própria educação como instrumento de ação política” (PARO, 2002, p.13), já que

[...] fazer-se homem (histórico) é fazer-se um ser político. Ele só vive se conviver com outros, e isso caracteriza o exercício da política no sentido amplo. É político pois o homem só pode viver politicamente, ou seja, sua existência, como vimos, supõe sempre o plural, a dependência dos demais. Como esse fazer-se homem depende necessariamente da educação –é um fazer-se, educando-se –fica evidente o caráter intrinsecamente político da ação educativa. (PARO, 2002, p.16)

Com caráter essencialmente político e preocupação com o pedagógico, a escola se torna capaz de contribuir para a geração da mudança social, que, por sua vez, está diretamente ligada à ação do professor, como um auxiliador dos educandos no sentido de compreender regras, normas e valores, conforme o contexto no qual estão inseridos, conscientizando-os, dessa maneira, da sua relação com a sociedade.

O significado do termo “gestão escolar” ultrapassa o enfoque limitado à administração, levando-se em conta os complexos problemas educacionais, que exigem uma visão global e abrangente, assim como ações articuladas, dinâmicas e participativas. Portanto, não se trata apenas de uma questão terminológica, mas de novas ideias, que consideram a instituição escolar o veículo de uma orientação transformadora, a partir da rede de inter-relações que ocorrem dialeticamente no seu contexto interno e externo.

Sobre o termo “gestão”, Cury (1997) ressalta que a palavra vem sendo utilizada prioritariamente para designar atividades administrativas, contudo, etimologicamente, o termo latino *gero* deriva de *gestio*, *gestum*, que, por sua vez, vêm *gerere*, cujo significado é “chamar para si, executar, gerar, trazer em si, produzir.” Sendo assim, a “gestão não é só o ato de administrar um bem fora-de-si, mas é algo que se traz para si, porque nele está contida essa forma de perceber a gestão” (CURY, 1997, p. 201).

Em complemento, Lück (2009) esclarece que o termo “gestão”, a partir de década de 1990, ganhou maior espaço na literatura e aceitação no contexto educacional. Além disso, ele passou a ser usado em detrimento do termo “administração”, uma vez que a acepção de “gestão escolar” envolve também a participação da comunidade escolar nas tomadas de

decisões. Assim, segundo a autora, “gestão” passa a ser sinônimo de autonomia e de participação, visto que valoriza os diferentes talentos e permite a todos se sentirem parte do processo, compreendendo seus papéis e suas responsabilidades, o que implica trabalho coletivo e compartilhado, em busca de objetivos comuns:

[...] O conceito de gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com as partes e destas entre si, de modo a promover maior efetividade do conjunto (LÜCK, 2009, p. 34)

Lück (2009, p.32) ainda argumenta, destacando que:

Planejar a educação e a sua gestão implica em delinear e tornar clara e entendida em seus desdobramentos a sua intenção, os seus rumos, os seus objetivos, a sua abrangência e as perspectivas de sua atuação, além de organizar de forma articulada, todos os aspectos necessários para a sua efetivação.

Sem a pretensão de esgotar os conceitos existentes acerca dos temas “gestão” e “administração”, devido às inúmeras possibilidades de estudo permitidas, conforme o contexto ideológico em que são abordados, em linhas gerais, o conceito de “gestão escolar” ultrapassa o de “administração” por ser este ser mais dinâmico e participativo.

Nesta pesquisa, a gestão escolar é entendida como aquela que engloba o trabalho da direção da escola junto aos coordenadores, professores, agentes de organização escolar, alunos e pais, com o objetivo de uma educação: que privilegia o respeito aos direitos humanos; não se paralisa diante dos desafios; age com criatividade diante dos obstáculos; e almeja o comprometimento de todos nas tomadas de decisões. Trata-se, pois, de uma gestão democrática da escola, que valoriza “a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, na construção coletiva dos objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca de consenso” (LIBÂNEO, 2008, p.132).

Diante disso e no enfrentamento diário dos obstáculos, o gestor precisa garantir meios que possibilitem a participação de todos os membros da escola e o

[...] entendimento dessa organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação especial da liderança e articulação, a compreensão de que a mudança de processos educacionais envolve mudanças nas relações sociais praticadas na escola e nos sistemas de ensino. (LÜCK, 2000, p. 16)

3.2. Jovens do ensino médio

Em busca de pensar a respeito do papel da administração escolar para a juventude e sobre a questão disciplinar no ambiente educacional, nota-se importante protagonismo dos gestores escolares na construção do ambiente organizacional dessas instituições. Essas são reflexões que precisam ser feitas por todos da comunidade escolar (pais, alunos e professores). Cabe a esses gestores a promoção de um trabalho que vise à articulação de toda a equipe; e à equipe, a participação nas decisões estratégicas, de modo a motivar o jovem às descobertas e às mudanças de atitudes, a partir dos conhecimentos adquiridos por meio de aprendizagens significativas no contexto escolar – questões de grande relevância, que precisam ser constantemente discutidas.

De fato, o ambiente escolar, que é o espaço das relações interpessoais por excelência, e uma organização social que reflete o contexto no qual está inserida, com tecnologias cada vez mais inovadoras e uma velocidade nunca antes pensada para a circulação de informações. Por conta de todas essas transformações, o espaço escolar tem presenciado inúmeras posições individualistas, já que cada indivíduo pensa em si mesmo, nos seus interesses e nos seus próprios objetivos. Isso corrobora os pensamentos de Bauman (2001) acerca da modernidade e da vida social, marcada por um momento de individualismo sem precedentes.

Nesse contexto, sistematizar essas questões, propiciar um convívio escolar salutar e, ainda, garantir uma formação capaz de responder aos anseios da sociedade, formando cidadãos críticos e participativos, aptos a ocupar o mercado de trabalho, a fim de melhorar toda a comunidade, tem sido uma tarefa bastante complexa para o gestor escolar.

Para Lück (2000, p. 12):

A própria sociedade, embora muitas vezes não tenha bem claro de que tipo de educação seus jovens necessitam, já não está mais indiferente ao que ocorre nos estabelecimentos de ensino[...] Não apenas exige que a escola seja competente e demonstre ao público essa competência, com bons resultados de aprendizagem pelos seus alunos e bom uso de seus recursos[...] como a decidir sobre os mesmos.

É indispensável aos educadores entender, em profundidade e com a disposição para rever antigos conceitos e posturas, que não refletem mais a realidade, o que é ser jovem nos tempos atuais, ampliando, com isso, a compreensão dos comportamentos e dos anseios do alunado. Somente assim, a escola poderá ofertar uma educação adequada, conectada com o mundo circundante, que represente a realidade; e uma escola que faça sentido para o estudante.

Nesse sentido, Dayrell (2007) relata que os jovens trazem para a escola suas características e práticas sociais e um universo simbólico próprio, que precisa ser entendido.

Ou seja, eles têm uma bagagem cultural da sua experiência de vida, de onde moram, estudam, frequentam. Isto é, como indica Novaes (2000, p. 47), apresentam “características comuns e vivenciam diferenças importantes em decorrência das classes sociais distintas, das relações de gênero, de estilo de vida, do local onde moram”.

No Brasil, os limites cronológicos, de acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990), definem a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (art. 2º), deixando o conceito de menor subentendido para aqueles com menos de 18 anos (sendo este público focalizado nesta pesquisa, que abarca estudantes de 15 a 18 anos). Eisenstein (1999) ressalta que a idade cronológica, muitas vezes, não é o melhor critério descritivo para diversos estudos, como os antropológicos, os clínicos, os comunitários ou populacionais, por exemplo, devido às características de variabilidade e diversidade dos parâmetros biológicos e psicossociais que ocorrem nessa época.

Difícil precisar o que é juventude! Quem não se considera jovem hoje em dia? O conceito de juventude é bem elástico: dos dezoito aos quarenta, todos os adultos são jovens. A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição. (KEHL, 2006, p. 89)

A propósito, Groppo (2000) reforça que “as faixas etárias reconhecidas pela sociedade moderna sofreram várias alterações, abandonos, retornos, supressões e acréscimos ao longo dos dois últimos séculos”. Todavia, o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), criado em 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.129 (BRASIL, 2005), com o intuito de formular e propor diretrizes voltadas às políticas públicas para a juventude, em todas as esferas da vida social, caracteriza como jovem o sujeito com idade compreendida entre os 15 e 29 anos.

Os estudos de Falsarella e Grosbaum (2016) sobre a exploração teórica e legal a respeito da juventude e do ensino médio, a análise do discurso e das representações dos estudantes acerca da escola, e a juventude e o futuro, permitem concluir que os jovens, ao receberem influências culturais ou sociais, interpretam-nas de acordo com os diferentes valores dos grupos aos quais pertencem. Ou seja, compreendem tudo conforme a bagagem cultural que possuem; dessa maneira, cada indivíduo interpreta as situações e os problemas de maneira diferente à do outro. Nesse sentido, afirma Weller (2010, p. 211):

A situação de classe e a situação geracional têm em comum a limitação desses indivíduos a um determinado campo de ação e de acontecimentos possíveis, produzindo uma forma específica de viver e de pensar, uma forma específica de intervir no processo histórico.

Conforme esse entendimento, a construção da identidade do jovem ocorre a partir de muitas variáveis. Não é possível afirmar que existe um “jovem padrão”, com identidade única, capaz de representar o jovem do ensino médio brasileiro. De acordo com Falsarella e Grosbaum (2016), os estudiosos do tema falam em “juventudes”, sendo este um conceito que vem se solidificando ao longo dos tempos, em virtude da variedade dos grupos juvenis. Contudo, encontrar uma definição para juventude não é nada fácil, pois as percepções que envolvem o tema são históricas e culturais. Certamente, vários autores trouxeram importantes contribuições sobre o tema, sendo meu propósito aqui situar o “ser jovem” no espaço escolar atual.

Nesse sentido, Peregrino (2007, p. 1) expõe algumas maneiras pelas quais o jovem é apresentado nos espaços escolares: “funkeiros”, “roqueiros”, “pagodeiros”, “acomodados”, “rebeldes”, “trabalhadores”, “estudantes”, “estagiários”, “revolucionários”, “tatuados”, “mauricinhos”, “patricinhas”, “favelados”, “manos”, “minas” etc. São inumeráveis as expressões que os diferenciam uns dos outros, acerca das maneiras de se expressar e de apreciar a vida, em meio às múltiplas possibilidades que caracterizam o termo juventude.

3.3 Propostas educacionais e questões disciplinares

É fato que ao longo da história a escola tem ampliado as oportunidades de ensino, contudo, ela ainda se mostra com uma educação permeada por injustiças frente a uma sociedade marcada por transformações econômicas, culturais e sociais. Isso demanda a quebra de paradigmas, em especial quando o espaço educacional não acolhe as experiências e os conhecimentos que ultrapassam os muros escolares.

Mediante o exposto, e de acordo com Charlot (2005), é preciso levar em consideração o sujeito, a partir das atividades que ele realiza e a singularidade de sua história. O indivíduo é visto ao mesmo tempo como ser singular e social, “[...] as relações sociais estruturam a relação com o saber e com a escola, mas não a determinam [...]” (CHARLOT, 2000, p.62).

Sendo assim, a educação não pode importar-se apenas com acúmulo de conteúdo; deve buscar estabelecer as relações existentes entre eles e o saber, para que possa entender e refletir sobre o meio circundante. Deve-se

Aprender para participar da construção de um mundo pré-existente [...] nascer, aprender, é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, onde se diz quem eu sou, quem é o mundo, quem são os outros. (CHARLOT, 2000, p.53)

As escolas, muitas vezes, baseiam-se em princípios metodológicos focados no ouvir e no repetir, organizados para aprendizagens distantes dos saberes trazidos pelos alunos, causando constantemente conflitos entre os sujeitos sociais. Portanto, é um desafio pensar sobre as práticas pedagógicas oferecidas aos jovens porque, em grande parte, os currículos escolares estão desconectados de sua realidade. Sobre isso, destaco a seguinte ideia:

Os jovens enfrentam a realidade de instituições públicas que se orientam predominantemente para a oferta de conteúdos curriculares formais e considerados pouco interessantes pelos jovens. Isso implica em dizer que as escolas têm se apresentado como instituições pouco abertas para a criação de espaços e situações que favoreçam experiências de sociabilidade, solidariedade, debates públicos e atividades culturais e formativas de natureza curricular ou extraescolar. (CARRANO, 2007, p.60)

Um dos principais entraves à educação escolar é o desinteresse dos jovens pelas disciplinas curriculares, o que demonstra a importância da articulação entre os conteúdos curriculares e a sua integração com a realidade. Exemplificar questões curriculares com a vivência dos alunos permite a compreensão mais adequada do conhecimento, visto que há familiaridade com o assunto.

Busca-se, assim, superar os currículos rígidos e inflexíveis, considerados por muitos jovens como desinteressantes. De acordo com dados da pesquisa Ibope 2016, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), o percentual de 72% dos brasileiros é favorável à mudança no ensino médio. Além disso, a pesquisa aponta que 70% se declaram a favor de o jovem escolher as matérias em que irá se aprofundar e entre a formação regular ou técnica.

É fato a urgência em repensar as práticas escolares e a necessidade de reforma para um modelo coerente com as necessidades apresentadas pelos jovens. É preciso, pois, construir uma escola que dê voz aos alunos, importância à argumentação, repasse responsabilidade, e não manter um modelo que pratica a simples exposição dos conteúdos. Consequentemente, esse é um desafio colocado não somente à escola, mas a um país marcado por uma expansão da escolarização e, ao mesmo tempo, por uma situação de baixa qualidade de ensino.

Naturalmente, é fundamental a todo educador, em especial ao gestor, como bem disse Falsarella (2018), que se tenha um olhar investigador e uma escuta sensível. Ele sempre deve estar atento à cultura dos vários subgrupos que interagem na escola, reconhecer o valor social de sua prática e, ao mesmo tempo, de seus deveres profissionais, sendo capaz de lutar por uma escola de qualidade e para todas as crianças e jovens, indisciplinados ou não.

De acordo com essa perspectiva, alguns comportamentos que ocasionam tumulto em sala de aula, como conversas paralelas, gracejos, entre outros, podem estar indicando uma

recusa à adesão de práticas fortemente arraigadas no cotidiano escolar. Essas ações frequentemente comprometem a disciplina, causando conflitos e desgaste na relação professor-aluno. Além disso, demonstram, mesmo que de forma inadequada, que se almeja por uma educação mais aberta, mais fluida e mais democrática. Ademais,

A indisciplina escolar não é um fenômeno estático que tem mantido as mesmas características ao longo das últimas décadas. Sob diversos aspectos, a indisciplina escolar, hoje, se diferencia daquela observada em décadas anteriores, as expressões e o caráter da indisciplina por exemplo, apresenta mudanças. (AQUINO, 1996, p. 101)

Nesse contexto, o gestor escolar não pode limitar a participação do jovem; ao contrário, deve favorecer atividades que levem ao desenvolvimento de argumentações, promovam reflexões por parte do aluno, e que permitam a construção de sua autonomia, buscando, assim, uma melhoria nas relações interpessoais do ambiente escolar.

[...] A escola desempenha uma função social, que diz respeito à formação do ser humano[...] e com o avanço das tecnologias, o aspecto mais difícil, e também o mais relevante, da gestão escolar é a condução das relações interpessoais, tendo em vista o bom desenvolvimento da dimensão didático-pedagógica do trabalho escolar (FALSARELLA, 2018, p.37)

Tendo por base objetivos voltados à formação integrada e integral do indivíduo, foi promulgada a Lei nº13.415 de 16 de fevereiro de 2017 (Reforma do Ensino Médio) (BRASIL, 2017a), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹ (BRASIL, 1996), com previsão de mudanças nos conteúdos curriculares, juntamente com a proposta da subdivisão dessa etapa em itinerários formativos, aumento da carga horária e ampliação do número de escolas de tempo integral, destacando a possibilidade de os estudantes do ensino médioconstruírem seus projetos de vida, cursando um segundo itinerário formativo voltado ao mundo do trabalho.

Ressalta-se que a Lei do Novo Ensino Médio não determina que todas as escolas passem a ter o ensino médio integral, mas sinaliza que, progressivamente, as matrículas em tempo integral sejam ampliadas. Destaco, a seguir, as mudanças indicadas na lei, para as quais julgo ser necessário um olhar reflexivo dos educadores, em especial do gestor da escola, que deve estar atento para que não haja retrocesso. Isso é essencial para que a formação do aluno, ao final do ensino médio, possa ser, de fato, integral; e a sociedade conte com indivíduos

¹Além da LDB (n. 9.394/1996), a Lei n.13.415/2017 (BRASIL, 2017a) altera a legislação sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Lei n.11.494/2007); a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), (Decreto-Lei n. 5.452/1943 e Decreto-Lei n. 236/1967); revoga o dispositivo sobre ensino da língua espanhola (Lei n. 11.161/2005); além de instituir a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

possuidores de conhecimentos amplos e úteis à sua vida e à sociedade, que adotem atitudes e posturas éticas, sem perder de vista os direitos humanos, fundamentais a sociedade mais justa e democrática.

A Lei n. 13.415/2017 alterou a LDB, acrescentando o art. 35-A :

§ 7 ° Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

§ 8° Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (BRASIL, 2017a)

Destaco ainda, o art. 4° da Lei n. 13.415/2017, que determina a alteração do texto original do art. 36 da Lei n, 9.394/1996, passando a vigorar a seguinte redação:

Art. 36 – O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I –linguagens e suas tecnologias;

II –matemática e suas tecnologias;

III –ciências da natureza e suas tecnologias;

IV –ciências humanas e sociais aplicadas;

V –formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017a)

É fato que o ensino médio brasileiro apresenta grandes desafios, assim como as mudanças nas legislações e documentos educacionais, que prometem mudar sua estrutura até 2022, tanto nas redes públicas quanto nas privadas. Consequentemente, a trajetória a ser percorrida pelo jovem será alterada.

Frente ao exposto, novas propostas têm surgido com o objetivo de trazer mais sentido para a escola e engajar os estudantes. Dessa maneira, objetiva-se a aprendizagem direcionada a todos, por meio de uma educação integral, que busca desenvolver tanto as habilidades cognitivas quanto as socioemocionais. Nesse contexto, no primeiro semestre de 2019, foi criado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o Programa Inova Educação (SÃO PAULO, 2019b), cujo o objetivo é tornar a escola mais conectada com os sonhos e as necessidades dos adolescentes, além de promover novas oportunidades para todos os jovens.

De acordo com a proposta desse programa, há inovações para alinhar as atividades educativas às vocações, desejos e realidade de cada um; melhorar o clima na escola; e fortalecer a ação dos professores para criar novos vínculos com os alunos.

Quanto ao gestor, ele deve focalizar ainda mais as questões pedagógicas, já que as propostas de mudanças apontam para um ensino no qual o jovem seja o protagonista. Com isso, é dele a responsabilidade de buscar a conciliação das propostas educacionais e as questões disciplinares, a partir da construção de um ambiente acolhedor, com espaços de diálogos e debate de ideias.

A nova proposta da SEE/SP precisa, portanto, muito mais do que planos e ideias para uma implementação eficaz e eficiente, e da dedicação de todos os envolvidos. O grande desafio do gestor é ter um olhar crítico e analítico sobre as mudanças propostas, sem ser centralizador e autoritário. Ele deve manter a escola funcionando, dar voz aos atores e estar preparado para enfrentar os constantes desafios de um processo dialógico de tomada de decisões. Face a minha experiência e realidade profissional, sinto que as mudanças devem acontecer não apenas no que tange à estrutura curricular ou às metodologias educacionais, como também nos pensamentos e nas ações dos educadores que, por vezes, mostram-se descrentes do potencial de nossos jovens. Enfim, há muito a ser pensado, haja vista o abismo social que precisa ser vencido, por meio do empenho de todos os profissionais da educação, dos familiares e da sociedade em geral.

SEÇÃO 4. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E RESULTADOS EDUCACIONAIS

Esta seção realiza uma caracterização da escola e de seus membros, para que se possa imaginar sua realidade e compreendê-la como única. Também apresenta os resultados educacionais, obtidos nas avaliações externas entre os anos de 2015 e 2018, e assim situando o nível de aprendizagem dos seus alunos.

O interesse do pesquisador ao selecionar uma determinada unidade é compreendê-la enquanto uma unidade. Isso não impede, no entanto, que ele esteja atento ao seu contexto e às suas inter-relações, enquanto um todo orgânico e à sua dinâmica enquanto um processo, uma unidade em ação. (ANDRÉ, 2001, p. 24)

A escola investigada está localizada em uma cidade do interior do estado de São Paulo, com população de pouco mais de 65 mil habitantes, segundo estimativa para 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), sendo considerado um município de médio porte (SENADO+DIGITAL, 2019).

Fundada em 28 de abril de 1858, hoje com 161 anos, a cidade fica a aproximadamente 300 km da capital. Devido ao seu rico conteúdo histórico-literário, cujo acervo é maior que o número de habitantes, ela foi instituída, por meio de um Decreto Municipal, como a “Cidade do Livro”. Além disso, tanto o acervo quanto a Biblioteca Municipal são os maiores do interior de São Paulo. A cidade possui também uma instituição de ensino superior, um Centro Paula Souza e uma escola técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), bem como três escolas de educação básica da iniciativa privada, catorze escolas para atendimento da educação infantil ao ensino fundamental II ligadas à rede municipal, e seis escolas da rede estadual de ensino, que atendem a educação básica. O município apresenta expressivos atrativos histórico-culturais, rurais e eventos agropecuários de projeção nacional e se destaca, igualmente, pela produção de açúcar, álcool, celulose, rerrefino de óleo usado, alimentos, além de aguardentes, vinhos e cervejas artesanais. Estão presentes no município os seguintes órgãos públicos: Secretaria da Fazenda Estadual, Fórum, Junta de Conciliação e Julgamento, Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran), Delegacia de Polícia, entre outros. Importantes entidades integram o contexto social e político local, além de diversos sindicatos, associações de bairro e clubes de serviços. Destaca-se, no cenário socioeconômico, a presença de empreendimentos industriais de relevo (PORTAL DO MUNICÍPIO, s. d.).

O bairro onde a escola está situada, que é vinculada à Diretoria Regional de Bauru, conta com iluminação pública, água tratada, coleta de lixo, rede de telefonia, transporte coletivo, posto de saúde, imóveis residenciais, igrejas católica e evangélica e possui ainda uma associação para o atendimento a deficientes físicos.

4.1. O Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Segundo o PPP (2015-2018) da referida escola, esta foi criada pela Lei nº 273 de 1 de julho de 1974, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) de 2 de julho de 1974 (BRASIL, 1974). Com a denominação de 3.º Ginásio Escolar, iniciou suas atividades e foi transformada, posteriormente, em Escola Estadual, por meio Decreto nº 44.449 de 24 de novembro de 1999, publicado no DOE de 25 de novembro de 1999 (BRASIL, 1999).

Conforme os dados encontrados na plataforma virtual da Secretaria Escolar Digital (SED), criada pela SEE/SP para facilitar a gestão diária e agilizar as operações que envolvem a administração escolar (professores, alunos, funcionários), no que tange à demanda escolar, os dados indicam que a escola atendia, em 2018, um total de 442 alunos, distribuídos em: 273 alunos matriculados no Ensino Fundamental (EF), Ciclo II (6º ao 9º ano); e 169 alunos matriculados no Ensino Médio (EM), do 1º ao 3º ano. Ela apresenta, assim, uma média de 35 alunos por classe no EF, e de 40 alunos por classe no EM, nos períodos diurno e noturno. Portanto, não há superlotação e o número de matrículas atende ao disposto no art. 2º da Resolução SE nº 2, de 8 de janeiro de 2016 (SÃO PAULO, 2016), que estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos nas unidades escolares da rede estadual de ensino.

Art. 2º –As classes de alunos serão constituídas, de acordo com os recursos físicos disponíveis e na conformidade dos seguintes referenciais numéricos:
II –35 alunos, para as classes dos anos/séries finais do ensino fundamental.
III –40 alunos, para as classes de ensino médio. (SÃO PAULO, 2016)

A referida unidade escolar possui o Regimento Escolar e o Plano de Gestão homologados conforme normas vigentes, além da Associação de Pais e Mestres (APM), do Grêmio Estudantil, do Conselho de Escola, do Conselho de Classe e Série e do Projeto Político Pedagógico, aprovado pelo Conselho de Escola. Contudo, seu Projeto Político Pedagógico aponta como um problema a participação efetiva mínima da comunidade nas tomadas de decisões da escola. Na verdade, o que se observa é que membros da comunidade

comparecem em número expressivo às reuniões do Conselho de Escola e da APM, mas apenas como ouvintes inoperantes.

A gestão passa a reconhecer a importância da participação de todos, tanto na tomada de decisão, orientação, organização, mediante planejamento participativo[...]compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto como uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços, no sentido de melhoria contínua e transformações necessárias. (LÜCK, 2006, p. 44)

No que tange aos recursos físicos, o prédio é funcional e seus ambientes bem distribuídos, porém já avariado pelo tempo, o que gera uma incessante busca da direção por sua reforma. Ela possui sala multimídia e de informática, com 16 (dezesesseis) computadores com acesso à internet, e que atende às comunidades interna e externa. Além disso, possui biblioteca e sala de leitura, ambas com uma quantidade considerável de exemplares para retiradas, conforme a necessidade dos membros da escola.

Após análise do PPP, destaco ainda os seguintes dados sobre à formação acadêmica da equipe gestora e dos professores. Primeiramente, a diretora e o vice-diretor da escola são licenciados em matemática e pedagogia (formação exigida para cargo/função de gestão escolar); a diretora possui também pós-graduação em Gestão Educacional, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, da Universidade de Araraquara. Atualmente, ela substitui o diretor efetivo, afastado para exercer o cargo de supervisor de ensino na diretoria de Botucatu/SP. A professora coordenadora pedagógica é licenciada em história e pedagogia.

Todos os professores com aulas atribuídas nessa unidade escolar têm formação superior e licenciatura plena na área de atuação. Em relação aos professores eventuais, a escola possui dois professores, um habilitado em Geografia e outro em Educação Física, contratados com intuito de garantir os dias letivos determinados pelo calendário escolar homologado e, portanto, substituir as ausências dos professores, em virtude das faltas esporádicas ou licenças de qualquer natureza, desde que inferior a 15 dias.

Vale ressaltar que, na escola pesquisada, 66% de seus professores são efetivos, sendo que 50% desses possuem jornada completa (trabalham 32h diretamente com alunos); 37% do total de professores acumulam cargo/função no mesmo município da escola, conforme dados encontrados na SED durante a realização da pesquisa.

Em relação ao quadro de funcionários da escola, a consulta realizada na SED apontou os seguintes dados: há 19 professores, sendo 6 do sexo masculino e 13 do sexo feminino; um diretor de escola; um vice-diretor, uma coordenadora pedagógica, um professor mediador

escolar e comunitário (PMEC), um gerente de organização escolar (GOE), dois inspetores de alunos, dois funcionários cedidos pela prefeitura municipal para a realização dos serviços relacionados à merenda escolar e três agentes de serviços gerais (terceirizados).

Conforme descrito no PPP, os alunos que frequentam a escola possuem entre 11 anos e 18 anos. São adolescentes e jovens oriundos de famílias muito pobres, que, em grande parte, ocupa funções no comércio ou nas indústrias da cidade. Eles apresentam uma renda familiar que oscila entre um e dois salários mínimos. A maioria dos familiares concluiu apenas o ensino fundamental, sendo poucos os que chegaram a concluir o ensino médio, e raramente há pessoas com formação superior. Ademais, a maioria dos alunos pertence a famílias numerosas (em média, com seis pessoas), que residem em casas pequenas, com dois ou três cômodos, conforme fora revelado em uma pesquisa realizada pela escola.

A família é comunicada e orientada sobre os diversos procedimentos adotados pela escola, que, por sua vez, sempre que necessita realizar alterações nos procedimentos adotados, ou implementar novas políticas públicas determinadas pela SEE, solicita a presença e a colaboração dos familiares.

De acordo com a Resolução SE nº8, de 19 de janeiro de 2012 (SÃO PAULO, 2012), que dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino e conforme a jornada na qual estão enquadrados, eles devem cumprir na escola a Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), que ocorre em dois horários, conforme a carga horária do docente, destinados à formação em serviço do professor, para planejar suas aulas e aperfeiçoar sua prática, além de ser um espaço no qual são transmitidas ao professor as diferentes políticas públicas implantadas pela SEE na rede estadual paulista.

Nota-se que a escola se propõe a realizar um trabalho que atenda a um leque de valores humanos, buscando uma formação psicossocial, cultural, ética e moral. O Quadro 1 indica as perspectivas da instituição, descritas no PPP, no que tange à formação global dos alunos.

Quadro 1: Perspectivas da instituição –Formação global.

Formação psicossocial – ênfase para o trabalho em equipe, a atuação positiva dentro do grupo social, a convivência pacífica com a diversidade de opiniões, a capacidade de resolver conflitos, a consciência dos direitos e deveres, e o comportamento ético.

Formação cultural – estímulo ao desenvolvimento do poder criativo e da sensibilidade; acesso às múltiplas linguagens disponíveis para a expressão do mundo interior; conhecimento das correntes artísticas e filosóficas, que constituem a base cultural da sociedade.

Formação ética e moral – esclarecimento amplo sobre a conquista e o exercício da cidadania; estímulo à solidariedade e ao comportamento leal; valorização das relações interpessoais; respeito à diversidade cultural, étnica, religiosa e comportamental existente no tecido social.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Projeto Político da Escola, 2019.

A perspectiva da instituição acerca da formação global indica preocupação em propiciar caminhos para ensinar normas, valores e atitudes passíveis de organizar as relações para uma convivência justa, com reflexões e entendimento crítico dos contextos e condições de vida, sendo motivo de atenção permanente e fundamental nos espaços educativos.

Para pensar a atuação da gestão da escola pesquisada, pela análise de seu PPP, no que tange ao ensino médio, ressalto que, de acordo com o plano de curso apresentado e suas propostas de ensino, os membros dessa escola entendem que, ao longo de toda a sua vida, o homem moderno está envolvido em um processo ininterrupto de aprendizado; por isso, a escola não está alheia a esse movimento global.

Dessa maneira, questões que dizem respeito a toda a humanidade, como o meio ambiente, os direitos humanos e os destinos das classes sociais marginalizadas, ganham conotação muito especial ao longo do processo educativo. Atividades, teorias e reflexões sobre temas, como ética, cidadania, disciplina, drogas, sexualidade, meio ambiente, respeito à diversidade têm cada vez mais espaço nos projetos desenvolvidos pelos professores.

A escola indica em seu PPP o objetivo de propiciar uma preparação que capacite os alunos a enfrentar os muitos desafios que caracterizam um mundo em permanente transformação, que não se restringem ao vestibular ou ao mercado de trabalho, embora estes também sejam de grande importância. Como destaca Machado (2000, p. 1):

A atividade de investigação é capaz de oferecer um conhecimento novo em relação ao que já se sabe a respeito de uma área ou fenômeno [...] é imprescindível que o plano de trabalho seja construído de forma aberta e flexível, possibilitando sua revisão e formulação a partir de novas formas de entendimento da realidade.

Temas como cidadania, ética, aprendizagem contínua, entre outros, têm estreita relação com a formação do ser humano disciplinado, no sentido de responsabilidade consigo próprio, com o outro, com o bem comum e com a natureza. Esses, inclusive, são temas que poderiam contar com a contribuição do PMEC poderia contribuir; contudo, ele é pouco envolvido nessa discussão.

De acordo com o temário proposto pela coordenação pedagógica para a formação continuada, durante as ATPC, no decorrer do ano 2018, foram programados 39 encontros destinados ao estudo de assuntos/temas diversificados (Anexo 5), conforme consta no plano de gestão da escola. No entanto, mesmo havendo uma preocupação declarada quanto à

indisciplina, essa questão não foi abordada diretamente pela coordenação pedagógica junto aos professores, tampouco estudada ou discutida nesses encontros (Quadro 2).

Isso evidencia a necessidade de repensar a elaboração do temário junto à coordenação pedagógica para esses encontros programados, que precisa claramente tratar dos problemas a serem enfrentados pela equipe escolar, bem como buscar na literatura caminhos possíveis de percorrer, a fim de melhorar as relações interpessoais, avançar no conhecimento e auxiliar adequadamente a todos no tratamento de comportamentos relacionados à indisciplina.

Quadro 2: ATPC – Formação em serviço.

Período	Tema
1º Bimestre	
12/03/2018	Elaboração do contrato didático e orientação de como realizar essa ação em sala de aula.
02/04/2018	Distribuição dos projetos a serem desenvolvidos em 2018 entre as áreas e disciplinas, e discussão das ações necessárias à sua execução.
2º Bimestre	
21/05/2018	Análise e discussão do vídeo “Modernidade líquida” (Leandro Karnal).
18 e 25/06/2018	Debate sobre o texto: O fracasso escolar incomoda vocês? Talvez seja possível fazer algo. “Pedagogia na escola das diferenças” (Philippe Perrenoud), pp. 15-28.
3º Bimestre	
20/08/2018	Texto: Aspectos do desenvolvimento na idade escolar e na adolescência (de Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues e Lígia Ebner Melchiori).
17/09/2018	Estudo do texto: Quais são os sinais de atraso no desenvolvimento de uma criança? (Site: Neuro-saber).
24/09/2018	Distúrbios de aprendizagem. (Site: Neuro-saber).
4º Bimestre	
29/10/2018	Estudo do texto: A formação de professores. (Sérgio Trombetta).
19 e 26/11/2018	Estudo do texto: Motivação para estudar (Adriana Maria Andreis).

Fonte : Elaborado pela autora, com base no Projeto Político Pedagógico da Escola, 2019.

Diante do exposto, posso relatar que a gestão da escola estudada é participativa, apresentando potencialidades e fragilidades, reconhecidas pela própria equipe escolar, conforme o discriminado a seguir (Quadro3).

Quadro 3: Potencialidades e as fragilidades acerca da gestão participativa.

	Potencialidades	Fragilidades
Gestão Participativa	Registro e divulgação das práticas realizadas. Participação elevada em reuniões de pais. Socialização dos indicadores de desempenho da escola junto à comunidade. Grêmios estudantis atuantes, com desenvolvimento de projetos.	Pouco interesse em novas metodologias, e na busca por formação continuada em serviço ou não. Não cumprimento do decidido pela equipe escolar por alguns integrantes do processo. Mesmo frequente, a participação efetiva das famílias durante as reuniões de APM e Conselho de Escola deixa a desejar.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Projeto Político da Escola (2015 a 2018), 2019.

A instituição, que foi objeto desta pesquisa, embora busque a participação dos membros da equipe escolar e de familiares, de forma constante, para discussões e debates sobre o trabalho coletivo, tem obtido pouco sucesso. Ela realiza reuniões periódicas com os funcionários, a fim de corrigir os rumos das atividades e realizar a troca de informações; e com a equipe docente, para reordenar a articulação entre os diferentes componentes curriculares e estabelecer a programação de atividades, nas quais todos assumem responsabilidades sobre o coletivo, despertando, com isso, o interesse pelas diversas ocorrências escolares.

A equipe gestora estimula a participação dos pais na vida escolar dos filhos e compartilha cuidados, pois entende que isso é de fundamental importância, pois influencia diretamente nos resultados da aprendizagem dos alunos. Além disso, esforça-se para fazer com que os membros da comunidade escolar possam compreender que o gestor não controla as decisões a respeito das políticas do sistema de educação, do qual faz parte, como, por exemplo, metas, projetos e programas. A gestão escolar não é, portanto, uma função exclusiva do gestor, visto que, como já dito, ao se apresentar como democrática e participativa, ela deve ser compartilhada, porque

[...] para que a democratização seja concretizada nas escolas, para que ultrapasse a referência abstrata ao ideal democrático, é preciso que ela não se limite às posturas e práticas do gestor, mas se incorpore às ações de todos sujeitos da comunidade escolar, se espraie por todos os setores da escola e chegue à relação dos professores com seus alunos nas salas de aula. (FALSARELLA, 2018, p.40)

Todavia, apesar do PPP e do plano de trabalho apresentarem uma visão positiva da escola, a rotina do gestor tem mostrado que existem situações de conflitos difíceis de se resolver, talvez por conta da demanda de serviços burocráticos e do curto prazo para a tomada de decisões. Isso prejudica a condução de uma gestão democrática e participativa, podendo causar insatisfações aos membros da escola. Por conta disso, “[...] é comum encontrarmos gestores com posturas centralizadoras, que não dividem tarefas e responsabilidades e se sobrecarregam com atividades burocráticas” (FALSARELLA, 2018, p.41).

Frente aos problemas disciplinares, Silva (2011) afirma que discutir e estabelecer regras com a colaboração do corpo discente tem sido uma estratégia de sucesso para muitas instituições escolares; e observar a indisciplina com base na percepção do aluno é extremamente positivo para amenizá-la. A escola, segundo Vasconcellos (1995), deve possuir parâmetros comuns do que é ou não grave, do que se pode ou não fazer.

4.2. O Regimento Escolar

Em vista do que foi apresentado anteriormente, a análise documental revelou informações que permitiram compreender como a escola trabalha a questão disciplinar. Nessa perspectiva, além do PPP, realizei a análise do Regimento Escolar, que foi elaborado com base na ideia da gestão democrática. Seu processo de construção ocorreu de forma colaborativa, pelos segmentos da comunidade escolar, tendo sido discutido e aprovado pelo Conselho Escolar. Sobre isso, destaco a seguinte ideia:

[...] é desta participação que surgirá a possibilidade de o Regimento Escolar não se transformar em letra morta, ou em documento nascido de imposições legais, para preencher as estantes e arquivos da escola ou da Secretaria da Educação. É dela que se originará a sua legitimidade. (ZABOT, 1986, p. 64)

Segundo Veiga (2001), o Regimento Escolar é um documento que possui normas e regras. De cunho legal, ele formaliza e reconhece as relações dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, a escola pesquisada, no Regimento Escolar (2014, p. 10), na Seção III – “Direitos, Deveres e Proibições”, descritos nos artigos 31, 32 e 33, respectivamente, estabelece o seguinte

Art. 31 – Os alunos, além do que estiver previsto em legislação, têm direito à:

- I – formação educacional adequada e em consonância com o currículo oficial e proposta pedagógica da Escola;
- II – respeito à sua pessoa por parte de toda a comunidade escolar;
- III – convivência saudável com seus pares;
- IV – convivência harmoniosa com seus educadores e demais funcionários;
- V – associação, podendo eleger seus representantes;
- VI – Recorrer às instâncias escolares superiores.

Art. 32 – Os alunos, além do que dispõe a legislação, têm o dever de:

- I – comparecer regularmente, pontualmente e de forma participante, a todas as atividades escolares;
- II – respeitar seus educadores, colegas e funcionários, bem como seus valores morais, culturais e religiosos;
- III – respeitar o espaço físico e bens materiais da Escola, colocados à sua disposição;
- IV – comparecer às atividades escolares uniformizados e portando todo o material escolar necessário para as aulas diárias.

§ 1º – aos alunos que, comprovadamente, não puderem adquirir o uniforme, a APM, dependendo de sua disponibilidade, fará a doação.

§ 2º – nenhum aluno será impedido de assistir às aulas, por não estar trajando o uniforme.

- I – Comparecer à escola vestido adequada e decentemente;
- II – Responsabilizar-se pela guarda dos objetos de uso pessoal e utilizados nas atividades escolares; [...]
- VII – Compartilhar com a direção da escola informações sobre questões que possam colocar em risco a saúde, a segurança e o bem estar da comunidade escolar.

Art. 33 – É vedado ao aluno (Proibições):

- I – desrespeitar colegas, professores, funcionários e direção;

- II – perturbar o bom andamento das atividades escolares;
 - III – retirar-se da escola ou sala de aula sem prévia autorização;
 - IV – subtrair para si ou para outrem material da escola, dos colegas, professores, funcionários ou direção;
 - V – danificar propositalmente, no todo ou em parte, o prédio, mobiliário, equipamento escolar, registros e documentos escolares;
 - VI – usar linguagem imprópria;
 - VII – praticar atos indecorosos;
 - VIII – portar, fazer e ou incentivar o uso de material considerado nocivo à saúde, à moral e aos bons costumes;
 - IX – participar, estimular e/ou organizar incidentes de vandalismo, violência grupal ou generalizada;
 - X – portar e ou utilizar qualquer tipo de arma;
 - XI – ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escola;
 - XII – utilizar telefone celular, *paggers*, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento, que perturbem o ambiente escolar ou durante as aulas;
 - XIII – fumar cigarros, charutos ou cachimbos dentro da escola;
 - XIV – utilizar, sem a devida autorização, computadores, telefones ou outros equipamentos de propriedade da escola;
 - XV – ocupar-se, durante as aulas, de qualquer atividade que lhe seja alheia;
 - XVI – violar as políticas adotadas pela Secretaria Estadual da Educação no tocante ao uso da internet na escola, acessando-a, por exemplo, para violação da segurança ou privacidade, ou para acesso à conteúdo não permitido ou inadequado para a idade e formação dos alunos;
 - XII – intimidar o ambiente escolar com bomba ou ameaça de bomba.
- Parágrafo Único – Além dos itens acima especificados é vedado ao aluno apresentar qualquer conduta proibida pela legislação brasileira que viole a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal.

Em tempo: como gestora dessa escola, ressalto que as condutas que ferem as normas contidas no Regimento Escolar, considerando o contexto de sua ocorrência, são consideradas como indisciplina, sendo aplicadas as normas disciplinares, conforme indicado no art. 34 do Regimento Escolar (2014, p. 11).

- Art. 34 – O não cumprimento dos deveres e a incidência em faltas disciplinares poderão acarretar ao aluno as seguintes medidas disciplinares:
- I – advertência verbal;
 - II – advertência escrita;
 - III – suspensão às aulas;
 - IV – encaminhamento às autoridades/órgãos competentes;
 - V – transferência compulsória, desde que garantida vaga em outra escola pública.

De acordo com a análise feita no Regimento Escolar supracitado, acerca das sanções diante dos atos indisciplinados, constata-se que ao professor compete apenas a advertência oral; ao diretor, por sua vez, cabe a advertência oral e escrita, a suspensão por até 6 dias letivos, com encaminhamentos às autoridades ou órgãos competentes, quando necessário.

Ressalta-se que o Conselho de Escola, órgão responsável também por participar da gestão pedagógica da unidade e contribuir com as ações dos dirigentes escolares para

assegurar a qualidade de ensino e a gestão democrática da instituição, quando convocado para tratar de assuntos ligados à indisciplina escolar, pode determinar suspensão de 7 a 10 dias letivos, providenciando encaminhamentos aos órgãos competentes e a transferência compulsória, se for o caso.

O Regimento Escolar destaca, também, que, obrigatoriamente, estão envolvidos menores de idade nas ocorrências, toda medida disciplinar aplicada deve ser comunicada aos pais ou responsáveis e a todo aluno submetido a qualquer penalidade lhe será garantida a ampla defesa.

Para La Taille (1996), que compreende a indisciplina como a soma de comportamentos regidos por um conjunto de normas, indica duas maneiras de representa-: a revolta contra essas normas e o desconhecimento delas. Nesse sentido, por fazer parte da gestão, percebo que, na maioria dos casos que chegam à direção escolar, os estudantes alegam o desconhecimento das normas regimentais. Diante disso, a escola tem realizado, no decorrer das aulas e em reuniões de pais, um trabalho de divulgação e conscientização sobre as regras existentes no Regimento da Escola. Mesmo assim, ainda há alunos que desconhecem o documento e o que ele significa.

Ainda sobre esse aspecto, em pesquisa sobre os atos de indisciplina dos alunos do ensino médio constantes em outro arquivo documental – o Livro de Ocorrências Disciplinares da escola, no período de junho de 2018 a junho de 2019, constatei que grande parte das anotações remetem aos seguintes incisos: I –desrespeitar colegas, professores, funcionários e direção; XI –ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escola; XII–utilizar telefone celular, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento, que perturbem o ambiente escolar ou durante as aulas; XV– ocupar-se, durante as aulas, de qualquer atividade que lhe seja alheia.

Em vista disso, acerca das medidas disciplinares, foi possível verificar, no período estudado, as seguintes ocorrências mais graves: (1) uma aluna do 2.º ano, período noturno, foi suspensa em outubro de 2018 por estar alcoolizada. Os responsáveis e o conselho tutelar foram comunicados da ocorrência e ocorreu, em data posterior, uma conversa entre a aluna, a coordenação e a direção, na tentativa de entender o ocorrido e de ajudá-la; (2) dois alunos do 1.º ano, período noturno, foram suspensos por agressão física (brigaram na sala de aula); (3) uma aluna do 3.º ano, período da manhã, foi suspensa por realizar a prova em nome de outra aluna. Todas as suspensões citadas foram de três dias letivos, sendo os responsáveis comunicados.

O Livro de Ocorrências traz menções a diversas orientações dadas durante o atendimento pela professora mediadora, que incluem advertências, assinadas pela direção da escola, nos casos em que o aluno já tinha sido alertado sobre atitudes, como desatenção, não realização das atividades propostas, uso do celular durante a aula, uso de linguagem imprópria e incentivo ao uso de material considerado nocivo à saúde. Cabe salientar que as proibições descritas anteriormente estão no Regimento Escolar.

Nota-se, nesse documento, o uso de expressões ou palavras passíveis de gerar confusão e/ou ambiguidade, como, por exemplo, a proibição do uso do celular durante a aula, que pode ser contestado pelo aluno, em caso de o aparelho ser solicitado pelo professor para a realização de alguma atividade. Outra dúvida é o que pode ser considerado como linguagem imprópria. Conclui-se que o Regimento Escolar não apresenta a clareza necessária para o entendimento comum pelos membros da escola.

Por acreditar que o diálogo e a orientação são os caminhos prováveis para melhorar a disciplina escolar, além de entender que a escola deve ser formativa, nunca punitiva, visto que o jovem tem direito ao ensino, sobretudo porque os maiores conflitos da juventude são enfrentados no ambiente escolar, percebo que grande parte das ocorrências se dá em função de problemas de aspecto pedagógico. Isso é confirmado, quando os alunos relatam sobre o motivo do desentendimento/conflito, gerado em virtude do despreparo de alguns professores para ensinar, aparentando, por vezes, não conhecer o conteúdo trabalhado, nem ter preocupação em motivar ou diversificar as aulas. Educadores que carecem de habilidades necessárias e/ou não apresentam estratégias ou recursos para melhorar o ensino, não conseguem ter o domínio da turma; ou seja, a má gestão da sala de aula provoca a indisciplina. Sobre isso Machado (2000, p. 1), relata:

Atualmente, debruça-se não só sobre o modo como a ordem é estabelecida e mantida, como também sobre os processos que contribuem para o seu estabelecimento, tais como a organização das aulas, o uso e distribuição de recursos, o estabelecimento e explicitação das regras, a reação ao comportamento individual e de grupo, o enquadramento em que esta é atingida.

Finalmente, vale lembrar que, em busca de diminuir os conflitos entre professor e aluno, assuntos como indisciplina e seu enfrentamento têm sido abordados, porém não de forma constante, nas reuniões de ATPC, que é o espaço de formação em serviço. Nessa linha de pensamento, Falsarella (2004, p. 50) enfatiza:

A formação é vista como um processo ininterrupto, pois o professor estará em constante formação na sua carreira, a qual o auxiliará na sua ação, na sua reflexão,

no aperfeiçoamento da prática, da relação com os outros profissionais e tornando-se autônomo na profissão.

4.3 A escola e os resultados de avaliações externas de âmbito nacional

Apresento, a seguir, os indicadores educacionais da escola pesquisada, que acredito relevantes para a caracterização da instituição.

O primeiro instrumento é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que utiliza avaliações para um diagnóstico em larga escala, desenvolvidas pelo Inep/MEC, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro, a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), por sua vez, determina metas bienais de qualidade para escolas dos municípios e das unidades da Federação. Trata-se de um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados, como a Prova Brasil e o Saeb, obtidos pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5.º e 9.º anos do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio), com informações sobre o rendimento escolar (aprovação). Então, o Ideb é o resultado do produto entre o desempenho e o rendimento escolar.

A Secretaria Estadual de Educação, por meio da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA), informa que os indicadores educacionais, como o Ideb, são desejáveis por permitirem o monitoramento dos sistemas de ensino. Seu objetivo é possibilitar o diagnóstico e o norteamento de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional do país. Por fim, vale ressaltar que cada município e cada estado despenderá de um esforço diferente para que o país chegue em 2022 à meta “6”, média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos, desejável à educação brasileira e determinado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

De acordo com o MEC, em 2017, nenhuma escola de São Paulo atingiu a meta de 4,6, projetada para escolas paulistas (MEC, 2018). A instituição pesquisada obteve índice de 3,6, no Ideb de 2017, também abaixo da média observada pela SEE/SP. Saliento que estão apresentados apenas os dados relativos ao ano de 2017, pois, em anos anteriores, a escola teve número insuficiente de participantes no Saeb para que os resultados fossem divulgados, ou seja, não atendeu aos requisitos necessários, determinados pelo MEC para ter o desempenho calculado.

A Figura 1 apresenta as metas projetadas pela SEE/SP, com fins de comparar o resultado da escola pesquisada (3,6) e as estabelecidas para o estado de São Paulo, sendo que os anos em destaque indicam as metas atingidas.

Estado †	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2015 †	2017 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2015 †	2017 †	2019 †	2021 †
São Paulo	3.3	3.4	3.6	3.9	3.7	3.9	3.8	3.3	3.4	3.6	3.9	4.2	4.6	4.9	5.1

Figura 1: IDEB - Resultados e Metas projetadas pela SEE/SP

Fonte: Inep – MEC, 2018.

Seguindo com estudo comparativo em relação ao IDEB das escolas do estado de São Paulo, por intermédio da busca dos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018), em um universo de 664 escolas estaduais paulista, com o mesmo nível socioeconômico e de complexidade de gestão, observa-se que a escola, objeto deste estudo, encontra-se entre as 30,12% com índices no intervalo entre 3,6 e 4,0. Verifica-se também que 54,52% desse universo de escolas, apresentam índices acima ao da escola pesquisada, indicando um cenário preocupante para essa unidade escolar.

4.4 A escola e os resultados de avaliações externas no âmbito estadual

Serão abordados, a seguir, os resultados educacionais obtidos por avaliação externa, que mede e monitora a qualidade do ensino especificamente no estado de São Paulo. Trata-se do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São (Idesp) e do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), criados pela SEE/SP.

O Saresp é uma prova externa, aplicada anualmente, desde 1996 pela SEE/SP, que avalia sistematicamente o ensino básico da rede estadual paulista, além de produzir um diagnóstico do rendimento escolar. Ela é aplicada no final de cada ano letivo para alunos matriculados no 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio.

A prova contempla questões conforme a Matriz de referência do Saresp, a qual sinaliza as “estruturas básicas de conhecimentos a serem construídas por crianças e jovens por meio dos diferentes componentes curriculares em cada etapa da escolaridade básica” (SÃO PAULO, 2014a, p.11). Cabe ressaltar que a escola que não atingir as metas propostas torna-se prioritária, isto é, será assistida de forma constante pela supervisão. Essa assistência tem como objetivo acompanhar as propostas elaboradas para o avanço e o cumprimento das metas

estabelecidas e, se isso acontecer, há bonificação para a equipe escolar pelo serviço desempenhado. No entanto, conforme informações da Secretaria de Educação, em reuniões para diretores de escola das quais participei, mudanças em relação à implementação do bônus deverão ocorrer em 2020.

Na avaliação de qualidade das escolas feita pelo Idesp, consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do Saresp e o fluxo escolar. Os idealizadores do Idesp, assim como do Saresp, asseguram que eles têm o papel de dialogar com a escola, apontando os pontos em que ela precisa melhorar, fornecendo um diagnóstico de sua qualidade e sinalizando sua evolução ano a ano.

De acordo com Gesqui (2014), há um claro direcionamento das escolas para o atendimento dessa demanda do sistema, bem como um processo de sua reorganização em função de tal contingência.

Oferecer uma escola pública de qualidade ultrapassa o treinamento de alunos para testes padronizados e garantia de uma trajetória escolar sem reprovação. Uma escola de qualidade permite ao aluno, no mínimo, pensar e expressar opiniões. (GESQUI, 2014, p.524)

Como gestora da escola pesquisada, é possível afirmar que nela há a realização de uma análise reflexiva junto aos educadores acerca dos dados obtidos nas avaliações externas, que indicam o desempenho dos alunos por meio do nível em que estão. Isso permite conhecer as relações estabelecidas no interior da escola, em função das políticas de avaliação externa, bem como perceber o trabalho desenvolvido pelos professores na busca da aquisição de habilidades e competências necessárias ao avanço dos alunos. Soma-se a isso a elaboração de planos de intervenção pelos professores das diferentes disciplinas, para melhorar a aprendizagem e, conseqüentemente, alcançar as metas estipuladas. Ressalto, ainda, que os professores recebem orientação da supervisão escolar e da gestão, com fins de preparar os alunos para o Saresp.

Arcas (2010) assegura que a produção de materiais de apoio, com planejamento de aulas para a aplicação pelos professores, é indício suficiente do dirigismo nos resultados obtidos em avaliações externas. Isso se confirma, na escola estudada, pelos vários ATPC destinados à discussão e à elaboração de atividades, como: avaliações com questões nos moldes do Saresp, simulados, entre outros, aplicados por todas as disciplinas. Os professores da escola pesquisada, portanto, a partir do início do terceiro bimestre letivo, já começam a realizar atividades curriculares voltadas ao Saresp. Frente às cobranças e a proximidade do

Saresp, torna-se um período estressante para todos os envolvidos: supervisores, gestores, professores e alunos, que também aguardam ansiosos pela divulgação dos resultados da avaliação. No entanto, como afirma Freitas (2009, pp. 62-63): “As avaliações externas devem ser para consulta de cada professor ou da própria escola, e não para se criar competições entre professores ou entre escolas, e muito menos para serem usadas com a finalidade de complementação salarial do professor”.

Desse modo, a escola acaba por seguir um caminho contrário ao descrito em seu PPP, o qual indica que na avaliação do desempenho do aluno, os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos. Reitera-se, com isso, as palavras de Arcas (2010, 486):

A influência do Saresp e a necessidade de melhoria do rendimento escolar dos alunos podem gerar um ensino apenas preocupado em atingir metas [...] promovendo práticas escolares que não levem em consideração as especificidades dos estudantes [...] definindo sua necessidade por meio do Saresp.

As informações sobre o fluxo escolar(2018), do ensino médio, mediante dados obtidos na Plataforma SED(Figura 2), demonstra que a escola apresenta bons resultados e aproxima-se do indicador 1, visto pela SEE como ideal.

IDESP 2018 - INDICADORES DA ESCOLA

	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2018
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
3ª SÉRIE EM	4,5580	2,6150	3,59	0,9651	3,46

Figura 2: Fluxo do Ensino Médio (Indicador de 0 a 1)

Fonte: Boletim Escolar –Idesp (SÃO PAULO, 2019a).

Na sequência (Tabela 1), estão as metas e os resultados do Idesp, referentes à 3ª série do ensino médio, no período de 2014 a 2018, divulgados nos Boletins da Escola.

Tabela 1: Metas e resultados da escola pesquisada (ensino médio).

	IDESP 2014	META 2014	IDESP 2015	META 2015	IDESP 2016	META 2016	IDESP 2017	META 2017	IDESP 2018	META 2018
3ª SÉRIE EM	2,37	2,43	2,79	2,50	2,94	2,92	1,93	3,08	3,46	2,12

Fonte: Boletim Escolar –Idesp (SÃO PAULO, 2019a).

No Saresp, o aprendizado dos alunos é agrupado em quatro níveis qualitativos de proficiência, assim determinados: “abaixo do básico”, “básico”, “adequado” e “avançado”, definidos a partir das expectativas de aprendizagens para cada ano/série, de acordo com o currículo do Estado de São Paulo, que utiliza uma escala de proficiência para identificar as

habilidades e competências construídas pelos alunos, conforme a matriz que serve de referência para o Saresp (Quadro 4).

Quadro 4: Saresp – Níveis de Proficiência.

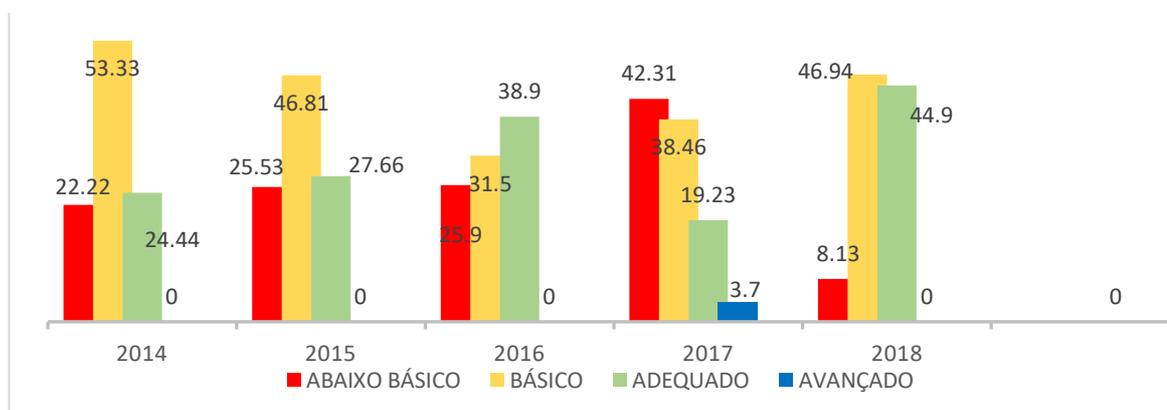
NÍVEIS	DESCRIÇÃO
ABAIXO DO BÁSICO	Os alunos apresentam domínio insuficiente das competências e habilidades desejáveis para a série em que estão.
BÁSICO	Nesse nível, demonstram domínio mínimo das habilidades e competências, mas apresentam condições necessárias para seguirem com a proposta da série/ano seguinte.
ADEQUADO	O aluno, nesse nível, demonstra pleno domínio dos conteúdos, competências e habilidades da série/ano em que estão.
AVANÇADO	Nesse nível, apresentam competências e habilidades acima do requerido para a etapa escolar na qual estão.

Fonte: Níveis de proficiência do Saresp (SÃO PAULO, 2019b).

4.5 O desempenho dos alunos ao final do Ensino Médio

O Gráfico 1, apresenta dados compreendidos entre os anos 2014 a 2018 com uma visão geral sobre o nível de conhecimento em Língua Portuguesa, adquirido pelos alunos ao longo do Ensino Médio.

Gráfico 1: Desempenho em Língua Portuguesa – Ensino Médio – 3.ª série.



Fonte: Elaborado pela autora, com dados da SED – Foco Aprendizagem (2018), 2019.

De maneira geral, os dados revelam um desempenho considerado adequado para a disciplina em questão e o nível de ensino. Contudo, o ano de 2017 destaca-se, ao apresentar situações extremas, ou seja, apesar de indicar a existência de alunos com competências e habilidades acima do requerido, ao concluírem o ensino médio, muitos eram os alunos com domínio insuficiente das competências e habilidades para leitura e escrita desejáveis, ou seja, estão no nível “abaixo do básico”, motivo de desalento para a equipe escolar.

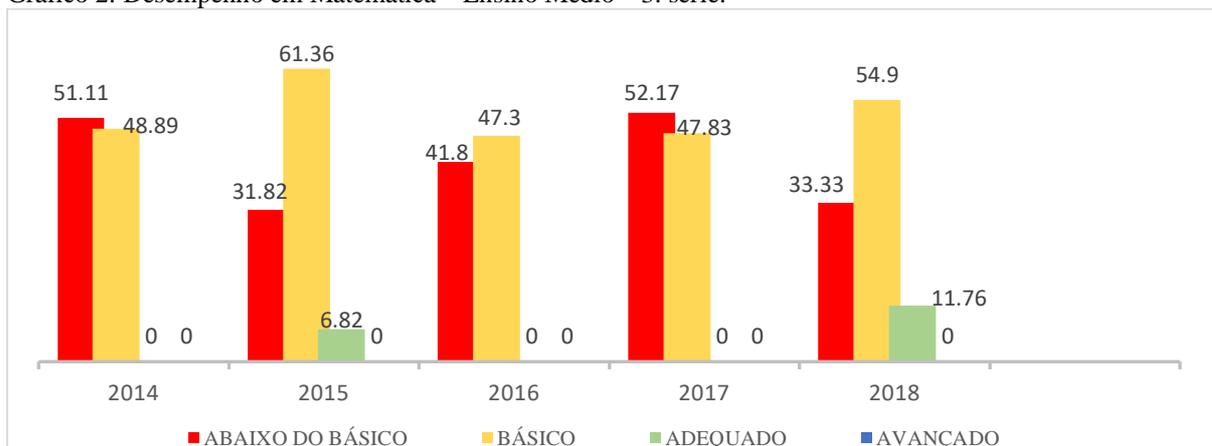
Por estar na gestão da escola, tenho conhecimento de que, ao concluir o ensino fundamental, no ano de 2014, 68% dos alunos que iniciariam o EM apresentavam condições básicas ou pleno domínio dos conteúdos, competências e habilidades em língua portuguesa, ou seja, estavam prontos para acompanhar o currículo do EM, fato que traz ainda maior preocupação para a equipe escolar acerca dos dados obtidos no Saesp 2017, quando concluíram o EM, ou seja, é uma questão importante a ser pensada e avaliada pela escola.

Nesse sentido, lembro de Viana (2003), para quem as avaliações não solucionam problemas, apenas os apontam, deixando a cargo dos gestores e de sua equipe, a busca e o encontro das soluções. Consequentemente, acerca das metas estipuladas e da cobrança existente para que sejam atingidas, concordo com Becker (1993), quando relata que é cobrada do aluno uma atitude em relação ao seu desempenho e interesse, deixando de lado a relação professor/aluno, tão importante para a aprendizagem, passando a existir apenas cobranças e busca por culpados, quando as metas não são atingidas.

Os dados analisados evidenciam que, por algum motivo, esses alunos não adquiriram as habilidades e competências do nível de ensino, ou seja, não conseguiram aprender. Talvez a indisciplina em sala de aula possa ter sido um dos fatores que impossibilitaram a construção do conhecimento. O fato é que, certamente, esse contingente de alunos com conhecimento abaixo do básico, em língua portuguesa, encontraram dificuldades para enfrentar com segurança, por exemplo, o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) ou exames vestibulares concorridos e, sem dúvida, o acesso ao mercado de trabalho.

Prosseguindo a análise, o ano de 2018 (Gráfico 1) indicou melhores resultados, entre os últimos cinco anos, com redução de concluintes com nível de conhecimento abaixo do básico, na competência de leitura e escrita. Já o desempenho dos alunos em Matemática, entre os anos de 2014 e 2018 foi o seguinte (Gráfico 2):

Gráfico 2: Desempenho em Matemática – Ensino Médio – 3.ª série.



Fonte: Elaborado pela autora, com dados da SED – Foco Aprendizagem(2018), 2019.

De acordo com PPP da escola, há esforços importantes sendo realizados pela equipe escolar na busca da construção de conhecimentos matemáticos, como a participação nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas ea elaboração de projetos que visam a uma conexão entre as atividades escolares e a vida prática dos alunos, entendendo que tais esforços possibilitam melhorias no aprendizado ao longo dos anos. O Gráfico 2 indica um avanço referente ao domínio dos conteúdos, competências e habilidades indicadas para essa fase escolar e disciplina.

Vale ressaltar que a escola pesquisada atingiu um Idesp de 3,46 e superou a meta Idesp (2018), estipulada em 2,12 para Ensino Médio. Conforme Luckesi (2012), timidamente, da avaliação da aprendizagem, começamos a pensar e a ensaiar práticas avaliativas que ultrapassassem a sala de aulas, chegando, hoje, às avaliação institucional e de larga escala, que auxiliam o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho. “Portanto, indicam os âmbitos nos quais as ações e prioridades serão repensadas e planejadas, a partir da leitura dos dados” (BLASIS; FALSARELLA; ALAVARSE, 2013, p.38).

Nesse sentido, como gestora, ressalto que, na escola pesquisada, as avaliações externas são instrumentos importantes, mas também fortemente direcionadores para a organização do trabalho escolar. Seus resultados aparecem frequentemente no centro das discussões e das reflexões, em busca da melhoria do desempenho dos alunos, como acontece em grande parte das escolas, as quais desejam acabar com o percentual de alunos abaixo do básico, e conseqüentemente, fazer com que saiam do nível básico para o adequado, e deste para o avançado (GESQUI, 2014).

Essa tarefa não é nada fácil para a escola pesquisada, pois, como já foi mencionado ao longo deste trabalho, o despreparo para ensinar, o desinteresse em motivar ou diversificar as

aulas, a falta de estratégias para melhor ensinar, que parte da equipe docente da escola apresenta, não têm colaborado para o avanço da aprendizagem e a melhoria dos índices da escola. Desse modo, os resultados das avaliações externas, embora discutidos pela equipe escolar, não se traduzem em ações pedagógicas que alavanquem, de fato, a aprendizagem nos termos das avaliações externas, não passando de treinos para os alunos responderem questões. Há, portanto, uma perda do verdadeiro sentido da avaliação da aprendizagem.

O sentido da avaliação está em seu potencial de contribuir para o avanço do conhecimento, informando sobre a realidade [...] produzindo subsídios para construção de respostas e propostas de intervenções [...] que tenham o potencial de transformar a realidade. (SOUSA; OLIVEIRA, 2003, versão on-line)

Com esse olhar, vale ressaltar que a equipe de gestão busca, junto aos professores, propostas de intervenções pedagógicas para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à concretização do conhecimento. Todavia, elas pouco sofrem alterações ao longo do tempo; logo, as metas das avaliações externas se tornam de difícil alcance.

A partir dos resultados educacionais aqui apresentados em relação às avaliações externas realizadas, nota-se que tanto no Saeb como no Saresp, em especial em matemática, apesar de seus avanços, ainda há um cenário crítico. Isso demanda a atenção de toda a equipe escolar, a fim de buscar caminhos capazes de levar a escola a avançar e a diminuir a desigualdade educacional apresentada. Nesse contexto, a pesquisa realizada tem como objetivo, por meio de projetos de formação continuada em serviço, auxiliar os educadores a encontrar os caminhos e a percorrê-los.

Finalmente, vale lembrar que as avaliações externas não esgotam todo o processo avaliativo da escola:

Embora fundamentais por abrir perspectivas para as diretrizes das políticas educacionais e para os debates sobre a qualidade de ensino, as avaliações externas não dão conta da amplitude e complexidade do trabalho escolar [...] não fornecem todas as informações para a ampliação de oportunidades de aprendizagem [...]. (BLASIS; FALSARELLA; ALAVARSE, 2013, p. 13)

Para serem compreendidas e qualificadas de um modo melhor, as avaliações externas precisam dialogar com as avaliações internas, realizadas pela unidade escolar. De todo modo, no caso da escola, objeto desta pesquisa, há dados contraditórios, isto é, de um lado, a taxa de aprovação (fluxo) no ensino médio é bastante positiva; de outro, os dados do Ideb/Saeb e Idesp/Saresp deixam a desejar.

SEÇÃO 5. ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Lembro que esta pesquisa foi realizada em uma escola estadual, que constituiu o campo empírico, com a participação de 54 alunos, e o propósito de se levantar, compreender e analisar a percepção do estudante do ensino médio sobre a indisciplina na escola. Os dados foram organizados em categorias, de acordo com as questões estabelecidas na pesquisa, que são: (1) O que pensam os alunos de ensino médio sobre os problemas disciplinares na escola?, (2) Os alunos fazem a distinção entre indisciplina e ato infracional?, (3) Como os alunos reagem frente às medidas tomadas por professores e gestores em questões disciplinares?, (4) Os alunos estabelecem relação entre situações de indisciplina e sua trajetória escolar?

A análise das informações se deu após uma leitura detalhada e cuidadosa de todo o material e, para a organização e melhor compreensão das respostas, as questões de pesquisa foram divididas em cinco categorias, para posterior análise e confronto destas com o Regimento Escolar e o aporte teórico utilizado ao longo do trabalho, que estão discriminadas a seguir (Quadro 5).

Quadro 5: Categorização das questões.

CATEGORIA A – Perfil do aluno.
CATEGORIA B – Entendimento sobre o que são atos disciplinares em sala de aula e as posturas docentes.
CATEGORIA C– Deveres, direitos e sanções (Percepção sobre as normas disciplinares e a aplicação de sanções).
CATEGORIA D– Percepção sobre as próprias atitudes.
CATEGORIA E – Distinção entre ato infracional (violência), indisciplina e falta de educação (incivilidade).
CATEGORIA F– Perspectivas pós ensino médio.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5.1 Categoria A: perfil do aluno

Uma análise do perfil dos sujeitos pesquisados, bem como de suas características gerais é relevante para a discussão das relações que eles têm com a escola, com a indisciplina e com suas perspectivas de futuro.

A Tabela 2 apresenta as idades dos entrevistados matriculados no ensino médio, diurno e noturno, indicando que há uma linearidade no percurso escolar dos alunos nessa escola. Esses dados corroboram o entendimento de que não há problemas com fluxo escolar, já que 4% do total de alunos apresentam distorção idade/série, pois têm mais de 18 anos.

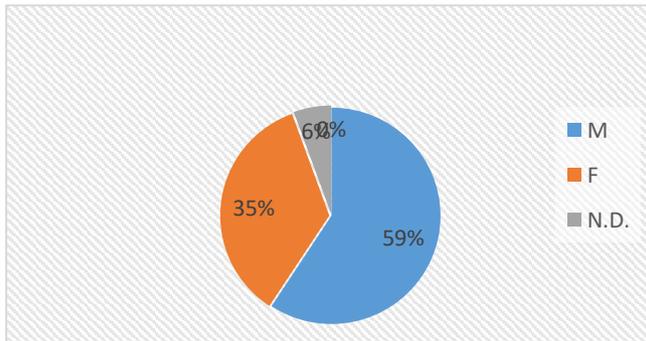
Tabela 2: Idade.

FAIXA ETÁRIA	DIURNO	NOTURNO
Menor de 16 anos	03	00
Entre 16 a 18 anos	28	21
Maior de 18 anos	00	02
Total	31	23

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos respondentes por sexo, comparativamente ao número total de alunos matriculados, nas turmas pesquisadas.

Gráfico 3: Gênero do aluno



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Quanto ao sexo dos entrevistados, 31 alunos se declaram do gênero masculino, 19 do gênero feminino e 4 alunos declaram-se como não definidos (N.D.). A pesquisa mostra que a maior concentração dos alunos é do sexo masculino e está no período noturno.

Ao analisar essa questão, concordo com Oliveira (2002), ao declarar ser uma das especificidades que diferenciam os alunos do diurno dos alunos do noturno o avanço na idade, motivo que os leva a optar pelo ensino noturno. Entretanto, não é esse o motivo aparente no caso da escola em questão, pois o índice é de 4% de alunos fora da idade. Um dos fatores que pode explicar tal diferença é a precoce inserção dos jovens do sexo masculino no mercado de trabalho, já que escola não apresenta uma distorção entre idade e série.

Silva(2010), nesse sentido, enfatiza que a característica mais marcante do aluno do ensino noturno é a sua condição de trabalhador, necessária ao seu próprio sustento ou da família, por fazer parte da camada socioeconômica menos favorecida.

Nesse contexto, os dados levantados pelo questionário, sobre atividade remunerada exercida pelos alunos do período noturno, indicam que 78,3% (18 alunos) estão inseridos no mercado de trabalho; apenas 17,4% (4 alunos) não possuem atividade profissional remunerada; e 4,3% (1 aluno) informou que trabalha “às vezes”. Em relação ao período

diurno, 51,6% (16 alunos) estão inseridos no mercado de trabalho, com horário compatível ao ensino diurno; 41,9% (13 alunos) não trabalham; e 6,5% (2 alunos) responderam trabalhar “às vezes”.

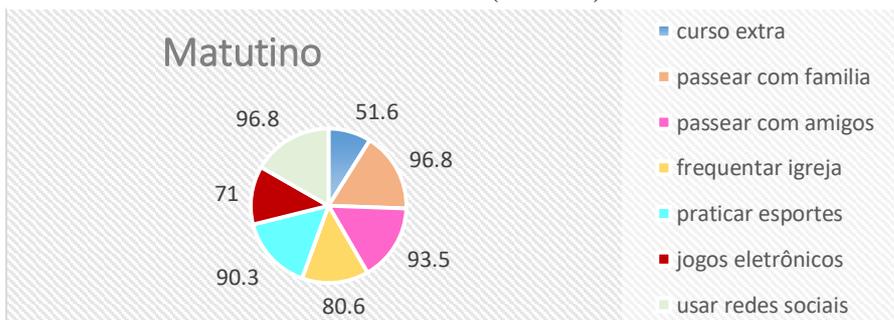
Nesse sentido, concordo com Silva(2010), que afirma, por fazerem parte da camada socioeconômica menos favorecida, esses estudantes, do período noturno, apresentam a condição de trabalhadores. As atividades profissionais desempenhadas por eles, de acordo com a pesquisa, são as que exigem pouca qualificação e variam de jovem aprendiz no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), estagiários, cobradores na área azul, domésticas, babás, auxiliares administrativos, atendentes de mercado, marceneiros, mecânicos, balconistas, padeiros, entre outras.

Vale ressaltar que os alunos na condição de jovem aprendiz (Senai), ou estagiários nas empresas e bancos da cidade, percebem tal colocação como formação profissional e uma forma de rápida inserção no mercado de trabalho. Segundo Charlot (2009, p.95), “Hoje em dia cada vez se esquece da escola como lugar de saber, e se pensa nela como caminho para emprego”.

Ao proceder o cruzamento dos dados, relacionando a questão sobre o exercício de atividades remuneradas com as categorias sexo, turno de estudo, conclui-se que os jovens trabalhadores são preponderantemente masculinos e estudantes do período noturno.

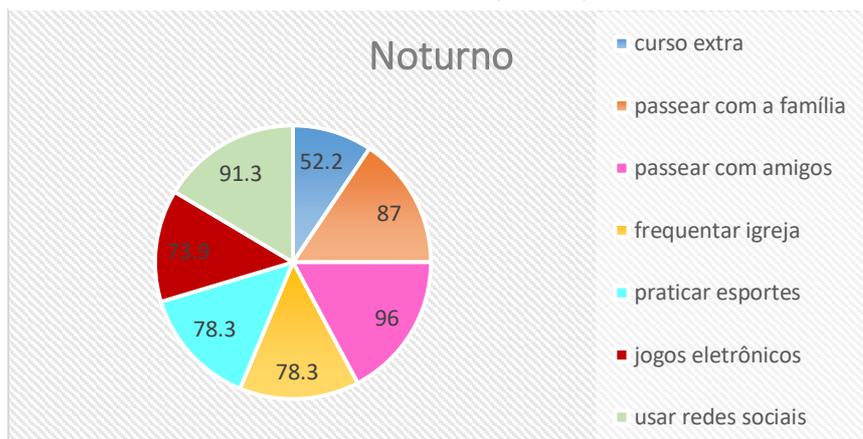
Seguindo com a análise dos dados e buscando saber como esses alunos vivem, constatou-se que os jovens praticam atividades físicas, saem com amigos e familiares, frequentam a igreja, escutam músicas e participam de jogos eletrônicos. Além disso, mais de 50% realizam cursos extras (fora da escola), sendo o maior índice encontrado no período noturno, sendo que 52,2% participantes fizeram tal afirmação. O uso das redes sociais (Facebook e WhatsApp) possui destaque em suas atividades diárias, demonstrando um índice acima de 91% de interesse, indicado pelos alunos.

Gráfico 4: Características sociais dos alunos (matutino).



Fonte: Elaborado pela autora, com baseado nos dados da pesquisa e auxílio da Plataforma Google Forms, 2019.

Gráfico 5: Características sociais dos alunos (noturno)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa e auxílio da Plataforma Google Forms, 2019.

Os dados levantados, no que tange à importância da escola para os alunos, apontam que a maioria acredita ser a escola muito importante. Segundo Dayrell (2011), a relação dos jovens com a escola é permeada por múltiplos sentidos e significados, por sentimentos positivos e negativos. No contexto desta pesquisa, 13% dos alunos do período noturno declararam ser a escola pouco importante. Diante dessa constatação, percebe-se a necessidade de um maior engajamento por parte da equipe escolar para compreender os motivos pelos quais esses alunos consideram a escola dessa maneira.

De acordo com Dewey (1959), a escola deveria estreitar a relação entre teoria e prática, valorizando os saberes, advindos das experiências, o que talvez não esteja ocorrendo na escola em questão. Carrano (2007), por sua vez, relata que os jovens enfrentam a realidade de instituições públicas que se orientam predominantemente para a oferta de conteúdos curriculares formais e considerados pouco interessantes. Entendo não ser tarefa fácil despertar o interesse dos jovens, mas o enfrentamento de tal problema deve ocorrer por intermédio do trabalho coletivo, promovendo a participação de todos na construção de conhecimentos que possam apresentar aos alunos uma escola interessante.

Ao responder à seguinte pergunta “Em seu tempo livre você costuma estudar?”, o maior número de alunos que diz estudar bastante está no matutino, com 35,5% dos entrevistados; 61,3%, nesse período, responderam que estudam “um pouco” em seu tempo livre. Já no período noturno, 78,3% dos alunos declararam estudar pouco.

De maneira geral, é possível concluir que os alunos pesquisados estudam pouco em seu tempo livre. Nota-se uma divergência entre ideias e atitudes, pois mesmo aqueles que percebem ser a escola importante, não julgam necessário usar o tempo livre para estudar. Uma das causas para tais atitudes pode ser a ideia da não-reprovação, porém, é necessário que os alunos compreendam a importância de aprender para a vida, e não apenas para passar de ano;

o aluno precisa se dispor a aprender, pois ninguém pode fazer isso por ele, já que, como afirma Morais(1986, p. 10), “[...] a vida é um caminho e ninguém pode caminhar pelo outro o caminho que é do outro”.

Diante deste contexto, a equipe escolar precisa se organizar para que haja mudança nesse cenário, enfatizando o trabalho coletivo como elemento norteador desse processo para a transformação da realidade. Nesse sentido, o desafio está em levar uma formação sólida, capaz de despertar maior interesse pelos conteúdos trabalhados e desenvolver habilidades de conhecimento, de valores e atitudes ao aluno do ensino médio.

Finalmente, acerca das características dos alunos pesquisados e com base nos dados encontrados, é possível concluir que os alunos estão na idade adequada para a fase escolar vivida, são solteiros e moram com a família – o que leva ao entendimento de que a escola não possui problemas acerca do fluxo escolar (reprovação e defasagem idade-série). Eles se dividem entre o trabalho e a escola, sendo que a maior parte dos alunos do período noturno está no mercado de trabalho; passeiam com amigos; usam redes sociais; percebem ser a escola importante, porém estudam pouco em casa.

5.2 Categoria B: Entendimento sobre o que são atos indisciplinados em sala de aula e a percepção sobre as posturas docentes

As questões que integram a Categoria B têm como objetivo apurar o nível de entendimento dos alunos de ensino médio sobre as questões disciplinares, além de verificar a sua percepção das diferentes tomadas de decisões de professores e da gestão escolar, no que tange à indisciplina na sala de aula.

Dessa forma, a pesquisa buscou, por meio dos questionamentos, conhecer o olhar dos alunos em relação a certas atitudes na sala de aula. Para respondê-los, o aluno deveria escolher entre as opções: concordo totalmente (CT), concordo parcialmente (CP), discordo totalmente (DT), discordo parcialmente (DP) ou não sei responder (NSR). Vale ressaltar que as questões de pesquisa foram analisadas à luz do Regimento Escolar (2014), sob a perspectiva dos direitos, deveres e proibições que cabem a todos os membros da escola, com o apoio teórico utilizado ao longo da pesquisa.

De antemão, destaco como base para análise reflexiva os seguintes artigos do Regimento Escolar (2014):

Normas de gestão e convivência: art. 20 –As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da

Escola e se fundamentam em princípios de solidariedade, tolerância, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática.

Deveres: art. 27. Inciso I – Assumir, integralmente, as responsabilidades e deveres decorrentes de seus direitos e de suas funções. [...] Inciso III –Manter com a comunidade um espírito de colaboração e respeito.

Direitos: art. 31. [...] IncisoII –Respeito à sua pessoa por parte de toda a comunidade escolar. Inciso III – Convivência saudável com seus pares.

Proibições: art. 33. Inciso I –Desrespeitar colegas, professores, funcionários e direção. [...] VI –Usar linguagem imprópria. [...] XI –Ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escola. XII –Utilizar telefone celular, pagers, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento, que perturbem o ambiente escolar ou durante as aulas. [...] XV– Ocupar-se, durante as aulas, de qualquer atividade que lhe seja alheia.

A partir dos dados da pesquisa, fez-se uma análise global das respostas dos alunos dos períodos matutino e noturno a respeito dos problemas disciplinares que ocorrem em sala de aula e na escola (um dos objetivos deste estudo), extraindo-se das respostas o atributo de maior índice percentual. Para tanto, as questões foram agrupadas de acordo com sua relação com o Regimento Escolar.

As questões destacadas a seguir (Tabela 3), buscam verificar o que são atos de indisciplina em sala de aula para o aluno e qual percepção deles das atitudes dos professores.

Tabela 3: Art. 27 – Deveres do corpo docente.

Art. 27, Inciso I – Assumir, integralmente, as responsabilidades e deveres decorrentes de seus direitos e de suas funções; e Inciso III –Manter com a comunidade um espírito de colaboração e respeito (RE, 2014).												
QUESTÕES DA PESQUISA												
Q.13	Há ocorrência de <i>bullying</i> na sala de aula.											
Q.16	Os professores não conseguem pôr ordem na classe.											
Q.17	Os professores não explicam a matéria direito, o que provoca tumulto na classe.											
Q.18	A indisciplina na sala de aula atrapalha o aprendizado.											
Q.19	Os professores são claros nas suas explicações.											
Q.20	A conversa dos alunos na sala atrapalha o ensino dos professores.											
Art. 27 Incisos I e III	DIURNO (%)						NOTURNO (%)					
Questões da Pesquisa	CT	CP	DP	DT	NSR	T	CT	CP	DP	DT	NSR	T
Q.13	16,1	29	3,2	35,5	16,2	100	13	13	17,4	52,2	4,4	100
Q.16	16,1	22,6	22,6	29	9,7	100	13	43,6	21,7	17,4	4,3	100
Q.17	12,9	32,2	6,5	35,5	12,9	100	8,7	26,1	17,4	47,8	0	100
Q.18	74,2	12,9	6,5	3,2	3,2	100	65,2	17,4	8,7	8,7	0	100
Q.19	25,8	48,4	12,9	3,2	9,7	100	30,4	56,6	13	0	0	100
Q.20	61,3	19,4	16,1	3,2	0	100	39,1	8,7	26,1	26,1	0	100

Fonte: Elaborada pela autora, baseada no questionário de pesquisa, 2019.

Ao proceder a análise dos dados referentes às respostas obtidas, verifica-se que o *bullying* não é um problema enfrentado em sala de aula pelos alunos envolvidos na pesquisa. De acordo com as respostas obtidas, para ambos os períodos, os professores explicam a matéria, mas nem sempre são claros e didáticos; para os respondentes, a conversa dos alunos

na sala de aula atrapalha o professor em suas explicações. De fato, quando a aula não é muito interessante, os alunos não conseguem envolver-se e tumultuam a sala de aula. O professor precisa encontrar meios de ter maior clareza e de manter a turma interessada nas atividades, revendo seu planejamento de forma constante. Segundo Aquino (1996, p. 40): “[...] O ensino teria como um de seus obstáculos centrais a conduta desordenada dos alunos, traduzida em termos como: bagunça, tumulto, falta de limites, maus comportamentos, desrespeito às figuras de autoridade, etc.” Nesse sentido, a maioria dos participantes acredita que a indisciplina na sala de aula atrapalha o aprendizado. Então, estabelecer normas em conjunto com os alunos, mantendo a autoridade, sem ser autoritário, parece-me uma atitude capaz de melhorar o relacionamento entre professor e aluno; entretanto, isso não parece ocorrer. La Taille, Souza e Vizioli (2004) definem indisciplina como a revolta ou a negação de certas normas ou regras; neste caso, o tumulto fica ainda maior, sendo o diálogo fundamental.

Os professores procuram cumprir seu dever com responsabilidade – é o que revela a pesquisa, deixando claro que explicam a matéria, porém, há problemas com a gestão da sala de aula. De acordo com as respostas obtidas, os docentes têm encontrado problemas por não conseguirem ser claros em suas explicações, tampouco conseguem organizar a sala de aula, demonstrando, algumas vezes, alto nível de estresse. Diante desta constatação, percebe-se a necessidade de um maior engajamento por parte da escola em busca de alternativas de intervenções para o enfrentamento de conflitos na sala de aula ocorridos em virtude dessa má gestão de sala.

Nesse sentido, alguns fatores contribuem para o estresse do docente, como, por exemplo, o número excessivo de aulas a que ele precisa se submeter, alunos que se apresentam em sala de aula sem limites de comportamento. Como gestora da escola, destaco algumas das queixas que os professores recorrentemente fazem sobre os alunos: falam durante as explicações, não levam material necessário, gritam, andam pela sala, jogam papezinhos nos colegas e no professor, dentre outras atitudes. Sobre isso, Estrela (1992) chama a atenção dos educadores para a ideia de que os alunos mais indisciplinados são os que exigem mais dos professores, fazendo-os se esforçar para manter a sala em ordem, pois a organização da classe é fundamental ao aprendizado do aluno. Assim, a equipe gestora deve atuar junto aos professores, no sentido de promover reflexões para que eles se sintam agentes de transformação da realidade encontrada na escola e, portanto, corresponsáveis no processo de enfrentamento da indisciplina, por meio da melhoria das relações interpessoais, combinando

novas regras, fomentando novas formas de pensar e de agir, que venham contribuir para as transformações na sala de aula e no interior da escola .

As questões destacadas na Tabela 4, buscam a percepção e o conhecimento do aluno acerca dos seus próprios direitos.

Tabela 4: Art. 31 – Direitos do aluno.

Art. 31, IncisoII –Respeito à sua pessoa por parte de toda a comunidade escolar; e Inciso III – Convivência saudável com seus pares (RE, 2014, p.11).												
QUESTÕES DA PESQUISA												
Q.14	Os professores desrespeitam os alunos.											
Q.15	Os professores agridem os alunos verbalmente.											
Q.21	Os professores seguem as normas escolares igualmente para todos os alunos.											
Q.22	Os professores conversam com os alunos a respeito das questões disciplinares.											
Q.23	Os professores não tomam nenhuma atitude quando há problemas de disciplina.											
Art. 31 Incisos I eIII	DIURNO (%)						NOTURNO (%)					
Questões da Pesquisa	CT	CP	DP	DT	NSR	T	CT	CP	DP	DT	NSR	T
Q.14	3,2	6,5	29	51,6	9,7	100	4,3	17,4	17,4	56,5	4,4	100
Q.15	0	9,7	12,9	74,2	3,2	100	0	26,1	8,7	56,5	8,7	100
Q.21	45,2	38,6	6,5	6,5	3,2	100	52,2	30,4	0	8,7	8,7	100
Q.22	48,4	48,4	0	0	3,2	100	56,5	26,1	17,4	0	0	100
Q.23	3,2	16,1	19,4	51,6	9,7	100	34,6	17,4	13	35,0	0	100

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário de pesquisa, 2019.

É certo que o Regimento Escolar e qualquer outro tipo de documentação que vise assegurar direitos e obrigações do aluno, devam estar à disposição de todos os membros da escola. No que diz respeito à garantia do respeito à pessoa do aluno e aconvivência saudável entre os pares, os dados obtidos (Tabela 4) indicam que as normas regimentais aparentam ser seguidas.

De acordo com a pesquisa, os professores conversam com os alunos a respeito das questões disciplinares, os alunos são respeitados e, portanto, não são agredidos verbalmente pelo professor. Quanto às atitudes relativas à ordem disciplinar, para grande parte dos alunos do matutino, o professor toma atitudes, porém, menos da metade dos alunos do noturno percebem ações do professor nesse sentido. Tal divergência provoca uma reflexão sobre a prática pedagógica dos educadores e de como se processam as relações interpessoais no interior da sala de aula.

Sobre isso, Rogers (2008) ressalta que sempre haverá aqueles dias nos quais o cansaço e as preocupações comuns na vida de todas as pessoas poderão afetar a qualidade do ensino e do comportamento do professor. Como gestora, concordo que há situações de omissão por parte do professor diante do comportamento indisciplinado do aluno, e compartilho com

Oliveira (2005), a preocupação com a ausência de atitude relativa aos problemas disciplinares, pois o aluno reage de acordo com o clima construído na sala pelo professor; ele é perspicaz e percebe quando o professor se mostra preparado, paciente ou estressado.

Dessa forma, buscar a aproximação com os alunos, por meio do diálogo, sobre os problemas de indisciplina na sala de aula e explicar suas consequências para o processo de ensino e aprendizagem, deve ser um caminho a percorrer por toda equipe escolar.

A partir dessas questões, é possível concluir que, de maneira geral, para os alunos pesquisados, a escola representa um espaço que preza a convivência saudável entre seus pares, busca mediar conflitos, e aplica as sanções de acordo com Regimento Escolar, que dizem conhecer.

Na sequência, apresento as questões de pesquisa relacionadas ao art. 33, incisos I, VI, XI, XII E XV do Regimento da Escola (2014), face às proibições ao aluno, e as respostas obtidas (Tabelas 5, 6, 7 e 8), a fim de identificar a percepção e o comportamento dos alunos diante de sua rotina e das proibições existentes.

Tabela 5: Art. 33, Inciso I – Proibições ao aluno.

Art. 33, Inciso I – Desrespeitar colegas, professores, funcionários e direção (RE, 2014).												
QUESTÕES DA PESQUISA												
Q.1	Os alunos desacatam ordens dos professores.											
Q.5	Os alunos desrespeitam os professores.											
Q.6	Os alunos desrespeitam os colegas.											
Q.12	Os alunos entram ou saem da sala de aula sem pedir autorização ao professor.											
Art. 33 Inciso I	DIURNO (%)						NOTURNO (%)					
Questões da Pesquisa	CT	CP	DP	DT	NSR	T	CT	CP	DP	DT	NSR	T
Q.1	9,70	41,90	25,8	19,4	3,20	100	21,70	26,0	22,0	21,5	8,80	100
Q.5	6,50	29,00	9,70	35,50	19,3	100	8,70	26,10	34,80	30,4	0,00	100
Q.6	22,60	26,0	25,8	16,1	9,5	100	21,70	30,40	13,00	34,90	0,00	100
Q.12	25,80	22,60	16,1	32,3	3,20	100	0,0	13,00	13,00	74,00	0,00	100

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário de pesquisa, 2019.

Ao investigar sobre a indisciplina escolar na perspectiva dos alunos do segundo ano do ensino médio, dos períodos matutino e noturno, a fim de fornecer elementos aos educadores para ampliarem suas percepções com relação ao assunto, destaco para análise as questões de pesquisa relacionadas ao Regimento Escolar (2014), art. 33, Inciso I – Desrespeitar colegas, professores, funcionários e direção (Tabela 5).

Vale ressaltar que a palavra “perspectiva” é rica em significados, e, segundo Gadotti (2000), trata-se de algo que pode ser captado, capturado, sistematizado e colocado em

evidência. Nesta pesquisa, a perspectiva inclui aspectos significativos do que os alunos trazem consigo das experiências vividas em sala de aula e do entendimento deles sobre o que é indisciplina.

Assim, para que a disciplina se constitua, é necessário que os indivíduos estabeleçam relações uns com os outros. Os dados da pesquisa revelam que, tanto no período noturno como no matutino, os alunos concordam parcialmente que há desacato às ordens dos professores. Questionados se desrespeitam os professores, os alunos do matutino discordam totalmente desse fato; já os alunos do período noturno apresentam uma discordância parcial, ou seja, é possível inferir que, para esse público, algumas ocorrências são percebidas como desrespeito. Em contrapartida, os alunos do noturno não notam desrespeito entre os colegas; já para os do matutino, o desrespeito existe, uma vez que os estudantes entram e saem da sala quando querem, mas, no noturno, isso não acontece.

Dessa forma, pode-se concluir que, para os alunos do matutino, entrar e sair da sala de aula quando quer é uma atitude desrespeitosa para com os colegas, mas não há desacato, pois discordam que há desrespeito para com o professor.

Segundo Estrela (1995), o professor é o responsável por comunicar ao grupo de alunos as regras e normas, sobretudo, em conformidade com o que acredita ser importante para o exercício de sua função. É preciso que haja colaboração entre professor e aluno para que a sala de aula seja um lugar de respeito entre as partes; para tanto, o diálogo é fundamental, sendo que o aluno precisa ter claras as atitudes que indicam desrespeito não apenas às regras, mas também ao profissional e aos colegas.

Tabela 6: Art. 33, Inciso VI – Proibições ao aluno.

Art. 33, Inciso VI – Usar linguagem imprópria (RE, 2014).												
QUESTÕES DA PESQUISA												
Q.7	Há bate-boca dos alunos entre si.											
Q.9	Ocorrem agressões verbais entre os alunos.											
Q.11	Os alunos agridem os professores verbalmente.											
Art. 33 Inciso VI	DIURNO (%)						NOTURNO (%)					
Questões da Pesquisa	CT	CP	DP	DT	NSR	T	CT	CP	DP	DT	NSR	T
Q.7	25,80	45,20	12,90	16,10	0,00	100	17,40	34,80	17,40	30,40	0,00	100
Q.9	19,40	35,50	19,40	19,40	6,30	100	17,40	34,80	8,70	39,10	0,00	100
Q.11	3,20	19,40	12,90	61,30	3,20	100	0,00	30,40	17,40	52,20	0,00	100

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário de pesquisa, 2019.

Tabela 7: Art. 33, Inciso XI – Proibições ao aluno.

Art. 33. Inciso XI – Ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escola (RE, 2014).												
QUESTÕES DA PESQUISA												
Q.8	Ocorrem agressões físicas entre alunos.											
Q.10	Os alunos agredem fisicamente os professores.											
Art. 33 Inciso XI	DIURNO (%)						NOTURNO (%)					
Questões da Pesquisa	CT	CP	DP	DT	NSR	T	CT	CP	DP	DT	NSR	T
Q.08	6,50	16,10	25,80	48,40	3,2	100	0,00	17,40	17,40	56,50	8,70	100
Q.10	0,00	0,00	6,50	87,00	6,50	100	0,00	4,30	8,70	87,00	0,00	100

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário de pesquisa, 2019.

Ao analisar as questões relacionadas ao art. 33, Incisos VI e XI (Tabelas 6 e 7), os dados mostram que, independente do período que estudam, os alunos acreditam não agredir o professor verbalmente, tampouco fisicamente. A pesquisa indica que há bate-boca entre os alunos do matutino, sendo, talvez, o motivo que apontam a existência de agressão verbal entre eles.

Nesse sentido, Vasconcellos (2004, p.94), lembra que: “[...] Deve também exigir respeito dos alunos para com os colegas, o professor não pode exigir que o aluno goste dele ou dos colegas, mas o respeito ele pode exigir, restabelecer os limites (não entrar em um círculo de desrespeito) [...]”.

Os alunos do período noturno, diante do mesmo questionamento, dizem não perceber a agressão verbal, o que indica que, para eles, o bate-boca não configura-se como agressão verbal, levando a concluir que essa atitude é percebida como normal, sem maiores consequências, para esse público, não sendo considerado um ato de violência.

Sendo assim, Garcia (1999) indica a necessidade de pensar a indisciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, em vista da pluralidade de sentidos atribuídos a ela, bem como as diferentes possibilidades em relação às suas causas.

A esse respeito, Libâneo (1994) afirma que a autoridade profissional se manifesta no domínio da matéria ensinada e dos métodos e procedimentos de ensino utilizados, que incluem o tato de lidar com a classe e suas diferenças individuais, pois se trata da capacidade de controlar e avaliar o trabalho dos alunos.

Tabela 8: Art. 33, Incisos XII e XV – Proibições ao aluno.

Art. 33, Inciso XII – Utilizar telefone celular, pagers, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento, que perturbem o ambiente escolar ou durante as aulas; e Inciso XV – Ocupar-se, durante as aulas, de qualquer atividade que lhe seja alheia (RE, 2014).												
QUESTÕES DA PESQUISA												
Q.1	Há conversas paralelas entre alunos.											
Q.2	Os alunos usam materiais não relacionados à aula (celular, <i>iPod</i> , fone de ouvido etc.).											
Art. 33 Incisos XII e XV	DIURNO (%)						NOTURNO (%)					
Questões da Pesquisa	CT	CP	DP	DT	NSR	T	CT	CP	DP	DT	NSR	T
Q.1	43,50	40,0	6,50	3,20	6,50	100	43,53	21,40	26,10	4,50	4,50	100
Q.2	35,50	38,70	12,90	3,20	9,70	100	47,80	26,10	17,40	8,70	0,00	100

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário de pesquisa, 2019.

Frente aos dados levantados, com relação aos incisos XII e XV, do art. 33 do RE (2014) (Tabela 8), de acordo com a percepção dos alunos do matutino e do noturno, nota-se um índice considerável de alunos que concordam totalmente que há conversas paralelas durante as aulas, e também apontam o uso de materiais não relacionados à aula (celular, *iPod*, fone de ouvido, etc.).

Para Silva (2010, p.21), indisciplina é “todo e qualquer comportamento que seja contrário às regras, às normas e às leis estabelecidas por uma organização”. Nesse contexto, como gestora da escola, aponto a necessidade de analisar o art. 33 do Regimento escolar, em especial o inciso XV, pois se refere à ocupação do aluno com tudo que seja alheio à aula, ou seja, tudo que não faz parte do contexto da aula é proibido de ser usado pelo aluno; caso ele desobedeça a essa regra, configura-se um ato de indisciplina, que dever ser tratado de acordo com as normas regimentais.

Segundo Oliveira (2015), a indisciplina regimentar trata das transgressões, aborda a ruptura das regras justas e necessárias para a boa organização dos trabalhos e do ambiente escolar. Dessa forma, atitudes proibidas (alheias à aula) pelo Regimento Escolar, quando não construídas de forma democrática e coletiva, não são entendidas pelo aluno como ato de indisciplina. Isso posto, a equipe escolar precisa lembrar que as regras regimentais devem ser claras e de conhecimento dos alunos e professores, a fim de evitar conflitos.

Contudo, parece-me que o uso do celular e as conversas frequentes são formas de expressão que caracterizam o modo de ser e de pensar dos jovens. Diante desse contexto, ao analisar essas situações que, de acordo com professores, são geradoras de indisciplina durante as aulas, pois o envolvimento dos alunos com coisas consideradas alheias à aula (celular, *iPod*, fone de ouvido etc.) possivelmente pressupõe o desinteresse do aluno pelo assunto

tratado pelo professor. Dessa forma, tais proibições devem ser objeto de reflexão por parte equipe escolar.

De acordo com Aquino (1999), o professor deve realizar mediações que promovam nos alunos a capacidade de assumir atitudes de forma autônoma, o que pressupõe alunos ativos, que participam de maneira intensiva e reflexiva das aulas.

Neste sentido, os atos e condutas manifestados pelos alunos e legitimados pelo professor, no contexto regulador da sua prática pedagógica, são tomados como comportamentos de disciplina, enquanto que os atos e condutas não legitimados pelo professor, no contexto regulador da sua prática pedagógica, são tomados como comportamentos de indisciplina. (SILVA; NEVES, 2006, p.7)

Nesse contexto, a pesquisa apontou a necessidade de repensar o documento norteador das normas escolares, o Regimento Escolar, em especial no que tange ao uso dos aparelhos eletrônicos em sala de aula (proibido no RE atual). Deve-se conscientizar os alunos sobre a Lei n. 16.567, de 06 de novembro de 2017, art. 1º (BRASIL, 2017b), que permite o uso do celular apenas para finalidade pedagógica, esclarecendo que as tecnologias que trazem à sala de aula podem ser muito úteis para trabalhar os conteúdos aplicados, não como relatam alguns professores, como sendo fonte de distração, prejudicando o aprendizado.

5.3 Categoria C: Percepção sobre as normas disciplinares e a aplicação de sanções

As questões, relacionadas na Categoria C, tratam das normas de gestão e de convivência, que visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola (Tabelas 9 e 10). Elas se fundamentam em princípios de solidariedade, tolerância, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática (RE, 2014).

Dessa forma, as questões apresentadas têm a finalidade de compreender como os alunos reagem às medidas tomadas por professores e gestores no que tange à indisciplina na sala de aula e seu grau de concordância com elas, além de verificar se há diferença entre as percepções dos alunos do diurno e do noturno acerca do assunto.

Tabela 9: Relações profissionais e interpessoais.

Art. 20, Inciso I– As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola e se fundamentam em princípios de solidariedade, tolerância, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática (RE, 2014).												
QUESTÕES DA PESQUISA												
Q.1	As opiniões dos alunos são ouvidas com relação às normas disciplinares.											
Q.2	Os alunos são respeitados pelo diretor e seus auxiliares.											
Q.3	Os alunos são respeitados pelos funcionários.											
Q.4	Os alunos são respeitados pelos outros alunos.											
Q.5	Os professores são respeitados pelos alunos.											
Q.6	Observa-se cordialidade entre o diretor, sua equipe e os professores.											
Q.7	Quando recebem alunos indisciplinados, o diretor e sua equipe escutam os envolvidos no problema (aluno-aluno/professor-aluno) antes de tomar qualquer decisão.											
Q.8	A suspensão é uma boa forma de corrigir alunos indisciplinados.											
Q.9	Chamar os pais para comparecer à escola é uma boa forma de corrigir alunos indisciplinados.											
Q.10	A conversa dos alunos na sala de aula atrapalha o seu aprendizado .											
Art. 20, Incisos I	DIURNO (%)						NOTURNO (%)					
Questões da Pesquisa	CT	CP	DP	DT	NSR	T	CT	CP	DP	DT	NSR	T
Q.1	35,5	54,8	9,7	0	0	100	43,5	34,8	4,3	13	4,4	100
Q.2	64,5	22,6	3,2	3,2	6,5	100	60,9	17,4	0	17,4	4,3	100
Q.3	83,9	12,9	0	0	3,2	100	60,9	26,1	13	0	0	100
Q.4	16,1	41,9	6,5	29	6,5	100	8,7	39,1	30,5	8,7	13	100
Q.5	29	51,6	12,9	0	6,5	100	13	56,5	26,1	0	4,4	100
Q.6	58,1	22,5	0	3,2	16,2	100	60,9	21,7	0	4,4	13	100
Q.7	67,7	19,4	6,5	3,2	3,2	100	60,9	8,7	13	17,4	0	100
Q.8	29	22,6	12,9	35,5	0	100	17,4	39,1	13	30,5	0	100
Q.9	77,4	16,1	6,5	0	0	100	66,2	21,4	4,1	8,3	0	100
Q.10	54,8	22,6	16,1	6,5	0	100	52,2	39,2	4,3	4,3	0	100

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário de pesquisa, 2019.

Tabela 10: Direitos e deveres dos participantes do processo educativo.

Art. 20, Inciso II – As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da Escola e se fundamentam em princípios de solidariedade, tolerância, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática (RE, 2014).												
QUESTÕES DA PESQUISA												
Q.11	As normas disciplinares da escola são explicadas a todos os alunos.											
Q.12	Os alunos conhecem as normas escolares.											
Q.13	Os alunos obedecem às normas escolares.											
Q.14	Os professores conhecem as normas escolares.											
Q.15	O diretor e sua equipe seguem as normas escolares igualmente para todos os alunos.											
Q.16	Quando recebem alunos indisciplinados, o diretor e sua equipe simplesmente aplicam as normas disciplinares.											
Q.17	Assinar o livro de ocorrências disciplinares intimida os alunos.											
Q.18	O Conselho Escolar deve ser convocado para tratar de questões disciplinares mais graves.											
Art. 20, Inciso II	DIURNO (%)						NOTURNO (%)					
Questões da Pesquisa	CT	CP	DP	DT	NSR	T	CT	CP	DP	DT	NSR	T
Q.11	71,0	29	0	0	0	100	60,9	21,7	8,7	0	8,7	100
Q.12	58,1	32	6,5	0	3,4	100	47,9	30,4	17,4	4,3	0	100
Q.13	3,2	51,6	32,3	9,7	3,2	100	13	34,8	30,4	21,8	0	100
Q.14	83,9	12,9	3,2	0	0	100	82,6	8,7	4,3	0	4,4	100
Q.15	83,9	9,7	3,2	0	3,2	100	73,9	13	4,4	8,7	0	100
Q.16	41,9	32,3	3,2	12,9	9,7	100	60,9	8,7	13	17,4	0	100
Q.17	29,0	38,7	9,7	22,6	0	100	21,7	47,8	8,8	21,7	0	100
Q.18	71,0	16,1	9,7	0	3,2	100	65,3	17,4	4,3	13	0	100

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário de pesquisa, 2019.

Diante dos resultados da pesquisa (Tabelas 9 e 10), a partir de uma análise global acerca das relações interpessoais percebidas pelos alunos pesquisados, bem como a compreensão sobre as medidas disciplinares, observa-se que alunos de ambos os períodos afirmam ser ouvidos e com direito a opinar sobre as normas disciplinares, o que parece coerente com o RE (2014), art. 27, Inciso III –manter a comunidade com um espírito de colaboração e respeito. De acordo com o grupo pesquisado, os alunos sentem-se respeitados pela direção e pelos funcionários, e percebem sua cordialidade, o que corresponde, mais uma vez, às normas regimentais, art. 27, Inciso III.

Segundo os alunos, quando eles são levados à direção por motivos de indisciplina, o diretor e sua equipe aplicam simplesmente as normas disciplinares, mas isso ocorre de forma igualitária. Freire (1997), considera que a gestão escolar deve atuar no sentido de tratar todos os alunos com respeito à divergência e à dignidade, valorizando a especificidade de cada um. Portanto, ao analisar esse resultado, vejo a necessidade de repensar as atitudes e a forma de a equipe gestora conduzir as diferentes ocorrências disciplinares, já que não valoriza as especificidades de cada aluno ou de cada situação.

Além disso, ainda conforme a percepção dos alunos, eles afirmam ser escutados pela equipe de gestão antes da tomada de decisão. Contudo, conforme discorrido anteriormente, observa-se uma discrepância nesse entendimento, pois o aluno acredita ser ouvido pela direção e sua equipe antes de tomar qualquer decisão, mas indica que o diretor e sua equipe simplesmente aplicam as normas disciplinares, ou seja, não parece, nesse caso, que suas palavras podem mudar a situação.

Novamente, os dados indicam que a conversa na sala atrapalha o aprendizado, fato constante na fala dos professores. E, igualmente, os alunos divergem sobre o valor da suspensão como forma adequada de corrigir alunos indisciplinados. Todavia, acreditam que chamar os pais é uma boa forma de tratar a indisciplina. Nesse sentido, segundo Soares (2011, p.19), nota-se que muitos pais, suprimindo-se de suas responsabilidades como educadores, atribuem especificamente a educação dos filhos à escola. Por isso, é comum à família culpar a escola quando é acionada em decorrência de um ato de indisciplina. Pode ser que isso ocorra pelo fato de a família considerar que seus filhos, no ensino médio, são quase adultos e não necessitam de sua interferência, principalmente com alunos do curso noturno, que já recebem salário. Por outro lado, também é comum à escola culpar a família por eventos de indisciplina, gerados no próprio ambiente escolar.

Prosseguindo com a análise, no que concerne às normas disciplinares, na percepção do aluno, independentemente do período de estudo, as normas são explicadas para todos. Conseqüentemente, pode-se considerar que todos conhecem as normas, porém alguns (professores, alunos ou funcionários) não as cumprem. Vale ressaltar que, no período noturno, há um índice menor acerca do cumprimento das normas escolares, e que, na opinião dos alunos, de maneira geral, assinar o Livro de Ocorrências é intimidante. Ademais, de acordo com resultado da pesquisa, o Conselho de Escola deve ser convocado para resolver assuntos mais graves. Quanto a isso, Freire (1997, p. 91) destaca:

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade”.

Todo essa análise proporciona uma reflexão necessária acerca da escuta dos alunos, porque, por meio dela, é possível entender quão imprescindível é discutir as mudanças e assumir a postura de (re)construção.

Ao fazer um balanço de tudo o que aqui apresentado, sob o ponto de vista dos alunos, nota-se a existência da boa relação entre os sujeitos da comunidade escolar pesquisada, que busca a mediação de conflitos e se mostra acolhedora. Entretanto, no conjunto das respostas, há informações que apontam para a necessidade de algumas mudanças na gestão da escola, em especial no trato às questões disciplinares pela equipe escolar.

5.4 Categoria D: Percepção sobre as próprias atitudes

A Categoria D, possui questões relacionadas à atitude do aluno (Tabela 11), cujo objetivo é verificar o grau de satisfação do aluno em relação às suas atitudes. Além disso, busca-se perceber se há relação com comportamentos ditos (in)disciplinados e se há diferença entre as percepções dos alunos do diurno e os do noturno. Nesse contexto, as legendas indicadas para as respostas foram: “insatisfeito”, “pouco satisfeito”, “satisfeito” e “totalmente satisfeito”.

Tabela 11: Percepção dos alunos sobre as próprias atitudes.

Percepção sobre as próprias atitudes – Grau de satisfação										
Q.1	Minhas atitudes dentro da sala de aula.									
Q.2	Interesse com o meuaprendizado.									
Q.3	Organização relacionada aos seus materiais.									
Q.4	Realização das tarefas solicitadas.									
Q.5	Colaboração com os colegas.									
Q.6	Participação durante as aulas.									
Questões da Pesquisa	DIURNO (%)					NOTURNO (%)				
	I	PS	S	TS	Total	I	PS	S	TS	Total
Q.1	0	16,1	74,2	9,7	100	0	39,1	43,5	17,4	100
Q.2	0	22,6	51,6	25,8	100	4,5	39,0	39,1	17,4	100
Q.3	12,9	16,1	45,2	25,8	100	4,3	17,7	39,1	38,9	100
Q.4	3,2	6,5	64,5	25,8	100	4,3	26,2	39,1	30,4	100
Q.5	0	12,9	58,1	22,6	100	4,3	26,1	39,1	30,4	100
Q.6	0	12,9	61,3	25,8	100	0	17,4	47,8	34,8	100

Fonte: Elaborada pela autora, com base nas questões da pesquisa e auxílio da Plataforma Google Forms, 2019.

Analisando os dados sobre a satisfação dos alunos (Tabela 11,) face às próprias atitudes em sala de aula, verifica-se que a grande maioria se declarou satisfeita, ou seja, percebe-se como responsável pelo próprio aprendizado, com a realização das tarefas solicitadas, a organização dos materiais e a participação no decorrer das aulas.

Em relação à colaboração com os colegas, os indicadores remetem também à satisfação, haja vista os alunos de ambos os períodos se declararem satisfeitos com suas atitudes, contrariando as principais reclamações dos professores em relação à indisciplina, já que as queixas recebidas pela gestão indicam como geradores de indisciplina, entre outros fatores, o desinteresse em fazer as atividades, a pouca participação nas aulas e a desorganização do material. Nesse sentido, mais uma vez, vejo a necessidade de refletir sobre a prática pedagógica dos educadores e as relações interpessoais no interior da sala de aula.

5.5 Categoria E: Distinção entre ato infracional (violência), indisciplina e falta de educação (incivilidade)

As questões contempladas a seguir (Tabela 12), relativas à Categoria E, buscam informações sobre o entendimento e/ou distinção dos alunos sobre indisciplina, ato infracional e incivilidade. Para responder às questões, foram apresentadas definições para ato infracional, indisciplina e falta de educação (incivilidade), com o objetivo de situar o aluno no contexto da pesquisa.

Ato Infracional: Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990), o ato infracional é a conduta da criança e do adolescente que pode ser descrita como crime ou contravenção penal. Se o infrator for pessoa com mais de 18 anos, o termo adotado é crime, delito ou contravenção penal.

Indisciplina: Ausência de disciplina; desobediência; insubordinação. Comportamento que se opõe aos princípios da disciplina; desordem ou bagunça. Ação de violar as regras ou ordens que foram pré-determinadas. (DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE)

Falta de Educação (incivilidade): (1) usar de palavras agressivas, que não seriam usadas de maneira cotidiana; descortesia; (2) usar de costume que seja inoportuno a quem está acompanhando outrem; (3) usar de indelicadeza em palavras, atos ou gestos que firam a integridade e/ou moral de outrem. (DICIONÁRIO INFORMAL ONLINE)

Tabela 12: Distinção entre ato infracional (violência), indisciplina e falta de educação (incivilidade).

Categoria E –Distinção entre ato infracional (violência), indisciplina e falta de educação (incivilidade)								
Questão da pesquisa	AT. INF.	IND	F. ED.	TOTAL	AT. INF	IND	F.ED	TOTAL
Q1. Sair, sem permissão, da classe ou da escola.	6,5	61,3	32,2	100	47,8	13,1	39,1	100
Q2. Usar palavras obscenas (falar palavrões).	6,5	12,9	80,6	100	4,3	8,7	87,0	100
Q3. Agredir verbalmente professores e funcionários.	9,7	35,5	54,8	100	39,1	4,4	56,5	100
Q4. Agredir verbalmente outros alunos.	22,6	25,8	51,6	100	13,0	26,1	60,9	100
Q5. Fazer pichações em móveis ou no prédio escolar.	74,2	19,4	6,4	100	43,5	39,1	17,4	100
Q6. Jogar papel no chão da sala de aula.	41,9	48,4	9,7	100	0	47,8	52,2	100
Q7. Apresentar-se às aulas alcoolizado ou sob efeito de drogas.	58,0	35,5	6,5	100	56,5	17,4	26,1	100
Q8. Danificar o patrimônio público (instrumentos, materiais, ambientes etc.).	58,1	35,5	6,5	100	43,5	30,4	26,1	100
Q9. Envolver-se em brigas no interior da escola.	23,3	70,0	6,7	100	39,1	43,5	17,4	100
Q10. Fazer apologia a drogas, utilizando desenhos, trajes e outros.	46,7	43,3	10,0	100	56,5	26,1	17,4	100

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Mediante o resultado da pesquisa, cuja intenção é identificar a percepção dos alunos sobre ato infracional, indisciplina ou falta de educação, os resultados apontam que os alunos do período noturno e do matutino classificam como ato infracional as seguintes atitudes: apresentar-se às aulas alcoolizado ou sob efeito de drogas; fazer apologia às drogas, utilizando-se de desenhos, trajes, outros; e danificar o patrimônio público. Contudo, chama a atenção o fato de fazer pichações em móveis ou no prédio escolar ser considerado para o aluno do noturno como ato de indisciplina, o que leva a pensar que a escola não deixou claro

aos alunos que danificar patrimônio público é crime, de acordo com a Lei n. 12.408, de 25 de maio de 2011 (BRASIL, 2011) e, portanto, trata-se de um ato infracional.

Os alunos do matutino classificam o ato de jogar papel no chão; sair, sem permissão da classe ou da escola; e envolver-se em brigas no interior da escola, como indisciplina. Em contrapartida, quanto ao ato de jogar papel no chão, para os alunos do noturno, trata-se de falta de educação (incivilidade), Nesse sentido, Garcia (2006) lembra que o ato de indisciplina está associado ao descumprimento de regras; trata-se, portanto, de uma transgressão ao que foi estabelecido pelos esquemas da vida social.

Dando sequência à análise dos dados, observa-se que os alunos da escola percebem agressão verbal e agressão física como transgressões de regras da vida em sociedade, ou seja, como falta de educação (incivilidade). Sobre tais atitudes, Oliveira (2002, pp. 89-90) esclarece:

Trata-se de atentados cotidianos e recorrentes ao direito de cada um ser respeitado, ou de pequenas infrações à ordem estabelecida, diferenciando-se de condutas criminosas ou delinquentes. Incomodam mais pela intensidade e frequência do que pela gravidade.

De acordo Charlot (2002, p. 40), atos de incivilidade, como uma indisciplina social, não são susceptíveis à aplicação de penalidades.

Já a indisciplina social, caracteriza-se pela incivilidade, ou seja, à ruptura das regras sociais, do que é esperado de uma “boa educação”. Falta de polidez ou ações que ferem os códigos de boas maneiras. Esse problema de convivência não contradiz nem a lei e nem o regulamento interno, ela contradiz as regras de boa convivência: palavras ofensivas, grosserias, empurrões, desordem.

De maneira geral, o ato indisciplinar nasce do descumprimento das normas regimentais e, dependendo do tipo de conduta do aluno, ele poderá ser caracterizado como ato de indisciplina, ato infracional ou falta de educação, sendo que cada um possui consequências distintas. Assim sendo, posso concluir, mediante o resultado da pesquisa, que os alunos são capazes de distinguir ato infracional e indisciplina. Contudo, concordo com Garcia (2006), que propõe que haja uma reflexão profunda acerca dos temas indisciplina e incivilidade, tendo em vista que professores em sala de aula necessitam de um maior entendimento para diferenciar entre os dois tipos de atos. O autor insiste que são inúmeros os profissionais em educação que erroneamente definem atos de incivilidade e atos de indisciplina como um único tipo de transgressão. Portanto, os esclarecimentos desses conceitos devem fazer parte de uma formação em serviço da equipe envolvida no contexto escolar.

5.6 Categoria F – Perspectivas pós-ensino médio

A questão contemplada pela Categoria F trata do projeto de vida do jovem do ensino médio, ou seja, quais são as suas expectativas ao concluir os estudos. Vale ressaltar que o aluno tinha liberdade de escolher mais de uma alternativa como resposta (Quadro 6, Figuras 3 e 4).

Quadro 6: Perspectivas dos alunos pós-ensino médio.

Quais são suas expectativas ao concluir o ensino médio?

Fazer um curso superior.

Fazer um curso profissionalizante/técnico.

Ingressar no mercado de trabalho.

Ingressar no mercado de trabalho e fazer um curso superior.

Ingressar no mercado de trabalho e fazer um curso profissionalizante/técnico.

Fazer apenas um curso de idiomas (inglês, espanhol, outros).

Apenas estudar.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas questões e auxílio da Plataforma Google Forms, 2019.

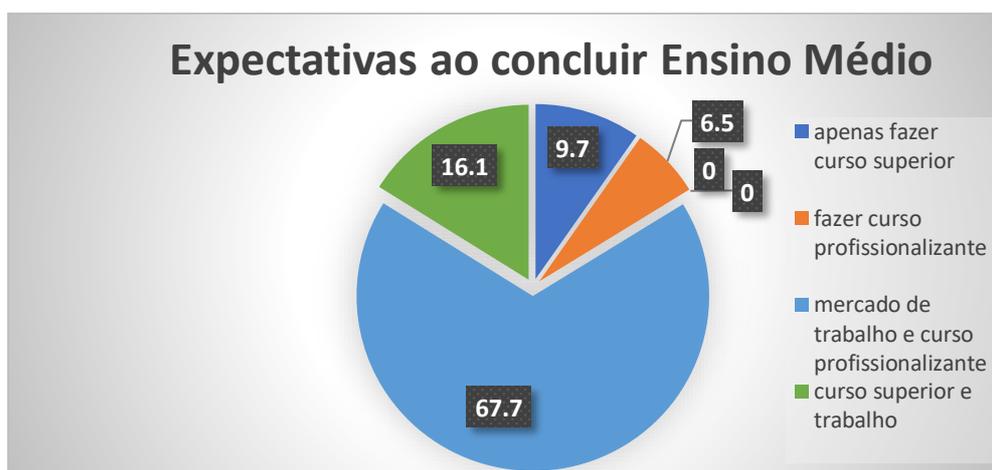


Figura 3: Expectativa ao concluir o Ensino Médio – Matutino

Fonte: Elaborada pela autora, a partir do resultado pesquisa, com auxílio da Plataforma Google Forms, 2019.

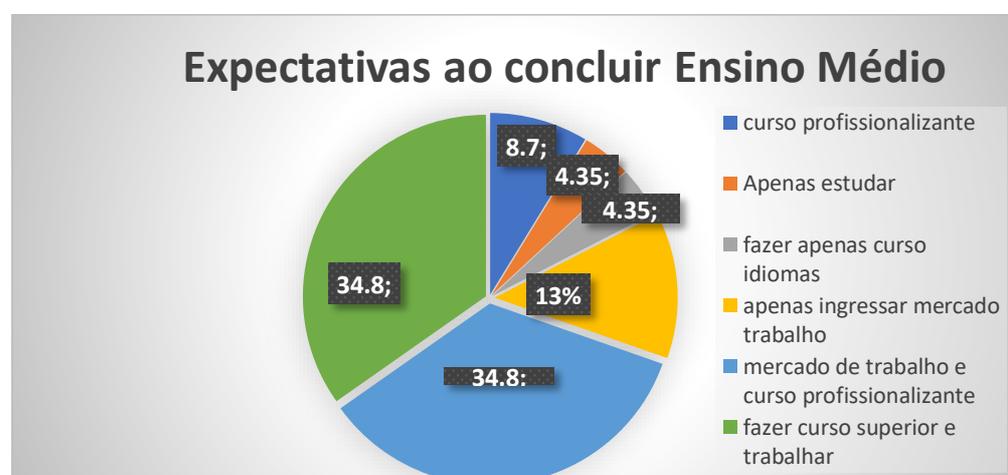


Figura 4: Expectativa ao concluir o Ensino Médio – Noturno

Fonte: Elaborada pela autora, a partir do resultado pesquisa, com auxílio da Plataforma Google Forms, 2019.

O Ensino Médio possui duração de três anos, e visa a preparação e capacitação do jovem para o ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho, e para o exercício da cidadania.

De acordo com as respostas obtidas, é possível inferir que, para a maioria dos jovens respondentes, a principal expectativa, ao fim do ensino médio, é estar preparado para trabalhar. A LDB (BRASIL,1996) espera, igualmente, que a formação do estudante contemple as necessidades atuais da sociedade.

Nota-se, pela pesquisa, um índice considerável dos alunos do período matutino, desejosos de ingressar no mercado de trabalho e realizar um curso técnico. Pode-se acreditar que consideram cursos técnicos uma espécie de passaporte para a obtenção de emprego e renda. Poucos são, no período da manhã, os alunos que demonstram interesse em entrar em uma universidade. Sobre isso, é possível inferir que os obstáculos financeiros ou problemas em conciliar trabalho e estudo são fatores que levam a esse desinteresse.

Contrapondo-se a esse resultado, os alunos do período noturno indicam o desejo de fazer um curso superior e trabalhar. O cruzamento dos dados indica que poucos manifestam o desejo de fazer curso de línguas, o que causa certo estranhamento, haja vista a chegada e implantação de uma empresa multinacional de grande porte na cidade onde a escola pesquisada se localiza, sendo esse um dos requisitos para a contratação – o domínio da língua inglesa.

Para Oliveira (2010, p), a escola torna-se ineficiente para alcançar o objetivo formativo na educação dos seus alunos, visto que:

A velocidade das mudanças tecnológicas no trabalho [resultam] na impossibilidade de as escolas renovarem seus equipamentos na mesma velocidade que as empresas. [...] Oferece-se aos jovens uma formação aligeirada por meio de cursos inconsistentes do ponto de vista profissional e tecnológico, pois não fundamentam as operações práticas em uma visão social e nem em uma base científica adequada. (OLIVEIRA, 2010, p. 273)

Com isso, há de se chamar a atenção da equipe escolar para a motivação como fator fundamental ao processo de ensino-aprendizagem, cabendo a todos os membros da escola procurar meios que estimulem o interesse dos alunos, que, de acordo com a pesquisa, não apresentam grandes expectativas em relação à educação escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação com autores que investigam o tema indisciplina, por intermédio da leitura de artigos, teses e dissertações, bem como a orientação ao longo do curso do mestrado, em especial a exploração em campo sobre a percepção do aluno a respeito desse problema, proporcionaram-me uma reflexão mais aprofundada sobre a questão, que já me inquietava há tempos. Foi possível, então, certificar-me de que indisciplina escolar traz muitas dúvidas quanto às suas causas, que são compartilhadas pelos estudiosos e pesquisadores do assunto. Por isso, há tantas vertentes de análise disponibilizadas na literatura, e generalizar definições não é aconselhável, já que ela dependerá da percepção dos sujeitos envolvidos e das necessidades de cada ambiente escolar.

Esse tem sido um problema constante de pesquisa, cujo estudo e discussão não se esgotaram, pois cada contexto social e histórico, continuará a suscitar essas investigações, seja no meio acadêmico, tendo em vista a busca de fundamentação, de apoio e de melhorias profissionais; seja no ambiente escolar, por meio da revisão de conceitos e de práticas pelos profissionais envolvidos com a educação.

No que tange à pesquisa de campo realizada, por meio de questionário e análise documental, informações preciosas sobre a escola pesquisada, da qual sou gestora, foram colhidas. A partir dos resultados, foi possível perceber pontos importantes que devem ser revistos pela equipe gestora, a fim de melhorar a qualidade do ensino ofertado, e também notar os desafios para fortalecer a gestão democrática, já percebida pelos alunos, que demonstraram reconhecer que essas ações são pautadas no respeito e no diálogo, sendo os membros da escola ouvidos. Resta, pois, aprimorar a gestão na sala de aula, pois a pesquisa apontou que ainda há problemas a serem superados para que ela seja também percebida como satisfatória.

A pesquisa revela, ainda, que a maior parte dos alunos afirma ser capaz de fazer a distinção entre indisciplina e ato infracional e conhece as normas regimentais. Entretanto, não é possível afirmar que todos têm acesso ao documento intitulado Regimento Escolar e o quanto o aluno nele se baseia ao fazer essa distinção.

Ao revelar que observam o tumulto em sala e consideram o barulho uma barreira para seu aprendizado, os alunos demonstram entender a diferença entre indisciplina e brincadeiras. Acredito que, de forma implícita, o aluno percebe a relação da indisciplina com sua trajetória escolar, pois espera um ambiente salutar para o aprendizado.

Finalmente, foi possível perceber que os alunos do 2.º ano do EM, dos períodos noturno e matutino, diante dos diversos questionamentos que aceitaram responder, comungam opiniões semelhantes, mostrando-se poucas vezes divergentes. Assim, a hipótese inicial de que os alunos não fazem diferenciação entre ato infracional, ato indisciplinar, incivildades e simples brincadeiras sem consequências pedagógicas ou emocionais não foi confirmada.

Quanto à questão de como o gestor escolar pode atuar para mediar as relações interpessoais na escola, é importante registrar a necessidade de encontrar meios para intensificar a formação, em serviço dos professores, para aperfeiçoar a gestão da sala de aula, que se mostra deficitária, e, sob a ótica dos alunos, essa é uma das causas da indisciplina na escola.

Ainda sobre a indisciplina, nota-se que alguns conceitos devem ser repensados pela equipe escolar, em especial pelos professores, que precisam se capacitar para sentirem-se seguros em relação ao conteúdo curricular que lecionam; rever suas crenças e conceitos sobre a educação, atualizando-os, conforme os tempos atuais; conhecer e compreender a perspectiva dos alunos; melhorar suas práticas pedagógicas e relacionais; além de buscar um novo olhar para melhor identificar e classificar as atitudes dos alunos, diferenciando-as entre indisciplina, ato infracional ou incivildade, estabelecendo corretamente a sua relação com a dinâmica das aulas.

Alguns professores, às vezes, mostram-se confusos e inseguros frente às situações de conflitos e tomadas de decisão para lidar com questões comportamentais e de indisciplina. Promover uma revisão do Regimento Escolar, com envolvimento e estudo de todos os atores da escola, é, então, mais uma medida indicada à equipe gestora, para auxiliar na prevenção e no tratamento desses problemas.

Nesse sentido, foi elaborada uma proposta de intervenção e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, anexada a este relatório que será desenvolvida na escola pesquisada, com o objetivo de promover a melhoria da dinâmica educativa e as relações interpessoais no espaço escolar através da utilização de estratégias formativas baseadas na reflexão sobre a prática pedagógica e análise do Regimento Escolar da escola em questão. Tanto a pesquisa quanto a proposta de intervenção serão apresentadas à Diretoria de Ensino a que a escola é vinculada, e, com as devidas adaptações, espera-se que sirvam de apoio ao trabalho de outras escolas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: Unesco, 2005.
- ABRAMOVAY, M. **Escola e violência**. Brasília: Unesco, 2003.
- ABRAMOVAY, M.; RUA, M.G. **Violências nas Escolas**. Brasília: Unesco, 2002.
- ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 113, p. 51-64. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000200003>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- ANDRE, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 51-64, 2001.
- AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 8. ed. São Paulo: Summus, 1998.
- AQUINO, J. G. Indisciplina escolar: um itinerário de um tema/problema de pesquisa. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v.46, n.161, p.664-692. 2016.
- AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.
- ARCAS, P. H. Saesp e progressão continuada: implicações na avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 473-488, 2010.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENEVIDES, M.V.M. **Educação em direitos humanos: de que se trata?** 2000. Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, Convenit Internacional, n. 6, Universidad Católica de Murcia, Espanha: Editora Mandruvá. Disponível: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- BECKER, F. Ensino e construção do conhecimento: o processo de abstração reflexionante. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 43-52, 1993.
- BERWIG, A. **Cidadania e Direitos Humanos na Mediação da Escola**. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, 1997.
- BLASIS E.; FALSARELLA, A. M., ALAVARSE, O. M. Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino. **Avaliação e Aprendizagem**. São Paulo: Cenpec: Fundação Itaú Social, 2013.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BOURDIEU, P.O *habitus* e o espaço dos estilos de vida. *In*:BOURDIEU, P.A **distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2432, 28 fev. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-236-28-fevereiro-1967-376046-norma-actualizada-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, p. 23911, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5452, de 10 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 11937, 9 mai. 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC: SEB: DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e nº 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 1 jul. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11129-30-junho-2005-537682-norma-pl.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.408, de 25 de maio de 2011. Descriminaliza o ato de grafitar e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 anos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 mai. 2005. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12408-25-maio-2011-610666-publicacaooriginal-132598-pl.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017a. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e a possibilidade de que todos os estudantes da etapa escolham caminhos de aprofundamento dos seus estudos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-norma-pl.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 16.567, de 6 de novembro de 2017b. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e a possibilidade de que todos os estudantes da etapa escolham caminhos de aprofundamento dos seus estudos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BULLYING. *In*: SIGNIFICADOS. Disponível em: <https://www.significados.com.br/bullying/>. Acesso em: 4 nov. 2019.

CAMPOS, P.S. B. **(In)disciplina em meio escolar: uma abordagem histórico-cultural**, 2014.112f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

CARRANO, P. C. R. Identidades juvenis e escola. **Alfabetização e Cidadania**, São Paulo, n. 10, p. 16. 2007.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CAVALCANTI, B. R. **Representações sociais sobre indisciplina escolar no ensino médio**. Dissertação. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2008.

CHARLOT, B. A escola e o trabalho dos alunos. **Revista de Ciências da Educação**, n.10, p.89-96, 2009

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Revista Sociológica**, Porto Alegre, n.8, p. 432-443,2002.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil,2000.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação de professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (São Paulo). Deliberação CEE nº 10 de 30 de julho de 1997. Fixa normas para elaboração do Regimento dos Estabelecimentos de Ensino

Fundamental e Médio. **Diário Oficialdo Estado de São Paulo**: seção 1, São Paulo, SP, p. 10, 01 ago. 1997. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cee/d1097.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (São Paulo). Parecer CEE nº 67/98 de 18 de março de 1997. Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais. **Diário Oficialdo Estado de São Paulo**: seção 1, São Paulo, SP, p. 84, 20 mar. 1997. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p1022-1048_c.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

CURY, C. R. J. O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática. *In*: OLIVEIRA, D. A (org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997;Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAYRELL, J. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 253-273, 2011.

DAYRELL, J. Uma nova condição juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

DEWEY, J. **Democracia e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

EISENSTEIN, E. **Atraso puberal e desnutrição crônica**. Tese (Doutorado em Nutrição) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1999.

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Porto: Porto Ed. 1992.

ESTRELA, M. T. Valores e normatividade do professor na sala de aula. **Revista de Educação**, Lisboa: v. 5, n. 1, p. 65-77, 1995.

FALSARELLA, A.M. **A relação professor-aluno na escola pública**: como professores e alunos de uma escola pública municipal de 1o grau percebem ou idealizam os fatores que determinam a relação pedagógica. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

FALSARELLA, A. M. **Arelação professor-aluno**: entre (in)disciplina e intervenções didáticas. São Paulo: [s. n.], 2002. Mimeografado.

FALSARELLA, A. M. **A relação professor-aluno: entre (in)disciplina e intervenções didáticas**. Comunicação apresentada no 18º Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, Cuiabá, MT. 2016. Disponível em: https://www.ufmt.br/endipe2016/downloads/233_10153_37150.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

FALSARELLA, A. M. Gestão escolar e o papel do gestor: das origens às concepções atuais. *In*: FALSARELLA, A.M. (org.); ALMEIDA, E.R.; AZEVEDO, J.R.N.; AZEVEDO, L.M.O. **Educação básica e gestão da escola pública**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2018. p. 27-58. *E-book*. Disponível em: <https://m.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/processos->

ensino-gestao-inovacao/producao-intelectual/ebooks/educacao-basica-gestao-escola-publica-20181106.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

FALSARELLA, A. M. O lugar da pesquisa qualitativa na avaliação de políticas e programas sociais. **Avaliação**: Revista da Avaliação Superior, Campinas/Sorocaba, v. 20, n. 3, p.703-715, 2015.

FALSARELLA, A. M.; GROSBAUM, M. W. Ensino médio: educação profissional e desigualdade socioespaciais no Estado de São Paulo. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v.6 . n.2, p.192-215, 2016.

FERNANDES, E. P. **Construção coletiva de regras e resolução de conflitos**: contribuições para o enfrentamento da violência entre alunos. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, E. Indisciplina Escolar, um grande problema da educação. **Brasil Escola**. 2007. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/sugestoes-pais-professores/indisciplina-escolar.htm>. Acesso em 5 nov.2019.

FREITAS, H.; JANISSEK, R.; MOSCAROLA, J. **Dinâmica do processo de coleta e análise de dados via web**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA QUALITATIVA, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://janissek.cher-alice.fr/hf-rj-jm-cibrapeq-2004.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

FREITAS, L. C. *et al.* **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes, 2009.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GARCIA, J. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.8,n.1,p.10-32,2006.

GARCIA, J. Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, n. 95, p. 101-108, 1999.

GESQUI, L.C. Os resultados das avaliações educacionais em larga escala e seus impactos nas práticas escolares. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Alcalá de Henares, Espanha/Araraquara, SP, v. 3, p. 513-525, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, p. 98-109, 2012.

GROPPO, L. A. **Juventude**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

IBGE Cidades. **Lençóis Paulista**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/lencois-paulista/panorama>. Acesso em 7 nov. 2019.

IBOPE. **Pesquisa Ibope 2016, encomendada pelo Ministério da Educação**. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/72-aprovam-proposta-de-reforma-do-ensino-medio-diz-pesquisa-ibope.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2020.

INCIVILIDADE. *In*: DICIONÁRIO INFORMAL Online. Incivilidade. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br>. Acesso em 9 nov. 2019.

INDISCIPLINA. *In*: FERREIRA, A. B. H. F. de. **Novo Dicionário Aurélio de língua portuguesa**. 8. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

INEP - MEC. **Resultados Ideb 2017**. 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nenhum-estado-atinge-a-meta-do-ideb-2017-no-ensino-medio/21206, Acesso em: 13 jan. 2020.

JESUS, D. E. de. **Direito Penal**. 2. ed. aum. e atual. São Paulo: Saraiva, 1980. v. 1.

JULIANO, J. M. M. **Indisciplina e sua relação com motivos, interesses e sentidos vinculados à atividade dos alunos**: um estudo com uma classe de ensino médio da cidade de Medianeira, PR. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2015.

JUSTIÇA RESTAURATIVA. *In*: ENCICLOPÉDIA Jurídica da PUCSP. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/138/edicao-1/justica-restaurativa>. Acesso em: 13 jan. 2020.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. *In*: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

KRUG, E. G., D., L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B. & Lozano, R. (2002). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em:

<http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

LA TAILLE, Y. de. A indisciplina e o sentimento de vergonha. *In*: AQUINO, J. G. (org.) **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 12. ed. São Paulo: Summus, 1996.

LA TAILLE, Y. de. **Indisciplina/disciplina**: ética, moral e ação do professor. Porto Alegre: Mediação, 2013.

LA TAILLE, Y. de; SOUZA, L. S. de; VIZIOLI, L. Ética e educação uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 91-108, 2004.

LEITE, M. S. **Dispersão na sala de aula**: esse barulho é de dentro ou vem de fora? 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt04-4249-int.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 13. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. O Dualismo Perverso da Escola Pública Brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 5. ed. rev. ampl. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo: Editora Cortez, 2002.

LÜCK, H. A. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

LÜCK, H. A. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LÜCK, H. A. **Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LÜCK, H. A. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, v. 17, n. 72, p. 11-33, 2000.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem, institucional e de larga escala**. 2012. Disponível em: <http://luckesi.blogspot.com/2014/09/avaliacao-da-aprendizagem-institucional.html>. Acesso em: 13 jan. 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, A. M. **Conversa diversa**. *In*: RODRIGUES, Carla (org.). **Democracia**: cinco princípios e um fim. São Paulo: Moderna, 1996.

MACHADO, M. de F. C. Gestão e organização da sala de aula. **Revista ELO**, n. 8, 2000.

MARINHO, G. **Educar em Direitos Humanos e formar para a cidadania no Ensino Fundamental**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, A. M; BOTLER, A. H. Conflitos, indisciplina e violência em escolas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.46, n.161, 2016.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.7-23, 1999.

MORAIS, R. de. **O que é Ensinar?** São Paulo: EPU, 1986.

MORGADO, C. OLIVEIRA, I. Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade. **Exedra Revista Científica**, n.1, p. 43-55, 2009.

NORONHA, E. M. **Direito Penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1983. v. 1.

NOVAES, R. R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, H.; FREITAS, M. V; SPOSITO, M.P. (org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 46-69.

OLIVEIRA, B. A. **O gestor universitário público: conduta, tomada de decisões e mediação de conflitos**. Dissertação (Mestrado em Processos de Ensino, Gestão e Inovação) – Universidade de Araraquara, Araraquara, SP, 2016.

OLIVEIRA, D.A. O ensino médio diante da obrigatoriedade ampliada. Que lições podemos tirar de experiências observadas? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.91, n.228, p. 269-290, 2010.

OLIVEIRA, J. H. B. (In)disciplina na sala de aula: perspectiva de alunos e de professores. **Psicologia, educação e cultura**, Lisboa, v. 6, n. 1, p. 69-99, 2002.

OLIVEIRA, M. I. **Indisciplina escolar: determinações, consequências e ações** Brasília: Líber livro, 2005.

OLIVEIRA, M. T. A. **Conflitos entre alunos de 13 e 14 anos: causas, estratégias e finalizações**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Educacional) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PARO, V.H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, 2002.

PEREGRINO, M. **Múltiplas identidades e escola/identidades juvenis**. 2007. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1020. Acesso em: 19 jul. 2019.

PEREIRA, B. P. **Por que ir à escola?** O que dizem os jovens do ensino médio. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2014.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio: Unesco, 1973.

PORTAL DO MUNICÍPIO DE LENCÓIS PAULISTA. Disponível em: <http://www2.lencoispaulista.sp.gov.br/v2/>. [s.d.]. Acesso em 13jan. 2020.

POSSATO, B. C. **O “professor mediador escolar e comunitário”**: uma mirada a partir do cotidiano escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

REGO, T. C. R. A Indisciplina e o Processo Educativo: uma análise na perspectiva Vygotskiana. *In*: AQUINO, J. G. (org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 4.ed. São Paulo: Summus, 1996. p. 83-101.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROGERS, B. **Gestão de relacionamento e comportamento em sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SANTOS, L. P. **Garotas indisciplinadas numa escola de ensino médio**: um estudo sob o enfoque de gênero. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SÃO PAULO. Decreto nº 44.449 de 24/11/1999. Dispõe sobre a tipologia das escolas da rede estadual de ensino. **Diário Oficialdo Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 8, 25 nov. 1999. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1999/decreto-44449-24.11.1999.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SÃO PAULO. Lei nº 273 de 1 de julho de 1974. Dá denominação de EEPG "Profª Leonina Alves Coneglian" ao 3º Grupo Escolar de Lençóis Paulista. **Diário Oficialdo Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 1, 2 jul. 1974. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19740702&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=3>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SÃO PAULO. Lei nº 16. 567, de 6 de novembro de 2017. Altera a Lei nº 12.730, de 11 de outubro de 2007, que proíbe o uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário de aula. **Diário Oficialdo Estado de São Paulo**: seção 1, São Paulo, SP, p. 1, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/183880>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Idesp**: Programa da Qualidade da Escola. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2019a. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Programa Inova Educação**. São Paulo: SEE, 2019b. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-de-sp-lanca-programa-inova-educacao/>. Acesso em 8 nov. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania**: Sistema de Proteção Escolar. São Paulo: SEE/FDE, 2009. Disponível em: http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/protecao_escolar_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Matrizes de referência para a avaliação Saresp**: documento básico. São Paulo: SEE, 2014a, 2015, 2016, 2017 e 2018. Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2016/Arquivos/MatrizReferencia.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Relatório dos estudos do Saresp**. São Paulo: SEE, 2014b, 2015, 2016, 2017, 2018. Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/> Acesso em: 10 ago. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SE nº 2, de 8 de janeiro de 2016. Estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino. São Paulo: SEE, 2016. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/2_16.HTM?Time=24/02/2017%2018:06:14. Acesso em: 7 nov. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SE nº 8, de 19 de janeiro de 2012 Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, São Paulo, SP, p. 24, 20 jan. 2012 . Disponível em: http://vclipping.planejamento.sp.gov.br/Vclipping1/index.php/Resolu%C3%A7%C3%A3o_SE_n%C2%BA_08,_de_19_de_janeiro_de_2012. Acesso em 7 nov. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010. Institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo e dá providências correlatas. **Diário Oficial de São Paulo**: seção 1, p. 29. Disponível em : http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/29_10.HTM?Time=14/01/2020%2013:26:28. Acesso em: 20 jul. 2019.

SCOTUZZI, C. A. S. **O Sistema de Proteção Escolar da SEESP e o Professor Mediador nesse contexto**: análise de uma política pública de prevenção de violência nas escolas. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2012.

SENADO+DIGITAL. O legislativo ao alcance de suas mãos. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/09/senado-digital-o-legislativo-ao-alcance-da-mao>. Acesso em: 5 nov. 2019.

SILVA, A. B. B. **Bullying**: Mentas Perigosas nas Escolas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

SILVA, E. G. da. **A indisciplina na visão do aluno**. Osório, RS: Faculdade Cenecista de Osório, 2011.

SILVA, M. P., NEVES, I. P. Compreender a (in)disciplina na sala de aula: uma análise das relações de controle e de poder. **Revista Portuguesa de Educação**, v.19, n.1, p.5-41, 2006.

SILVA NETO, C. M. (In)disciplina e violência escolar: um estudo de caso. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, P. e165933, 2010.

SOARES, C. M. **Indisciplina e agressividade**: prevenção e intervenção no contexto escolar. 2011. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/indisciplina-agressividade-prevencao-intervencao-no-.htm>. Acesso em: 13 jan. 2010.

SOUZA, S. Z. L. de; OLIVEIRA, R. P. de. Políticas de Avaliação da Educação e Quase Mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p.873-895, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jan. 2020.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.

VASCONCELLOS, C.S. **Disciplina**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (org.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VENÂNCIO, T. A. B.; CABEÇO, L.C.; TAVARES, C. M. Direitos Humanos e indisciplina no Contexto Escolar. **Revista Científica Multidisciplinar**: Núcleo do Conhecimento, ano 4, v. 1, n. 7, p. 97-105, 2019.

VERGNA, A. C. G. **Indisciplina e violência na escola**: concepções e discursos de educadores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2016.

VIANA, H. M. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília: Plano Editora, 2003.

VIEIRA, J.D. **Saúde e condições de trabalho dos(as) profissionais da educação básica pública**(Relatório de Pesquisa). Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. 2017. Disponível em:

https://www.cnte.org.br/images/stories/2018/relatorio_pesquisa_saude_completo.pdf. Acesso em: 05 jan. 2019.

VIOLÊNCIA. *In*: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=violencia>. Acesso em 4 nov.2019.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.25, n.2, p. 205-224, 2010.

ZABOT, N. O regimento escolar como instrumento de organização administrativa e pedagógica da comunidade escolar. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. Porto Alegre, v.4, n.2, p. 63-66, 1986.

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP

	UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: A percepção do aluno sobre (in)disciplina e suas consequências na trajetória escolar com duas turmas de Ensino Médio em uma escola do interior de SÃO PAULO.		
Pesquisador: telma venancio		
Área Temática:		
Versão: 3		
CAAE: 03245418.9.0000.5383		
Instituição Proponente: ASSOCIACAO SAO BENTO DE ENSINO		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 3.255.976		
Apresentação do Projeto:		
O projeto de pesquisa "A percepção do aluno sobre (in)disciplina e suas consequências na trajetória escolar com duas turmas de Ensino Médio em uma escola do interior de São Paulo", sob responsabilidade de Telma Venâncio, foi submetido à análise deste Comitê de Ética em Pesquisa.		
O projeto abordará alunos do Ensino Médio, interrogando acerca do entendimento deles quanto à indisciplina na escola. Os participantes deverão preencher um questionário disponibilizado em ambiente virtual, fazendo uso do laboratório de informática da escola.		
Objetivo da Pesquisa:		
O objetivo primário do estudo é o de "levantar, compreender e analisar a percepção do aluno do ensino médio sobre a indisciplina e suas consequências na trajetória escolar".		
Como objetivos secundários, são indicados: a) Conhecer a perspectiva dos alunos de ensino médio sobre questões disciplinares; b) Verificar a distinção que fazem entre indisciplina e ato infracional; c) Captar as reações dos alunos face às diferentes tomadas de decisões de professores e da gestão escolar no que tange à indisciplina na sala de aula; d) Entender como os alunos relacionam as consequências oriundas de situações disciplinares à própria trajetória escolar; e) Verificar se há diferença entre as percepções dos alunos do diurno e os do noturno; f) Levantar possibilidades de atuação do gestor escolar na orientação aos docentes e na mediação das relações interpessoais".		
Endereço: Rua Voluntários da Pátria nº 1309 Bairro: Centro CEP: 14.801-320 UF: SP Município: ARARAQUARA Telefone: (16)3301-7253 Fax: (16)3301-7144 E-mail: comitedeetica@uniara.com.br		
Página 01 de 04		



UNIVERSIDADE DE
ARARAQUARA - UNIARA



Continuação do Parecer 3.255/976

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos inerentes ao procedimento de coleta de dados, afirma-se que:

"os supostos riscos durante a realização da pesquisa são de origem física, emocional e psicológica, pois os sujeitos da pesquisa podem não se sentirem à vontade o suficiente para responder ao questionário, mostrando certo constrangimento; podem ainda apresentar desconforto ou cansaço físico, vergonha ou medo. Neste contexto e com o intuito de deixar os participantes tranquilos e livres, algumas providências serão tomadas, tais como: verificação e organização da sala de informática, para que esteja confortável e segura para aplicação do questionário; esclarecer aos participantes que não será necessário nenhuma identificação nominal, assegurando a privacidade e confidencialidade das informações obtidas; os participantes serão esclarecidos também, sobre a liberdade de não responderem questões que de alguma forma possam causar-lhes constrangimentos, e ainda que se por algum motivo resolver desistir de participar da pesquisa, poderá fazê-lo a qualquer momento, e que não haverá nenhum problema, por essa opção".

Em se tratando dos benefícios proporcionados pela pesquisa, afirma-se que "poderá ser desenvolvido o sentimento de pertencimento social, ao compreenderem que, a partir de suas contribuições, será possível levantar dados relacionados à indisciplina na sala de aula e seus desdobramentos, podendo se beneficiar diretamente da pesquisa a partir de possíveis melhorias na instituição. Em relação ao gestor escolar, poderá apropriar-se de subsídios que possam indicar meios para auxiliar a equipe escolar em suas práticas diárias, com possibilidades de produzir um melhor desempenho profissional e melhores condições de trabalho, fazendo do ambiente escolar um local de respeito e afeto. Em relação aos professores, poderão desenvolver atitudes reflexivas e críticas sobre a própria prática pedagógica, a partir de orientações e estudos, instrumentalizados por meio da coleta dos dados resultantes da pesquisa e pelo apoio teórico a que terão acesso".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa mostra-se pertinente e relevante em sua área de conhecimento, ao abordar um problema ainda bastante controverso no âmbito escolar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão adequadamente redigidos.

Recomendações:

Este Comitê recomenda aos pesquisadores respeitarem o que foi descrito, na íntegra, neste projeto e que sigam as Resoluções 466/2012 (saúde) e 510/2016 (humanas) do Conselho

Endereço: Rua Voluntários da Pátria nº1309
 Bairro: Centro CEP: 14.801-320
 UF: SP Município: ARARAQUARA
 Telefone: (16)3301-7263 Fax: (16)3301-7144 E-mail: comitedeetica@unara.com.br



UNIVERSIDADE DE
ARARAQUARA - UNIARA



Continuação do Parecer: 3.255.976

Nacional de Saúde (CNS) na qual nos fundamentos para a análise ética das pesquisas endereçadas a este Comitê. Em caso de dúvidas ou outras ocorrências surgidas no andamento do projeto, colocamo-nos à disposição dos pesquisadores.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Com base nas considerações acima, o projeto de pesquisa encontra-se aprovado para sua execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Projeto de pesquisa encontra-se adequado e aprovado, de acordo com colegiado e com a Resolução 466/12 CNS. Qualquer alteração que venha ocorrer, em especial Eventos Adversos, pedimos a gentileza de informar este CEP por meio de Emenda e/ou Notificação, junto a Plataforma Brasil e, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa solicitamos o encaminhamento do Relatório Parcial, e após a conclusão do mesmo o envio do Relatório Final, procedimentos esses de cunho obrigatório.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1246637.pdf	26/03/2019 19:41:13		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PAIS_SILVIA.pdf	26/03/2019 19:40:52	telma venancio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	26/03/2019 19:40:42	telma venancio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA.pdf	26/03/2019 19:40:27	telma venancio	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetedez.docx	22/12/2018 13:38:05	telma venancio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/12/2018 12:20:20	telma venancio	Aceito
Parecer Anterior	plataformaBRASIL.jpeg	22/12/2018	telma venancio	Aceito

Endereço: Rua Voluntários da Pátria nº1309
 Bairro: Centro CEP: 14.801-320
 UF: SP Município: ARARAQUARA
 Telefone: (16)3301-7263 Fax: (16)3301-7144 E-mail: comitedeetica@uniara.com.br



UNIVERSIDADE DE
ARARAQUARA - UNIARA



Continuação do Parecer: 3.255.976

Parecer Anterior	plataformaBRASIL.jpeg	12:14:00	telma venancio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	instituicao.docx	19/11/2018 21:28:13	telma venancio	Aceito
Declaração de Pesquisadores	pesquisadorcompromisso.docx	19/11/2018 21:25:42	telma venancio	Aceito
Folha de Rosto	telma.pdf	19/11/2018 20:33:09	telma venancio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA.docx	16/11/2018 17:26:56	telma venancio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	16/11/2018 17:23:02	telma venancio	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARARAQUARA, 10 de Abril de 2019

Assinado por:

Adilson César Abreu Bernardi
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Voluntários da Pátria nº1309

Bairro: Centro

CEP: 14.801-320

UF: SP

Município: ARARAQUARA

Telefone: (16)3301-7253

Fax: (16)3301-7144

E-mail: comitedeetica@uniara.com.br

Anexo 2 – Consentimento da Instituição

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

www.uniara.com.br/comite-de-etica

CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

Lençóis Paulista, 20 de julho de 2018

Prezado Senhor:

Claudinei José CorreiaSouza

Diretor da Escola

Venho através desta solicitar a vossa senhoria autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada "A percepção do aluno sobre (in)disciplina e suas consequências na trajetória escolar:

Um estudo de caso com duas turmas de ensino médio de escola pública do interior de São Paulo" sob a minha orientação e com a participação dos discentes da 2.ª série "A" e "B" do Ensino médio, dos períodos diurno e noturno, respectivamente.

O trabalho tem como objetivo levantar, compreender e analisar a percepção do aluno do ensino médio sobre a indisciplina e suas consequências na trajetória escolar.

Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, e me comprometo a encaminhar a vossa senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as Resoluções vigentes relacionadas com pesquisas com seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir. Antecipadamente agradeço à colaboração.

Telma Aparecida Barbosa Venâncio
Pesquisadora responsável



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

www.uniara.com.br/comite-de-etica

CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

PARA PREENCHIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Autorizado (X)

Não autorizado ()

Assinatura _____ *C. S. Souza*

Claudinei José Correia Souza
RG 18.816.774
DIRETOR DE ESCOLA

Carimbo: _____

Data: 20 / 7 / 18

EE Profª Leonina Alves Coneglian
R. Pernambuco, 183 Jd. Cruzeiro
1413263-1010 Lençóis Pta. SP

Anexo 3 – Termo de Assentimento

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP
CEP 14901-320 - Telefone: (16) 3301.7263

www.uniara.com.br/comite-de-etica

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO TERMO DE ASSENTIMENTO**Definição de Assentimento segundo a:****Resolução CNS 466/12 – Pesquisa em seres humanos:**

Assentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa, criança, adolescente ou legalmente incapaz, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação.

Resolução CNS 510/16 – Ciências Humanas e Sociais:

Assentimento livre e esclarecido: anunciado participante da pesquisa – criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos. A obtenção do assentimento não elimina a necessidade do consentimento do responsável;

Informações iniciais aos pesquisadores:

- A obtenção do assentimento das crianças/adolescentes para participação em pesquisas demonstra, antes de tudo, o respeito do pesquisador a elas.
- O Termo de Assentimento assinado pela criança/adolescente ratifica sua cooperação na pesquisa, porém, ele não exime a necessidade do consentimento informado livre e esclarecido dos pais ou guardiões.
- Apresentar-se para a criança/adolescente, explicar a ela quem é, o que faz e o que está pesquisando.
- Fazer o convite para que a criança/adolescente participe da pesquisa, deixando claro que os pais dela já concordaram em participar, mas se não quiser ela não precisa participar.
- Dizer que ela pode conversar com alguém antes de escolher participar ou não.

Rubrica do pesquisador: _____, Rubrica do participante/responsável: _____, Página 1 de 4



**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE ASSENTIMENTO

Dados de identificação

Título do Projeto: A percepção do aluno sobre (in)disciplina e suas consequências na trajetória escolar: Um estudo de caso com duas turmas de ensino médio de escola pública do interior de São Paulo*

Pesquisador Responsável: Telma Aparecida Barbosa Venâncio

Nome do participante:

Data de nascimento:

R.G.:

Responsável legal (quando for o caso):

R.G.:

Prezado(a) aluno(a), você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa: **"A percepção do aluno sobre (in)disciplina e suas consequências na trajetória escolar: Um estudo de caso com duas turmas de ensino médio de escola pública do interior de São Paulo"**, de responsabilidade da pesquisadora: Telma Aparecida Barbosa Venâncio. O trabalho tem por objetivo saber, analisar e compreender a visão do aluno do ensino médio sobre a indisciplina e suas consequências na trajetória escolar, isto é: o que pensam os alunos de ensino médio sobre os problemas disciplinares que ocorrem em sala de aula e na escola, se os alunos fazem a distinção entre indisciplina e ato infracional, como os alunos reagem frente às medidas tomadas por professores e gestores em questões disciplinares, e se os alunos estabelecem alguma relação entre situações de indisciplina e a própria trajetória escolar, e ainda como o gestor escolar pode atuar para mediar as relações interpessoais na escola. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder, a um questionário, previamente elaborado pela pesquisadora com questões que abordam o tema da pesquisa; e para isso, será usado o programa GOOGLE FORMS, que é um aplicativo de formulários on-line, utilizado para produzir pesquisas, entre outras opções. A pesquisa será feita na sala de informática desta Unidade Escolar, no período regular de aulas que você está matriculado(a). Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa. Depois que a pesquisa acabar, os resultados serão informados para você e seus pais, também poderá ser publicada em uma revista, ou livro, ou conferência, etc. porém, seu nome será mantido em sigilo, assegurando sua privacidade, assim, as informações sobre você serão coletadas na pesquisa e ninguém, exceto os pesquisadores poderão ter acesso a elas e seu (nome/imagem/voz) não irá aparecer em nenhum lugar, e você terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação. Saiba

Rubrica do pesquisador: _____, Rubrica do participante/responsável: _____, Página 2 de 4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

www.uniara.com.br/comite-de-etica

que sua participação neste projeto deverá ter a duração média de cinco aulas, de 45min ou 50min, horário de aulas dos períodos noturno e diurno, respectivamente.

Durante a execução da pesquisa podemos encontrar alguns riscos; os possíveis riscos estão relacionados à internet e o acesso ao aplicativo, entretanto, tais riscos serão minimizados, pois todas as máquinas serão previamente verificadas, assim como a internet local; há também os riscos de origem física, emocional e psicológica, pois pode não ficar à vontade o suficiente para responder ao questionário, mostrando certo constrangimento; você pode ainda apresentar desconforto ou cansaço físico, vergonha ou medo, assim para deixá-los tranquilos e livres, algumas providências serão tomadas, tais como: verificação e organização da sala de informática, para que esteja confortável e segura para aplicação do questionário; também não será necessário nenhuma identificação nominal, assegurando a privacidade e confidencialidade das informações obtidas; você pode pedir para não responder ou, caso já esteja respondendo, pedir para parar de responder e participar. Caso você, mesmo com o consentimento de seus pais ou responsáveis, se recuse a participar do estudo sua vontade será respeitada e não haverá nenhum problema, por essa opção.

Sua participação nesse trabalho, irá contribuir com dados que possam possibilitar meios para melhoria das condições de trabalho, não apenas dos professores, mas de toda equipe escolar, fazendo do ambiente escolar um local de construção dos saberes, respeito e afeto, sendo esses benefícios diretamente ligados a sua pessoa, além de contribuir de forma positiva para o aprofundamento de conhecimentos científicos relacionados ao tema da pesquisa.

Não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela participação no trabalho, no entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente e comprovada por sua participação na pesquisa, será ressarcido(a). Finalmente, caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da sua participação no estudo, poderá ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde

Certificado de Assentimento

Rubrica do pesquisador: _____, Rubrica do participante/responsável: _____

Página 3 de 4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

www.uniarara.com.br/comite-de-etica

Eu _____, RG: _____ entendi que a pesquisa tem como objetivo saber o que pensam os alunos de ensino médio sobre os problemas disciplinares que ocorrem em sala de aula e na escola, se os alunos fazem a distinção entre indisciplina e ato infracional, como os alunos reagem frente às medidas tomadas por professores e gestores em questões disciplinares, se os alunos estabelecem alguma relação entre situações de indisciplina e a própria trajetória escolar, e ainda como o gestor escolar pode atuar para mediar as relações interpessoais na escola.

Lençóis Paulista, 25 de março de 2019

Nome e/ou assinatura da criança/adolescente:

Nome e assinatura dos pais/responsáveis:

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante/responsável: _____, página 4 de 4

Anexo 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro – Araraquara - SP
CEP 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263

www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de Identificação

Título do Projeto: A percepção do aluno sobre (in)disciplina e suas consequências na trajetória escolar: Um estudo de caso com duas turmas de ensino médio de escola pública do interior de São Paulo"

Pesquisador Responsável: Telma Aparecida Barbosa Venâncio

Nome do participante:

Data de nascimento:

R.G.:

Responsável legal (quando for o caso):

R.G.:

Seu filho(a), está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa :
A percepção do aluno sobre (in)disciplina e suas consequências na trajetória escolar: Um estudo de caso com duas turmas de ensino médio de escola pública do interior de São Paulo", de responsabilidade da pesquisadora: Telma Aparecida Barbosa Venâncio.

Lêla cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você possa ter. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso autorize seu filho(a) a fazer parte do estudo, assinie ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa seu filho (a), não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo saber, analisar e compreender a visão do aluno do ensino médio sobre a indisciplina e suas consequências na trajetória escolar, isto é :O que pensam os alunos de ensino médio sobre os problemas disciplinares que ocorrem em sala de aula e na escola, se os alunos fazem a distinção entre indisciplina e ato infracional, como os alunos reagem frente às medidas tomadas por professores e gestores em questões disciplinares, se os alunos estabelecem alguma relação entre situações de indisciplina e a própria trajetória escolar ,e ainda como o gestor escolar pode atuar para mediar as relações interpessoais na escola.

2. A participação de seu filho (a) nesta pesquisa consistirá em responder, a um questionário, previamente elaborado pela pesquisadora com questões que abordam o tema da pesquisa; e para isso, será usado o programa GOOGLE FORMS, que é um aplicativo de formulários on-line, utilizado para produzir pesquisas, entre outras opções. A pesquisa será feita na sala de informática desta Unidade Escolar, no período regular de aulas que estou matriculado.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos relacionados à internet e o acesso ao aplicativo, entretanto, tais riscos serão minimizados, pois todas as máquinas serão previamente verificadas, assim como a internet local; há também riscos de origem física, emocional e psicológica, pois os sujeitos da pesquisa podem não se sentirem à vontade o suficiente para responder ao

Rubrica do pesquisador: _____, Rubrica do participante: _____

Página 1 de 3



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

questionário, mostrando certo constrangimento; podem ainda apresentar desconforto ou cansaço físico, vergonha ou medo. Neste contexto e com o intuito de deixar os participantes tranquilos e livres, algumas providências serão tomadas, tais como: verificação e organização da sala de informática, para que esteja confortável e segura para aplicação do questionário; esclarecer aos participantes que não será necessário nenhuma identificação nominal, assegurando a privacidade e confidencialidade das informações obtidas; os participantes serão esclarecidos também, sobre a liberdade de não responderem questões que de alguma forma possam causar-lhes constrangimentos, e ainda que se por algum motivo resolver desistir de participar da pesquisa, poderá fazê-lo a qualquer momento, e que não haverá nenhum problema, por essa opção

4. Ao participar dessa pesquisa, seu filho (a) estará contribuindo com dados que possam possibilitar meios para melhoria das condições de trabalho, não apenas dos professores, mas de toda equipe escolar, fazendo do ambiente escolar um local de construção dos saberes, respeito e afeto, sendo esses benefícios diretamente ligados a minha pessoa, além de contribuir de forma positiva para o aprofundamento de conhecimentos científicos relacionados ao tema da pesquisa.

5. A participação de seu filho (a) neste trabalho deverá ter a duração média de cinco aulas, de 45min ou 50min, horário de aulas dos períodos noturno e diurno, respectivamente.

6. Seu filho (a), não terá nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderá deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.

7. Seu filho (a), foi informado e está ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação, no entanto, caso seu filho (a) tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, será ressarcido(a).

B. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação de seu filho (a) no estudo, poderá ser compensado conforme determina a Resolução 166/12 do Conselho Nacional de Saúde

9. O nome de seu filho (a), será mantido em sigilo, assegurando assim a privacidade, e se desejar seu filho (a) terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que ele queira saber antes, durante e depois da sua participação.

10. Seu filho (a) foi informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

11. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Telma Aparecida Barbosa Venâncio, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: 14-3263-3288, e-mail: telmavenancio2009@hotmail, com Claudete Teresinha Luquesi, coordenadora pedagógica da escola, telefone-14-3263-1010, ou com Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: 3301.7263, e-mail:

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____

Página 2 de 3



**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

www.uniaracom.br/comite-de-etica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

comitedeetica@uniara.com.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. - 13h00min. -
14h00min - 17h00min.

Eu, _____, RG nº _____, responsável legal por
_____, nascido(a) em ____/____/____, declaro ter sido informado (a) e
concordo com a participação, do (a) meu filho (a) como participante voluntário, no projeto de
pesquisa "A percepção do aluno sobre (in)disciplina e suas consequências na trajetória escolar: Um
estudo de caso com duas turmas de ensino médio de escola pública do interior de São Paulo"

Lençóis Paulista, ____ de _____ de 2018.



Impressão dactiloscópica

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Rubrica do pesquisador: _____, Rubrica do participante: _____.

Página 3 de 3

FEVEREIRO	
05/02/2018	Elaboração do plano de metas e ação, a partir da análise do mapa das habilidades não atingidas no SARESP 2017.
19/02/2018	Trabalho com o material elaborado pela CEGEB, português e matemática, para subsidiar o trabalho do professor na retomada dos conteúdos (atividades interdisciplinares).
05/02/2018	Elaboração do plano de metas e ação, a partir da análise do
26/02/2018	Trabalho com o material elaborado pela CEGEB, português e matemática, para subsidiar o trabalho do professor na retomada dos conteúdos (atividades interdisciplinares).
MARÇO	
05/03/2018	Digitação no SED, realizada por todos os professores, da Avaliação Diagnóstica (AD) do 1º bimestre/2018.
12/03/2018	Leitura e reflexão da crônica “Educação em pés descalços”, de Moacyr Scliar, acesso em 23/03/2018. Elaboração do contrato didático e orientação de como realizar essa ação em sala de aula.
19/03/2018	Explanação das ações a serem desenvolvidas na escola para a 5ª Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente em 2018.
26/03/2018	Análise do Projeto Professor Coordenador de Classe, da escola Plínio Ferraz e reelaboração do projeto da escola.
ABRIL	
02/04/2018	Distribuição dos projetos a serem desenvolvidos em 2018 entre as áreas e disciplinas e discussão das ações a serem executadas.
09/04/2018	Análise e realização de oficina da grade de correção das redações propostas para os 6ºs anos, na avaliação diagnóstica do 1º bimestre, envolvendo os professores de todas as áreas.
16/04/2018	Análise e realização de oficina da grade de correção das redações propostas para os 6ºs anos, na avaliação diagnóstica do 1º bimestre, envolvendo os professores de todas as áreas.
23/04/2018	Avaliação dos projetos e dos resultados da aprendizagem dos alunos no 1º bimestre e verificação das ações a serem desenvolvidas no 2º bimestre.

	mapa das habilidades não atingidas no Saesp 2017.
19/02/2018	Trabalho com o material elaborado pela CEGEB, português e matemática, para subsidiar o trabalho do professor na retomada dos conteúdos (atividades interdisciplinares).
26/02/2018	Trabalho com o material elaborado pela CEGEB, português e matemática, para subsidiar o trabalho do professor na retomada dos conteúdos (atividades interdisciplinares).
MARÇO	
05/03/2018	Digitação no SED, realizada por todos os professores, da Avaliação Diagnóstica (AD) do 1º bimestre/2018.
12/03/2018	Leitura e reflexão da crônica “Educação em pés descalços”, de Moacyr Scliar, acesso em 23/03/2018. Elaboração do contrato didático e orientação de como realizar essa ação em sala de aula.
19/03/2018	Explicação das ações a serem desenvolvidas na escola para a 5ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente em 2018.
26/03/2018	Análise do Projeto Professor Coordenador de Classe, da escola Plínio Ferraz e reelaboração do projeto da escola.
ABRIL	
02/04/2018	Distribuição dos projetos a serem desenvolvidos em 2018 entre as áreas e disciplinas e discussão das ações que serão executadas.
09/04/2018	Análise e realização de oficina da grade de correção das redações propostas para os 6ºs anos na avaliação diagnóstica do 1º bimestre, envolvendo os professores de todas as áreas.
16/04/2018	Análise e realização de oficina da grade de correção das redações propostas para os 6ºs anos na avaliação diagnóstica do 1º bimestre, envolvendo os professores de todas as áreas.
23/04/2018	Avaliação dos projetos e dos resultados da aprendizagem dos alunos no 1º bimestre e verificação das ações a serem desenvolvidas no 2º bimestre.

	desenvolvidos no 2º bimestre.
30/04/2018	Estudo do BNCC – Base Nacional Comum Curricular.
MAIO	
07/05/2018	Estudo do BNCC – Base Nacional Comum Curricular.
14/05/2018	Estudo do BNCC – Base Nacional Comum Curricular.
21/05/2018	Análise e discussão do vídeo “Modernidade líquida”, de Leandro Kamal.
28/05/2018	Análise do vídeo animação “Diversidade e cultura inclusiva. Do que estamos falando? ” – curso Educação Inclusiva – Unesp Bauru 2017.
JUNHO	
04/06/2018	Análise e estudo do texto “Fundamentos históricos e legais da educação da pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Brasil” – Dra. Vera Lúcia Messias Fialho Capellini e Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues. Curso Educação Inclusiva – Unesp Bauru / 2017.
11/06/2018	Análise e estudo do texto “Fundamentos históricos e legais da educação da pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Brasil” – Dra. Vera Lúcia Messias Fialho Capellini e Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues. Curso Educação Inclusiva – Unesp Bauru / 2017.
18/06/2018	Debate sobre o texto: O fracasso escolar incomoda vocês? Talvez seja possível fazer algo. – Philippe Perrenoud – “Pedagogia na escola das diferenças” – págs. 15 a 28
25/06/2018	Debate sobre o texto: O fracasso escolar incomoda vocês? Talvez seja possível fazer algo. – Philippe Perrenoud – “Pedagogia na escola das diferenças” – págs. 15 a 28
AGOSTO	
06/08/2018	Avaliação dos projetos e dos resultados da aprendizagem dos alunos no 2º bimestre e verificação das ações a serem desenvolvidos no 3º bimestre.
13/08/2018	Orientação sobre a indicação CEE nº 22/97 – Avaliação e progressão continuada.
20/08/2018	Texto: Aspectos do desenvolvimento na idade escolar e na adolescência – Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues – Lígia

	Ebner Melchiori.
27/08/2018	Texto: Aspectos do desenvolvimento na idade escolar e na adolescência – Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues – Lígia Ebner Melchiori.
SETEMBRO	
03/09/2018	Estudo do texto: Quais são os sinais de atraso no desenvolvimento de uma criança? Site: neuro-saber. Acesso em 03/04/2017.
10/09/2018	Estudo do texto: Quais são os sinais de atraso no desenvolvimento de uma criança? Site: neuro-saber. Acesso em 03/04/2017.
17/09/2018	Texto: Distúrbios de aprendizagem. Site: neuro-saber. Acesso em 03/04/2017.
24/09/2018	Texto: Distúrbios de aprendizagem. Site: neuro-saber. Acesso em 03/04/2017.
OUTUBRO	
01/10/2018	Texto: Escolas agem contra déficit de atenção – Isabela Palhares
08/10/2018	Texto: Escolas agem contra déficit de atenção – Isabela Palhares
22/10/2018	Avaliação dos projetos e dos resultados da aprendizagem dos alunos no 3º bimestre e verificação das ações a serem desenvolvidos no 4º bimestre.
29/10/2018	Estudo do texto: A formação de professores - Sérgio Trombetta
NOVEMBRO	
05/11/2018	Orientação para os professores sobre a avaliação do SARESP
12/11/2018	Estudo do texto - Consciência Negra: Valorizar a identidade - Bruna Nicolielo, Marina Azaredo e Mayra Raizi - site: Educar para crescer
19/11/2018	Estudo do texto: Motivação para estudar – Adriana Maria Andreis
26/11/2018	Estudo do texto: Motivação para estudar – Adriana Maria Andreis
DEZEMBRO	
03/12/2018	Texto: Tempo de confraternização – Terezinha Azaredo Rios

10/12/2018	Avaliação dos projetos do 4º bimestre.
17/12/2018	Propostas de intervenções para o planejamento 2019.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionário de pesquisa

Objetivo geral: Levantar, compreender e analisar a percepção do aluno do ensino médio sobre a indisciplina na escola	
Perguntas de pesquisa	Objetivos específicos
5. O que pensam os alunos de ensino médio sobre os problemas disciplinares que ocorrem em sala de aula e na escola?	f) Conhecer a perspectiva dos alunos de ensino médio sobre questões disciplinares;
6. Os alunos fazem a distinção entre indisciplina e ato infracional?	g) Verificar se fazem distinção que fazem entre indisciplina e ato infracional e qual essa distinção;
7. Como os alunos reagem frente às medidas tomadas por professores e gestores em questões disciplinares?	h) Captar as reações dos alunos face às diferentes tomadas de decisões de professores e da gestão escolar no que tange à indisciplina na sala de aula;
8. Os alunos estabelecem alguma relação entre situações de indisciplina e a própria trajetória escolar?	i) Verificar se há diferença entre as percepções dos alunos do diurno e os do noturno.

QUESTIONÁRIO – ALUNOS

ESTE É UM QUESTIONÁRIO SOBRE DISCIPLINA E INDISCIPLINA NA ESCOLA.

SUA COLABORAÇÃO É MUITO IMPORTANTE.

VOCÊ NÃO DEVE SE IDENTIFICAR.

O QUE VOCÊ RESPONDER SERÁ MANTIDO EM SIGILO.

CATEGORIA A - PERFIL GERAL DOS ALUNOS

1. SEXO: () FEMININO () MASCULINO
2. IDADE: () MENOS DE 16 ANOS () 16 A 18 ANOS () MAIS DE 18 ANOS
3. TURNO: () DIURNO () NOTURNO
4. EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA FORA DO PERÍODO ESCOLAR? () SIM () NÃO
SE SIM, QUAL? _____
5. FAZ ALGUM CURSO ALÉM DO ENSINO MÉDIO? () SIM () NÃO
SE SIM, QUAL? _____
6. PARA VOCÊ, FREQUENTAR A ESCOLA É:
() NADA IMPORTANTE () POUCO IMPORTANTE () MUITO IMPORTANTE

7. MARQUE COM UM X O QUE VOCÊ COSTUMA FAZER EM SEU TEMPO LIVRE:

Atividade	muito	pouco	nunca
Jogar videogame ou jogos no celular			
Assistir TV			
Estudar			
Passear com a família			
Sair com amigos			
Frequentar a igreja			
Ouvir música			
Navegar na Internet			
Conversar com amigos no watzap			
Conversar com amigos no Facebook			
Praticar esportes			

Categoria B- ENTENDIMENTO SOBRE O QUE SÃO ATOS INDISCIPLINARES EM SALA DE AULA

PERCEPÇÃO SOBRE AS POSTURAS DOCENTES

8. Na sua opinião, qual a frequência destas atitudes dos alunos na sala de aula:

Atitudes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
Há conversas paralelas entre os alunos					
Os alunos usam materiais não relacionados à aula (celular, ipod, fone de ouvido etc)					
Os alunos desacatam ordens dos professores					
Os alunos não realizam as tarefas solicitadas pelo professor em classe					
Os alunos desrespeitam os professores					
Os alunos desrespeitam os colegas					
Há bate-boca dos alunos entre si					
Ocorrem agressões físicas entre os alunos					
Ocorrem agressões verbais entre os alunos					
Os alunos agredem os professores fisicamente					
Os alunos agredem os professores verbalmente					
Os alunos entram ou saem da sala de aula sem pedir autorização ao professor					
Há ocorrência de <i>bullying</i> na sala de aula					
Os professores desrespeitam os alunos					
Os professores agredem os alunos verbalmente					
Os professores não conseguem por ordem na classe					
Os professores não explicam a matéria direito o que provoca tumulto na classe					
A indisciplina na sala de aula atrapalha o aprendizado					
Os professores são claros nas suas explicações					
A conversa dos alunos na sala atrapalha o ensino dos professores					
Os professores seguem as normas escolares igualmente para todos os alunos					
Os professores conversam com os alunos a respeito das questões disciplinares					
Os professores não tomam nenhuma atitude quando há problemas de disciplina					

Os professores os alunos retiram os alunos indisciplinados da sala para que realizem atividades em outro local					
Os professores enviam os alunos indisciplinados para que o diretor e sua equipe tomem providências					

Categoria C- PERCEPÇÃO SOBRE AS NORMAS DISCIPLINARES E A APLICAÇÃO DE SANÇÕES

9. Assinale a alternativa que representa a sua opinião sobre as afirmativas abaixo:

Atitudes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
As normas disciplinares da escola são explicadas a todos os alunos				
As opiniões dos alunos são ouvidas com relação às normas disciplinares				
Os alunos são respeitados pelo diretor e seus auxiliares				
Os alunos são respeitados pelos funcionários				
Os alunos são respeitados pelos outros alunos				
Os professores são respeitados pelos alunos				
Observa-se cordialidade entre o diretor, sua equipe e os professores				
Observa-se cordialidade entre os professores e outros funcionários				
Os alunos conhecem as normas escolares				
Os alunos obedecem às normas escolares				
Os professores conhecem as normas escolares				
O diretor e sua equipe seguem as normas escolares igualmente para todos os alunos				
Quando recebem alunos indisciplinados o diretor e sua equipe escutam os envolvidos no problema (aluno-aluno/ professor-aluno) antes de tomar qualquer decisão				
Quando recebem alunos indisciplinados o diretor e sua equipe simplesmente aplicam as normas disciplinares				
A suspensão é uma boa forma de corrigir alunos indisciplinados				
Chamar os pais para comparecer à escola é uma boa forma de corrigir alunos indisciplinados				
Assinar o livro de ocorrências disciplinares intimida os alunos				
O Conselho Escolar deve ser convocado para tratar de questões disciplinares mais graves				
A conversa dos alunos na sala de aula atrapalha o seu aprendizado				

Categoria D - PERCEPÇÃO SOBRE AS PRÓPRIAS ATITUDES

10. Conforme legenda abaixo, responda como você percebe suas atitudes.

Atitudes	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Totalmente satisfeito
Minhas atitudes dentro da sala de aula				
Interesse com o meu aprendizado				
Organização relacionada aos meus materiais				
Realização das tarefas solicitadas				
Colaboração com os colegas				
Participação durante as aulas				

Categoria E - DISTINÇÃO ENTRE ATO INFRACIONAL (VIOLÊNCIA), INDISCIPLINA E Falta de EDUCAÇÃO (INCIVILIDADE)

11- Leia as definições abaixo, analise-as, e então assinale a sentença que representa sua opinião

- **ATO INFRACIONAL:** Segundo o Estatuto da criança e do adolescente-ECA (art. 103), o ato infracional é a conduta da criança e do adolescente que pode ser descrita como crime ou contravenção penal. Se o infrator for pessoa com mais de 18 anos, o termo adotado é crime, delito ou contravenção penal
- **INDISCIPLINA:** ausência de disciplina; com desobediência, insubordinação. Comportamento que se opõe aos princípios da disciplina; desordem ou bagunça. Ação de violar as regras ou ordens que foram pré-determinadas, (dicionário Aurelio-on-line)
- **FALTA DE EDUCAÇÃO** usar de palavras agressivas que não seriam usadas de maneira cotidiana, cortez. 2- Usar de costume que seja inoportuno a quem está acompanhando outrem. 3- Usar de indelicadeza em palavras, atos ou gestos que firam a integridade e/ou moral de outrem.(dicionário informal)

11- Leia as definições abaixo, analise-as, e então assinale a sentença ue representa sua opinião.

- **ATO INFRACIONAL:** Segundo o Estatuto da criança e do adolescente-ECA (art. 103), o ato infracional é a conduta da criança e do adolescente que pode ser descrita como crime ou contravenção penal. Se o infrator for pessoa com mais de 18 anos, o termo adotado é crime, delito ou contravenção penal.
- **INDISCIPLINA:** ausência de disciplina; com desobediência; insubordinação. Comportamento que se opões aos princípios da disciplina; desordem ou bagunça. Ação de violar as regras ou ordens que foram pré determinadas, (dicionário Aurelio-on-line)
- **FALTA DE EDUCAÇÃO:** usar de palavras agressivas que não seriam usadas de maneira cotidiana, cortez: 2- Usar de costume que seja inoportuno a quem está acompanhando outrem. 3- Usar de indelicadeza em palavras, atos ou gestos que firam a integridade e/ou moral de outrem.(dicionário informal)

Atitudes	Falta de educação	Indisciplina	Ato infracional
sair sem permissão da classe ou da escola			
usar palavras obscenas (falar palavrões)			
agredir verbalmente professores e funcionários			
agredir verbalmente outros alunos			
fazer pichações em móveis ou no prédio escolar			
Jogar papel no chão da sala de aula			
apresentar-se às aulas alcoolizado ou sob efeito de drogas			
danificar o patrimônio público (instrumentos, materiais, ambientes etc)			
Envolver-se em brigas no interior da escola			
fazer apologia a drogas,utilizando desenhos, trajes e outros			

Categoria F – PERSPECTIVAS PÓS ENSINO MÉDIO

12. Quais são suas expectativas ao concluir o ensino médio:

- fazer um curso superior
- fazer um curso profissionalizante/ técnico
- ingressar no mercado de trabalho
- ingressar no mercado de trabalho e fazer um curso superior
- ingressar no mercado de trabalho e fazer um curso profissionalizante/técnico
- apenas estudar.

Sua participação foi muito importante.

Apêndice 2 – Trabalhos que compõem a revisão bibliográfica

	Autor	Título	Ano	Tipo	Origem
1	VERGNA, Ariel Cristina Gatti	Indisciplina e violência na escola: concepções e discursos de educadores.	2016	MESTRADO	UFSCAR
2	CAVALCANTI Belém, Rosemberg	Representações sociais sobre indisciplina escolar no ensino médio.	2008	MESTRADO	UFPE
3	CAMPOS, Paulo Sérgio Barbosa	(In)disciplina em meio escolar: uma abordagem histórico-cultural.	2014	MESTRADO	MACKENZIE
4	JULIANO, Joice Maria Maltauro	Indisciplina e sua relação com motivos, interesses e sentidos vinculados à atividade dos alunos: um estudo com uma classe de ensino médio da cidade de Medianeira – PR.	2015	MESTRADO	UNESP
5	PEREIRA, Beatriz Prado	Por que ir à escola? O que dizem os jovens do ensino médio?	2014	MESTRADO	UFSCAR
6	FERNANDES, Eliane Pinheiro	Construção coletiva de regras e resolução de conflitos: contribuições para o enfrentamento da violência entre alunos.	2017	MESTRADO	PUC-SP
7	SANTOS, Lilian Piorkowsky	Garotas indisciplinadas numa escola de ensino médio: um estudo sob o enfoque de gênero.	2007	MESTRADO	USP
8	LEITE, Miriam Soares	Dispersão na sala de aula – esse barulho é de dentro ou vem de fora?	2008	TRABALHO GT04 Didática	ANPED
9	SILVA Neto, Claudio Marques da	(In)disciplina e violência escolar: um estudo de caso.	2018	ARTIGO	SciELO
10	AQUINO, Julio Gropa	Indisciplina escolar: um itinerário de um tema/problema de pesquisa.	2016	ARTIGO	SciELO
11	MARTINS, Angela M.	Conflitos, indisciplina e violência em escolas.	2016	ARTIGO	SciELO
12	OLIVEIRA, Borges Adailton	O Gestor Universitário Público: Conduta, Tomada de Decisões e Mediação de Conflitos.	2016	MESTRADO	UNIARA

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Apêndice 3 – Proposta de Intervenção



Nome do autor: Telma Ap.^a Barbosa Venâncio
Proposta de Intervenção: FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA

APRESENTAÇÃO

Título da pesquisa: A PERCEPÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO SOBRE A (IN)DISCIPLINA NA ESCOLA

Esta proposta é o produto das conclusões alcançadas por meio da pesquisa supracitada, que será desenvolvida pela autora na escola de onde os dados foram coletados.

A pesquisa realizada junto aos alunos do 2º ano do Ensino Médio sobre indisciplina na sala de aula revelou os seguintes resultados:

- a maior parte dos alunos afirma conhecer as normas regimentais (direitos e deveres), apesar de nem todos terem acesso ao documento intitulado Regimento Escolar;
- apesar disso, a maior parte dos alunos afirma desconhecer em que a equipe escolar se baseia para o enfrentamento das ocorrências disciplinares no interior da escola, que é exatamente o Regimento Escolar;
- temas como indisciplina escolar, ato infracional ou falta de educação geram muitas dúvidas no que tange às suas causas e consequências entre os alunos;
- a gestão da sala de aula é percebida por boa parte dos alunos como uma das causas da indisciplina na escola, em especial, na questão da relação entre professor e aluno, e que isso afeta o ensino e a aprendizagem, conforme previsto no currículo escolar.

Percebeu-se alguns desafios a serem enfrentados pela gestão escolar, principalmente no que diz respeito à necessidade do fortalecimento:

- a) da gestão democrática, de modo a ampliar a participação dos professores e, principalmente dos alunos;
- b) de uma visão coerente e de conjunto quanto às questões disciplinares entre os membros da equipe escolar;
- c) da formação docente no que tange às relações interpessoais, à compreensão sobre a juventude, ao domínio dos conteúdos e à diversificação das metodologias empregadas.

Neste contexto, e como diretora da escola pesquisada, apresento, a seguir, uma proposta de intervenção com o **objetivo** de promover a melhoria da dinâmica educativa e as relações interpessoais no espaço escolar, por meio da utilização de estratégias formativas baseadas na



reflexão sobre a prática pedagógica. Espera-se que o processo de formação tenha repercussões nas relações professor-aluno e, por consequência, haja uma elevação na aprendizagem dos alunos e no bem-estar de toda a equipe escolar. Como afirma Lück (2008, p. 77)

[...] o diretor escolar é líder educacional que mobiliza e orienta a todos os participantes da comunidade escolar na facilitação do desenvolvimento de uma visão de conjunto sobre a educação, o papel da escola e de todos nela participantes; na articulação de esforços; no compartilhamento de responsabilidades conjuntas; na formação de uma cultura de aprendizagem; na integridade, na ética e na justiça expressas por equipes de trabalho continuamente acompanhadas, orientadas e estimuladas.

A intervenção se dará pela formação, em serviço, dos professores, que deve ser centrada nas práticas docentes e na sua análise, com leituras de textos afins como fundamentação teórica, bem como na exploração detalhada do Regimento Escolar. Vale lembrar que os modelos de atividades poderão ser usados pelos educadores como referência em suas respectivas aulas/atividades. As propostas são atividades voltadas a desenvolver a capacidade de previsão, otimização e planejamento, e trocas de experiências, que levem o professor a refletir e agir, em uma perspectiva consciente da importância de sua postura na sala de aula.

Nessa perspectiva a proposta de intervenção contempla ainda a revisão do Regimento Escolar, com envolvimento e estudo de toda a equipe escolar. Espera-se a que todos os possam rever suas crenças, conhecer e compreender as diferentes perspectivas de cada segmento (alunos, professores, gestores, funcionários), rever e atualizar práticas pedagógicas e relacionais e, por fim, buscar um novo olhar para melhor identificar e classificar as atitudes dos alunos e sua relação com a dinâmica das aulas, o que depende da percepção dos sujeitos e das necessidades de cada ambiente escolar.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ESCOLA

A escola investigada faz parte das escolas vinculadas à Diretoria Regional de Bauru, pertencente ao Sistema Estadual de Ensino de São Paulo, e está localizada em uma cidade do interior paulista, com população de pouco mais de 65 mil habitantes, segundo estimativa para 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), considerado o município na qual se situa, de médio porte, do interior do Estado de São Paulo (SENADO+DIGITAL, 5 nov.2019).



No que tange à demanda escolar, a escola atende ao Ensino Fundamental - EF Ciclo II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio – EM (1º ao 3º ano). Possui (2019) um total de 442 alunos, sendo que, destes, 169 alunos estão matriculados no Ensino Médio (foco da pesquisa), distribuídos entre os períodos diurno e noturno.

Em relação aos recursos físicos, o prédio é funcional e seus ambientes bem distribuídos. Há sala multimídia e sala de informática, que conta com 16 (dezesesseis) computadores, com acesso à internet, e que atende as comunidades interna e externa. Além disso, possui biblioteca e sala de leitura, ambas com uma quantidade considerável de exemplares.

Quanto aos recursos humanos, a escola é composta por 19 (dezenove) professores, um diretor de escola, um vice-diretor, uma coordenadora pedagógica, um PMEC, um Gerente de Organização Escolar (GOE), dois inspetores de alunos, dois funcionários cedidos pela prefeitura municipal para atenderem aos serviços relacionados à merenda escolar e três agentes de serviços gerais (terceirizados).

Os indicadores resultantes de avaliações externas deixam a desejar. Infere-se que possam ser alavancados à medida que haja revisão das práticas pedagógicas e relacionais dos docentes.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

1 – FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA

Problemas observados	Dificuldade com a gestão da sala de aula por parte de alguns professores.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • promover a melhoria da dinâmica educativa e as relações interpessoais; • refletir e revisar práticas e posturas dos profissionais que atuam na escola; • elevar a aprendizagem dos alunos e o bem-estar da equipe escolar; • melhorar a capacidade de previsão, otimização e planejamento dos docentes.
Pessoal envolvido	Equipe gestora e Professores
Procedimentos/estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • dinâmicas de grupo para envolvimento dos professores; • apresentação dos resultados da pesquisa; • apresentação de situações-problema para debates coletivos e em grupos, bem como para troca de ideias sobre experiências vividas pelos docentes; • apresentação e leitura de textos (fundamentação teórica), sobre (in)disciplina e gestão de sala de aula, para reflexão sobre a importância das posturas docentes em sala de aula; • trabalhos em grupos para apresentação sobre os temas: <ul style="list-style-type: none"> * Gestão do conteúdo (clareza de objetivos); * Gestão da Conduta (habilidades de procedimento frente aos conflitos); * Gestão da interação ou consenso (habilidades interpessoais).
Recursos humanos	Coordenação pedagógica da escola, PMEC e professores.
Recursos materiais	<i>Datashow</i> , xerox, papel sulfite e canetas.
Recursos financeiros	A escola possui o material necessário, adquirido com verbas destinadas à APM escolar.
Acompanhamento	<p>Frente às ocorrências de indisciplina encaminhadas à equipe gestora e junto à coordenação pedagógica, é possível verificar se houve mudanças ou não, no que tange à gestão das salas de aulas e a indisciplina escolar.</p> <p>Durante o ano, desenvolver ações sistemáticas e permanentes, voltadas à promoção da autoavaliação do trabalho docente.</p>
Avaliação	Por meio da observação e conversas junto aos professores e alunos, sobre o clima estabelecido em sala de aula, e verificação de melhorias no rendimento escolar.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES
FEVEREIRO 04/02/2020 PLANEJAMENTO (2h50m)
<p>ATIVIDADE 1 – Dinâmica em grupo: “O papel amassado”, para envolvimento e reflexão dos professores.</p> <p>ATIVIDADE 2 – Apresentação dos resultados da pesquisa para reflexões da equipe escolar.</p> <p>ATIVIDADE 3 – Apresentação de questões para debate acerca do levantamento da compreensão que os professores possuem sobre a indisciplina. Socialização.</p> <p>Questões propostas:</p> <p>1 – Você concorda ser a indisciplina escolar um desafio aos educadores e a todos os envolvidos no cotidiano escolar? Justifique.</p> <p>2 – Em sua análise, as relações estabelecidas na escola, de um modo geral, estão mais pautadas na autoridade ou no autoritarismo?</p> <p>3 – O que você compreende por indisciplina escolar?</p> <p>4 – Em sua análise, onde estão ancorados os principais problemas relacionados à indisciplina escolar?</p> <p>5 – Você acha que a indisciplina escolar pode ser trabalhada e minimizada? Como?</p> <p>ATIVIDADE 4 – Fundamentação teórica: leitura compartilhada para reflexão do Artigo “Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas” (AQUINO, 1996).</p>
10/02/2020 ATPC 18h05 – 19h45 (2 aulas)
<p>ATIVIDADE 1 – Retomada breve dos principais pontos de compreensão sobre indisciplina e troca de ideias sobre experiências vividas pelos docentes.</p> <p>ATIVIDADE 2 – Análise e reflexão acerca da letra da música “Estudo Errado”, do cantor Gabriel, O Pensador, acerca das relações existentes na prática cotidiana.</p> <p>ATIVIDADE 3 – Apresentação do vídeo: Estudo Errado – Gabriel, O Pensador, para ampliar a reflexão sobre as questões disciplinares e a visão do aluno.</p> <p>ATIVIDADE 4 – Analisar as questões e socializar.</p> <p>Questões propostas:</p> <p>a) A música traz as indagações de um aluno frente a uma escola fundamentada em práticas que atendem a objetivos não necessariamente relacionados a educar, mas a ensinar a se acomodar e aceitar a realidade. Há práticas como as descritas na música em nosso cotidiano escolar?</p> <p>b) A música faz uma crítica ao currículo, evidenciada em frases, como: “as matérias que eles nos dão eu acho inútil”. Como você avalia o currículo escolar que faz parte do seu Plano de Trabalho Docente? O</p>



currículo evidencia práticas de prevenção à indisciplina escolar? Caso NÃO, o que o coletivo pode fazer para auxiliar nessa temática?
17/02/2020 ATPC 18h05 – 18h55 (1 aula)
<p>Fundamentação teórica</p> <p>ATIVIDADE 1 – Leitura compartilhada do artigo “A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento” (AQUINO, 1996, p. 40).</p> <p>ATIVIDADE 2 – Trocar ideias sobre experiências vividas pelos docentes.</p>
02/03/2020 ATPC 18h05 – 19h45 (2 aulas)
<p>ATIVIDADE 1 – Dinâmica 2 – “Transmissão e recepção” (relação professor x aluno). A dinâmica tem por finalidade refletir sobre as práticas desenvolvidas na sala de aula, no processo de ensino e aprendizagem (Gestão de sala).</p> <p>ATIVIDADE 2 – Retomar o artigo “A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento” (AQUINO, 1996, p. 40), e propor questões para responder individualmente.</p> <p>Questões propostas:</p> <p>a) Segundo o texto, qual é o papel da escola?</p> <p>b) Segundo Aquino, como se configura a relação professor-aluno? Como você observa essas configurações no cotidiano da escola e em sua prática profissional?</p> <p>ATIVIDADE 3 – Socializar.</p> <p>ATIVIDADE 4 – Aprendizagem Ativa – Organizar grupos estudo para abordagem dos temas: Gestão do conteúdo (clareza de objetivos), Gestão da Conduta (habilidades de procedimento frente aos conflitos) e Gestão da interação ou consenso (habilidades interpessoais). De forma democrática e participativa, a direção/coordenação deve organizar professores (duplas), para estudar e apresentar suas conclusões sobre o tema estudado aos demais docentes, em busca de ampliar o conhecimento de toda a equipe. Apresentação programada para 30/03/2020.</p>
30/03/2020 ATPC 18h05 – 19h45 (2 aulas)
<p>ATIVIDADE 1 – Apresentar o resultado do estudo dos temas: gestão do conteúdo (clareza de objetivos), gestão da conduta (habilidades de procedimento frente aos conflitos) e gestão da interação ou consenso (habilidades interpessoais), e cronograma de multiplicação da apresentação do RE e suas alterações a toda a escola.</p> <p>ATIVIDADE 2 – Avaliação oral das atividades desenvolvidas durante todo o período.</p>



REFERÊNCIAS:

AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sumos, 1996.

DINÂMICAS. Dinâmica para professores. **Escola Educação**. 2020. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/professores/dinamicas/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

GABRIEL, O PENSADOR. **Estudo Errado**. Música. Letra. [2003-2020]. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/gabriel-pensador/66375/>. Acesso em: 5 dez. 2019.

GABRIEL, O PENSADOR. **Estudo Errado**. Música. Vídeo. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BD4MMZJWpYU>. Acesso em: 5 dez. 2019.

LUCK, H. **Gestão Participativa na Escola**. Editora Vozes: São Paulo, 2008.

Anexos

DINÂMICA 1 – PAPEL AMASSADO

Pegue folhas de papel brancas e a corte em quatro partes iguais. Distribua esses pedaços a cada um dos professores e peça que eles os amassem. Feito isso, peça para desamassarem.

A mensagem da dinâmica: o papel, mesmo desamassado, não consegue voltar ao seu estado original. Assim, também se sentem as pessoas que foram magoadas ou prejudicadas por alguém. Por isso, é tão importante que todos cuidem de suas relações interpessoais e tenham empatia pelo outro.

DINÂMICA 2 – “TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO” (RELAÇÃO PROFESSOR X ALUNO)

Objetivos:

- promover uma melhor compreensão sobre a relação estabelecida entre professor e aluno;
- estimular a equipe docente a refletir sobre a prática profissional.

Materiais necessários:

- folhas de papel A4 contendo figuras;
- 1 folha de papel A4 para cada dois participantes da dinâmica;



- 1 lápis ou caneta para cada dois participantes da dinâmica;
- 1 borracha para cada dois participantes da dinâmica;
- 1 régua para cada dois participantes da dinâmica;
- 1 carteira escolar para cada dois participantes da dinâmica;
- 1 cadeira para cada participante.

Encaminhamentos metodológicos:

Inicialmente, para a realização desta dinâmica o coordenador da atividade deverá obter várias figuras em folhas de papel A4, figuras estas que podem ser geométricas ou da preferência do coordenador.

Em posse dos papéis A4, contendo as figuras para dinâmica, o coordenador deverá dividir os participantes em duplas, sendo que um será o professor e o outro o aluno. Depois de formadas as duplas, (professor x aluno), os mesmos deverão se sentar de costas um para o outro, sendo o professor responsável por transmitir oralmente as informações contidas na figura, para que o aluno de posse da carteira, papel A4, em branco, lápis ou caneta, borracha e régua, desenhe, a partir dos comandos dados. Após isso, deve ser entregue a figura e as duplas, devidamente organizadas. O professor poderá iniciar a transmissão oral das informações (desenho/figura) contidas na folha A4 para o seu aluno. Ao final, comenta-se sobre os sentimentos e as dificuldades encontradas.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

2 – REVISÃO REGIMENTO ESCOLAR

Problemas observados	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão democrática demanda fortalecer-se e ampliar a participação. • O documento “Regimento Escolar” é pouco conhecido pelos atores escolares.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • ampliar a participação dos docentes e dos discentes na tomada de decisões na escola; • divulgar e discutir o Regimento Escolar; • promover a melhoria da dinâmica educativa e as relações interpessoais; • rever as práticas e posturas dos profissionais que atuam na escola; • elevar a aprendizagem dos alunos e o bem-estar da equipe escolar.
Pessoal envolvido	Equipe gestora, professores, coordenação pedagógica, mediação escolar, gerente da escola, alunos (multiplicadores) e membros do Conselho Tutelar do município da escola pesquisada.
Procedimentos/estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar textos (fundamentação teórica), sobre (in)disciplina, ato infracional e violência aos professores, para reflexão geral e trocas de experiências que, posteriormente, trabalharão os temas em sala de aula com os alunos. • Organizar ciclos de estudos com grupos formados pela equipe gestora, coordenador pedagógico, professores, PMEC, alunos do grêmio escolar e coordenadores de classe (alunos multiplicadores dos resultados), e conclusões dos ciclos de estudos. • Promover em parceria com membros do Conselho Tutelar, a ampliação de conhecimentos aos professores e alunos, em uma perspectiva consciente da importância da participação e mudança de postura no espaço escolar, em especial, nas salas de aula. • Levar alunos e professores a examinar e compreender as relações de poder estabelecidas na escola, buscando redefini-las, a partir de um processo participativo voltado à melhoria da qualidade do ensino e das relações interpessoais, a partir da análise de situação-problema e leitura crítica do Regimento Escolar, em especial os artigos que tratam dos deveres e direitos dos alunos e professores, a fim de levantar pontos que indicam necessidade de alteração, em virtude de mudanças ocorridas na



	legislação vigente ou de sentido em relação à realidade da escola.
Recursos humanos	Direção, coordenação pedagógica da escola, PMEC, professores, alunos e membros do Conselho Tutelar.
Recursos materiais	<i>Datashow</i> , xerox, papel sulfite, cartolinas e canetas.
Recursos financeiros	A escola possui o material necessário, adquirido com verbas destinadas à APM escolar.
Acompanhamento	<p>Junto à coordenação pedagógica e à mediação escolar, verificando mudanças ou não no que tange à gestão das salas de aulas e à indisciplina escolar.</p> <p>No decorrer do ano letivo, por meio de conversa informais.</p>
Avaliação	<p>Pela observação e conversas junto aos funcionários, professores e alunos sobre o clima estabelecido em sala de aula, bem como pelo levantamento do número ocorrências disciplinares.</p> <p>Por meio de conversas formais a serem desenvolvidas com os docentes nas ATPC.</p>

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES REVISÃO REGIMENTO ESCOLAR
09/03/2020 ATPC 18h05 – 19h45 (2 aulas)
<p>ATIVIDADE 1 – Realizar o seguinte questionamento: “você já se interessou de verdade pelo regimento interno de sua escola?” (Reflexão pessoal).</p> <p>ATIVIDADE 2 – Leitura do texto: A Importância do Regimento Escolar (MILLER, 2009).</p> <p>ATIVIDADE 3 – Fundamentação Legal: Lei n. 8.069/90 e Deliberação CEE n. 10/97, art. 1, 24 e 26, para leitura compartilhada.</p> <p>ATIVIDADE 4 – Apresentação do Regimento Escolar. Solicitar a leitura prévia para os próximos encontros (23/03 e 30/03), com destaque para os artigos relacionados aos direitos e deveres. Arquivo disponibilizado no e-mail pessoal dos membros do ciclo de estudo (equipe escolar e alunos multiplicadores).</p>
16/03/2020 ATPC 18h05 – 19h45 (2 aulas)
<p>ATIVIDADE 1 – Palestra em parceria com membros do Conselho Tutelar. Temas: indisciplina e ato infracional.</p> <p>ATIVIDADE 2 – Perguntas e respostas: Tirando dúvidas.</p> <p>ATIVIDADE 3 – Fechamento com elaboração pelos participantes de um painel com as ideias principais levantadas.</p>
23/03/2020 ATPC 18h05 – 19h45 (2 aulas)
<p>ATIVIDADE 1 – Investigação da prática por meio de situações-problemas fundamentadas nas ações dos atores escolares no ambiente educativo. Apresentar situações-problemas questionadoras para análise e reflexão (aluno/professor). Socialização das respostas e conclusões. (15 min)</p> <p>Situação proposta (sugestões)</p> <p>Aluno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 – O que você faria se... percebesse que seu professor te pegou colando? 2 – O que você faria se... o professor pedisse para você ficar quieto enquanto toda sala conversa? 3 – O que você faria se... ao relatar que um colega te agrediu verbalmente, o professor te ignorasse? <p>Professor:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 – O que você faria se... percebesse que seu aluno está colando?

2 – O que você faria se... um aluno não parasse de conversar, enquanto os demais estão concentrados na atividade proposta?

3 – O que você faria se... um aluno te agredisse verbalmente?

ATIVIDADE 2 – (30min) Realizada a leitura prévia e após retomada global do Regimento Escolar, os membros do ciclo de estudo, terão a oportunidade de refletir em relação aos aspectos relacionados à realidade que vivenciam e estabelecer uma análise dos direitos e deveres de alunos e professores.

Responder questões para a **ANÁLISE DOCUMENTAL** (Atividade em grupo)

Questões propostas:

1) O que é o Regimento Escolar, e qual sua função?

2) O que os diferentes atores escolares precisam saber em relação ao Regimento Escolar para que se entenda e se valorize sua importância em um processo de ensino e aprendizagem de qualidade?

3) Como você percebe a flexibilidade do Regimento Escolar? Ela existe?

Responder questões para **ANALISAR AÇÃO PEDAGÓGICA**

1) Comente ações realizadas pela escola quanto à divulgação do Regimento Escolar junto aos diversos atores: (a) alunos, (b) professores, (c) funcionários, (d) pais e/ou responsáveis, (e) equipe pedagógica.

2) Quando e por que se recorre ao Regimento Escolar as situações envolvendo: (a) alunos, (b) professores, (c) funcionários, (d) pais e/ou responsáveis, (e) equipe pedagógica.

ATIVIDADE 3 – Levantar pontos que necessitam de alterações e respectivas justificativas.

ATIVIDADE 4 – Apresentar propostas para a mudança ou para a observação das orientações do Regimento Escolar da instituição educacional, acerca dos estudos realizados.

ATIVIDADE 5 – Elaborar cronograma de multiplicação da apresentação do RE e suas alterações a toda escola.

ATIVIDADE 6 – Avaliação oral das atividades desenvolvidas durante todo o período.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lex** (Coleção de Leis Rideel, Vade Mecum, Acadêmico de Direito). São Paulo: Editora Rideel, 2006

CHARLOT, B. A Violência na Escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Revista Sociológica**, n.8, 2002, p. 432-443.

ESTRELA, M. T. Valores e normatividade do professor na sala de aula. **Revista de Educação**, Lisboa, v. 5, n. 1, p. 65-77, 1995.

FALANDO DE CONVIVÊNCIA. SlideShare. 2011. Disponível em: https://pt.slideshare.net/eng_quim_rs/falando-de-convivencia. Acesso em: 10 jan. 2019.



FALSARELLA, A. M. **A relação professor-aluno: entre (in)disciplina e intervenções didáticas.** Comunicação apresentada no XVIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (Endipe). Cuiabá, 2016. Disponível em: https://www.ufmt.br/endipe2016/downloads/233_10153_37150.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

IACOCCA, Liliana; IACOCCA, Michele. **O que fazer?** Falando de convivência. São Paulo: Ática, 1993.

SÃO PAULO. **Deliberação CEE Nº 10/97.** Fixa normas para elaboração do Regimento dos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. Disponível em : <http://www.lite.fe.unicamp.br/cee/d1097.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.